

VALDÊNIA RODRIGUES FERNANDES ELEOTÉRIO

***CIBERSTALKING!?* E SUAS IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO
ESCOLAR**



**Campo Grande/MS
Fevereiro/2021**

VALDÊNIA RODRIGUES FERNANDES ELEOTÉRIO

***CIBERSTALKING!?* E SUAS IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO
ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Cristina Lima Paniago

Grupo de Pesquisa: GETED – Grupo de Pesquisa e Estudos em Tecnologia Educacional e Educação a Distância.



Campo Grande, MS

E37c Electério, Valdênia Rodrigues Fernandes
Ciberstalking e suas implicações no espaço escolar/
Valdênia Rodrigues Fernandes Electério, sob orientação
da Prof^a. Dra. Maria Cristina Lima Paniago. -- Campo
Grande, MS : 2021.

179 p.: il;

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2021

Bibliografia: p. 162-175

1. Assédio virtual - Tecnologia digital. 2. Violência
psicológica - Utilização das redes sociais virtuais.
3. Educação I.Paniago, Maria Cristina Lima. II. Título.

CDD: Ed. 21 -- 370

“CIBERSTALKING!?! E SUAS IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO ESCOLAR”

VALDÊNIA RODRIGUES FERNANDES ELEOTÉRIO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

Maria Cristina B. Paniago

Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Lima Paniago (PPGE/UCDB) orientadora e presidente da banca

Prof^ª. Dr^ª. Kátia Alexandra de Godoi e Silva (UNIDERP) examinadora externa

Prof^ª. Dr^ª. Flavinês Rebolo (PPGE/UCDB) examinadora interna

Campo Grande - MS, 22 de fevereiro de 2021

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO

DEDICATÓRIA

Dedico todas as letras, acentos e pontos que juntos dão sentido as frases que formam todo o texto dessa dissertação a todas as mulheres que são abandonadas diariamente por seus parceiros quando as dificuldades adentram seus lares, aqui lindamente representadas por minha mãe “Maria”, que foi arrebatada por Deus, dois meses após minha qualificação.

Marias que sem condições financeiras para comprar material escolar não desistem, transformam o chão do quintal de sua casa em lousa e um graveto seco de árvore em giz e alfabetizam seus filhos, que com a pureza do seu coração depositam a transformação da realidade vivida no poder da educação acreditando que dias melhores virão.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, a essa fé que me move, me inspira e traz acalanto a minha alma.

A **Nossa Senhora Auxiliadora**, pela intercessão diária, por nos momentos difíceis me acolher no seu colo de mãe.

A minha **família** pela motivação e orações, sem eles todo esse trajeto jamais seria concluído.

Ao meu amado **José Geraldo**, pela paciência e compreensão frente às minhas ausências mesmo estando presente nesses dois anos de pós-graduação, seu amor me inspirou a seguir em frente nas vezes que pensei em desistir.

A minha filha **Ana Vitória**, que apesar da pouca idade agiu com maturidade ao assumir a educação do irmão quando eu não estava presente, por inúmeras vezes ter ficado ao meu lado enquanto eu lia a dissertação em voz alta para ver se o que tinha escrito fazia sentido, minha princesa sua ajuda foi valorosa.

Ao meu filho **José**, pelos abraços apertados e o brilho nos olhos a cada retorno meu para casa. Desculpa filho se pelo excesso de cansaço e sono devido aos compromissos acadêmicos não pude ser a mãe que você merecia, pelas brincadeiras que não aconteceram, queria que soubesse que a expressão de desencanto no seu rosto, doeu em mim.

A minha mãe **Maria Zuleide** o grande amor da minha vida, que teve que escolher quando criança entre o sonho de estudar ou trabalhar no canavial para fugir da fome, das desigualdades sociais, por dentro das condições mínimas que vivíamos ter se esforçado ao extremo para que nenhum dos oito filhos sofresse as mesmas pressões e desistissem de estudar.

A minha irmã **Vanderlúcia**, que assumiu o papel de minha mãe enquanto a nossa trabalhava, tenho por ela encantamento, o mais puro amor.

Aos meus amigos **Robson Amaral** e **Sulamita Barreto**, por terem cuidado dos meus filhos para que eu pudesse estudar, pelo acalanto no coração e o afago na alma nos momentos difíceis que passei ao percorrer os caminhos que trilhei.

Ao casal **Cleber e Ana Paula Costa**, por terem devolvido o brilho aos olhos do meu amado numa fase em que o longo período de desemprego roubou-lhe o seu fascínio pela vida, pela amizade sincera, pelo ombro amigo, por amar os meus filhos como se fossem seus.

A **Aparecida Polini**, com ela partilhei momentos de tristeza e alegria, aprendi a andar um pouco mais devagar, apreciar o brilho do nascer e do pôr do sol, as flores, os pássaros.

Ao professor **Magno Pinheiro de Almeida**, pela admiração as minhas singelas conquistas durante o meu percurso académico na graduação, na pós-graduação, na vida e por ter me presenteado com a correção da minha dissertação.

Ao professor **Andrew Vinicius Cristaldo**, por sempre ter me incentivado a seguir em frente academicamente, a relação professor/aluno mudou o curso da minha vida académica, profissional.

A professora **Adriana Ramos da Silva de Oliveira**, pelo acolhimento nos momentos de incerteza, por ter acreditado na força do meu querer quando decidi cursar mestrado, a expressão: A “boniteza” de ser professora foi escrita para ela.

A turma de **Mestrado e Doutorado da UCDB do ano de 2019**, convivendo com eles aprendi a ter respeito à diversidade cultural e religiosa e que o silêncio é o princípio de toda sabedoria.

A todos os professores do PPGE/UCDB **Flavinês Rebolo, Ruth Pavan, Nádía Bigarela, Marta Brostolin, Heitor Martinez, Licínio Backes e Carlos Magno** por terem contribuído majestosamente com a minha formação académica, com eles aprendi que o educar vai além de planos e métodos é um despertar para a cidadania ética, para a valorização do ser humano.

Ao **GETED**, pela troca de saberes, pela convivência harmoniosa, pela elegância ao apontar as fragilidades do meu projeto de pesquisa, convivendo em grupo aprendi o verdadeiro sentido da palavra compreensão.

A Prof.^a **Maria Cristina Lima Paniago**, queria dizer que eu tenho admiração pela sua desenvoltura ao ministrar as aulas, pelos seus escritos, pelo ser humano sensível que ela é. Certa vez assisti a um vídeo onde o professor Mario Sérgio Cortella falava que os melhores momentos de sua carreira profissional foram os que ele ficou frente a frente com Paulo Freire porque desses diálogos ele sempre saía um ser humano melhor, exatamente como me sentia depois das minhas orientações com ela.

Dra. Maria Cristina, Professora ou simplesmente **Cris**, Obrigado pela amizade, pelo sorriso largo, principalmente pelo zelo, a leveza e o profissionalismo frente as suas

orientações. Queria dizer-lhe que todas as vezes que estava atravessando alguma adversidade você chegou e me abraçou mesmo sem saber, naquele momento me senti acolhida, protegida, motivada, seu abraço me devolvia à paz. A todos vocês... **Muito obrigado!**

Das três fontes de poder, a mais importante sobre a soberania é o poder sobre os pensamentos que dão origem a confiança. A violência só pode ser usada negativamente, o dinheiro só pode ser usado em duas dimensões dando ou tirando. Mas o conhecimento e os pensamentos podem transformar as coisas, mover montanhas e fazer com que o poder efêmero pareça permanente. (MULGAN, 2007, p. 27).

ELEOTÉRIO, Valdênia Rodrigues Fernandes. *Cyberstalking!? e suas implicações no espaço escolar*. Campo Grande, 2021. 178f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2021.

RESUMO

Esta dissertação está vinculada à linha de pesquisa II, intitulada “Práticas Pedagógicas e suas Relações com a Formação Docente”, do Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE/UCDB) e ao Grupo de Pesquisa e Estudos em Tecnologia Educacional e Educação a Distância (GETED). Traz como objetivo geral: Analisar o *cyberstalking* e suas implicações no espaço escolar. E como objetivos específicos: 1) Analisar se no Projeto Político Pedagógico (PPP) e nos livros didáticos consta a temática *cyberstalking* e/ou estratégias e ações que norteiam os professores para a sensibilização, a prevenção e o combate do fenômeno nos anos finais do ensino fundamental; 2) Investigar a compreensão do (a) coordenador (a) pedagógico (a) e professores dos anos finais do ensino fundamental sobre o conceito do *cyberstalking*; e 3) Compreender como os professores dos anos finais do ensino fundamental abordam o tema *cyberstalking* em suas práticas pedagógicas. O *cyberstalking* é um fenômeno virtual, a prática de perseguir uma pessoa de forma insistente por meio da internet. A pesquisa é de natureza qualitativa, também é documental, utilizamos como instrumentos para a coleta e produção de dados o questionário sócio/profissional, a entrevista semiestruturada e o diário de bordo. O campo empírico foi uma escola da rede estadual de ensino, de um município da região centro-oeste, que atende aproximadamente 402 alunos, nos turnos matutino e vespertino, onde a prática do *cyberstalking* tem crescido significativamente nos últimos anos. Os sujeitos da pesquisa foram quatro professores(as); um da área de ciências humanas, um de exatas, dois de linguagens e o(a) coordenador(a) pedagógico(a) dos anos finais do ensino fundamental. Os resultados da pesquisa demonstraram que a prática do *cyberstalking* acarretam implicações negativas nas interações, no clima e na aprendizagem dos alunos no espaço escolar. Que no Projeto Político Pedagógico (PPP) e nos livros didáticos constam estratégias e ações implícitas e explícitas que norteiam os professores para a sensibilização, a prevenção e o combate do *cyberstalking* nos anos finais do ensino fundamental. Que a maioria dos docentes compreendem o *cyberstalking* como um fenômeno social, um tipo de violência psicológica resultante da destreza dos jovens em utilizar as TIC para a cultura da superexposição da vida privada nas redes sociais, do seu espírito aventureiro, da falta de educação digital. Que os professores, sujeitos da pesquisa, ainda não abordaram a temática intensamente, mas, carregam consigo experiências da vida pessoal e profissional que lhes dão noções basilares para a (re)significação do fazer docente contribuindo para a tomada de decisão consciente em desenvolver futuramente práticas pedagógicas para trabalhar o fenômeno no espaço escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. *Cyberstalking*. Tecnologia.

ELEOTÉRIO, Valdênia Rodrigues Fernandes. *Cyberstalking 1? and its implications in the school space*. Campo Grande, 2021. 178f. Dissertation (Master's) - Graduate Program in Education at the Catholic University Dom Bosco, Campo Grande, 2021.

ABSTRACT

This dissertation is linked to line of research II, entitled “Pedagogical Practices and their Relations with Teacher Education”, from the Postgraduate Program in Master and Doctorate Education at Universidade Católica Dom Bosco (PPGE / UCDB) and to the Research and Development Group Studies in Educational Technology and Distance Education (GETED). It brings as a general objective: To analyze cyberstalking and its implications in the school space. And as specific objectives: 1) Analyze whether in the Pedagogical Political Project (PPP) and in textbooks there is the cyber-stalking theme and / or strategies and actions that guide teachers to raise awareness, prevent and combat the phenomenon in the final years of teaching fundamental; 2) Investigate the understanding of the pedagogical coordinator (a) and teachers of the final years of elementary school on the concept of cyberstalking; and 3) Understand how teachers in the final years of elementary school approach the topic of cyberstalking in their pedagogical practices. Cyberstalking is a virtual phenomenon, the practice of persecuting a person insistently through the internet. The research is of a qualitative nature, it is also documentary, we use the partner / professional questionnaire, the semi-structured interview and the logbook as instruments for data collection and production. The empirical field was a state school, from a municipality in the Midwest region, which serves approximately 402 students, in the morning and afternoon shifts, where the practice of cyberstalking has grown significantly in recent years. The research subjects were four teachers; one from the humanities, one from exact sciences, two from languages and the pedagogical coordinator of the final years of elementary school. The results of the research showed that the practice of cyber-stalking has negative implications for interactions, climate and students' learning in the school space. That the Political Pedagogical Project (PPP) and the textbooks contain implicit and explicit strategies and actions that guide teachers to raise awareness, prevent and combat cyberstalking in the final years of elementary school. That the majority of teachers understand cyberstalking as a social phenomenon, a type of psychological violence resulting from the skill of young people to use ICT for the culture of overexposure of private life on social networks, their adventurous spirit, the lack of digital education. That the teachers, subjects of the research, have not yet approached the theme intensely, but carry with them experiences of personal and professional life that give them basic notions for the (re) meaning of making teachers contributing to the conscious decision making in developing future pedagogical tools to work the phenomenon in the school space.

KEY WORDS: Education. Cyberstalking. Technology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma construção do estado do conhecimento cyberstalking e clima escolar.....	28
------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Publicações da Plataforma Digital <i>Google Acadêmico</i>	31
Quadro 2 - Publicações da Série de Estudos Periódicos da UCDB	42
Quadro 3 - Publicações da Biblioteca Digital Eletrônica <i>SciELO</i>	43
Quadro 4 - Perfil Sócio/Profissional dos Sujeitos da Pesquisa	63
Quadro 5 - Organização das atividades desenvolvidas no campo empírico e instrumentos/artefatos utilizados	64
Quadro 6 - O Livro Didático e o <i>Ciberstalking</i>	122
Quadro 7 - Sujeitos da pesquisa	132

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	176
Anexo B - Questionário sócio/profissional.....	178
Anexo C - Roteiro de entrevista.....	179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ART. - Artigo

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BTD/ibict - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CETIC - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação

DARPA - *Defense Advanced Research Projects Agency*

EAC - Escala de Avaliação de *Cyberstalking*

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

ED. - Editora

IVS – Inventário Vitimação por *Stalking*

IPISOS - Instituto de Pesquisas

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

PPP - Projeto Político Pedagógico

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

RBS - Rede Brasil Sul de Televisão

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

SciELO – Biblioteca Científica Eletrônica *On Line*

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCP/IP - *Transmission Control Protocol*

UPP - Unidade de Polícia Pacificadora

UCLA - Universidade da Califórnia em *Los Angeles*

USA - Estados Unidos da América

UOL - Universo *On Line*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I - O ESTADO DO CONHECIMENTO: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES COM OUTRAS PESQUISAS	23
CAPÍTULO II - METODOLOGIA: CAMINHOS PERCORRIDOS NA PESQUISA	49
2.1 O caminhar na pesquisa: primeiros passos	51
2.2 A pesquisa qualitativa em educação	52
2.3 Instrumentos utilizados para a coleta de dados	55
2.4 A escola pesquisada	60
2.5 Os sujeitos da pesquisa	63
2.6 Roteiro de atividades desenvolvidas no campo Empírico	64
CAPÍTULO III - EM QUE SOCIEDADE VIVEMOS?	69
3.1 Cibercultura	75
CAPÍTULO IV - CIBERSTALKING!?! E SUAS IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO ESCOLAR	87
4.1 Origem e conceito	87
4.2 O que diz a legislação brasileira	95
4.3 Espaço escolar: interação e clima	99
4.4 Coordenador pedagógico e o professor: função e formação continuada	104
CAPÍTULO V - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO CONHECIMENTO PRODUZIDO	112
5.1 O Projeto Político Pedagógico (PPP)	112
5.2 O livro didático	120
5.3 Compreensão e relações: O coordenador pedagógico, os professores e o <i>ciberstalking</i>	131
5.4 Práticas pedagógicas e o <i>ciberstalking</i>	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	140
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	155
ANEXO B - QUESTIONÁRIO SÓCIOPROFISSIONAL	157
ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTA	158

INTRODUÇÃO

Estamos vivenciando uma era intrigante, a ciência e a tecnologia têm avançado de tal forma que acompanhar seu desenvolvimento tornou-se um desafio. A sociedade contemporânea foi reorganizada, caem-se os padrões onde a cultura, a arte e o conhecimento eram produzidos e divulgados unilateralmente. Com o advento e a popularização da internet e a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)¹ a socialização que agora também acontece em rede, vem transformando a construção cultural da identidade individual e coletiva dos sujeitos.

Abrir espaço para entender como as TIC são integradas no espaço escolar fomentando o processo de ensino/aprendizado, tem sido um dos maiores desafios para aqueles que são/estão envolvidos com a educação. Todas essas constantes transformações têm levado professores e coordenadores a pensarem na formação dos alunos numa perspectiva crítica/reflexiva para enfrentar os desafios do século XXI.

O acesso às tecnologias no ambiente escolar é um direito assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 (LDB), no nosso país. É um artefato² da nossa cultura que pode ser utilizado para o desenvolvimento, para a inclusão e pode auxiliar na construção do conhecimento, porém, nesse novo momento histórico esse recurso tecnológico

¹ Na dissertação optamos pelo termo “Tecnologias da Informação e Comunicação” por entender que ele representa o ponto de convergência entre a informática e a comunicação, ou seja, um conjunto de artefatos computacional e meios de comunicação social (televisão, celular, vídeo e etc.) utilizado para divulgar informação nas diferentes áreas de conhecimento em que seu uso não é limitado a conexão a rede (internet). Todavia, Segundo Rodrigues (2016), existem outros termos que emergem das TIC, cunhados por diversos autores que foram influenciados pela convergência digital, a internet móvel, a TV digital, a computação quântica e a Inteligência Artificial dentre outros fatores. São eles; Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC).

² Os recursos tecnológicos podem ser considerados artefatos uma vez que viabilizam a mediação, modificando as relações e ainda é possível considerá-los enquanto instrumentos de representação que podem exibir variados significados, a depender do contexto cultural no qual estão inseridos (SANTIAGO et al., 2016, p. 4).

também é utilizado cotidianamente para a prática de fenômenos complexos, um dos casos é o *ciberstalking*.

A superexposição da vida privada nas redes sociais, o compartilhamento de *email* e número de celulares para criação de grupos de trabalho dentro e fora do espaço escolar tem sido apontada por pesquisadores, professores, juristas e outros atores sociais como possíveis facilitadores para a prática do *ciberstalking* onde o intuito maior do agressor é a perseguição sistemática da vítima manipulando-a, acuando-a, amedrontando-a. Partindo, de todas essas premissas é que justificamos o tema da pesquisa: *Ciberstalking!?* e suas implicações no espaço escolar.

O interesse pela temática surgiu no ambiente escolar nos três primeiros anos de graduação. Sou formada em pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Enquanto acadêmica, participei de diversos projetos de extensão, de ensino, estágios de observação e regência em escolas públicas da rede estadual e municipal em uma cidade da região centro-oeste. Essas vivências permitiram-me compreender os desafios e possibilidades que envolvem cotidianamente o trabalho pedagógico do professor no exercício de sua profissão.

Imersa no espaço escolar, presenciei várias atitudes de violência entre adolescentes como xingamentos, discussões e agressões físicas. Percebe-se que de maneira instantânea, quando algum desses atritos acontecia, os jovens pegavam seus celulares filmavam as ações e compartilhavam entre si. As agressões, que aconteciam no espaço físico eram reproduzidas numa velocidade impressionante no espaço virtual.

Fenômenos como: *bullying*³ e o *ciberbullying*⁴, já fazem parte do cotidiano dessas escolas. Em alguns casos, ocorre a intervenção da direção e da coordenação pedagógica, mas de forma velada e isolada. Nas escolas percebia-se um cartaz no mural que lembravam a gravidade dos fenômenos no contexto escolar, porém, os temas só eram abordados quando acontecia outro caso semelhante aos fenômenos mencionados.

Essas tensões fizeram-me refletir, diante de tantos compromissos pedagógicos que o professor tem como: planejamento semanal, mensal, correções de cadernos, trabalhos e cumprimento do currículo entre outros afazeres, que buscar solução para prevenção da

³ Fante (2005, p. 28-29), define o *bullying* como um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetidas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outros(s), causando dor, angústia e sofrimento.

⁴ Já Slonje e Smith (2008), afirmam que o *ciberbullying* pode ser entendido como um tipo específico de *bullying* que ocorre por meio da internet com a utilização de artefatos tecnológicos como o celular.

violência no espaço escolar de forma interdisciplinar passa a ser mais um desafio não só do professor, mas, de toda a comunidade escolar.

No último ano de graduação, voltei a uma dessas escolas para desenvolver o estágio de regência nos anos iniciais do ensino fundamental, no turno vespertino e a observação do espaço escolar também para preencher os documentos no período matutino. Essa escola fica localizada na zona urbana do município e atende aproximadamente cerca de 402 alunos nos turnos matutino e vespertino.

A carga horária de estágio do Curso de Pedagogia da UFMS, na qual sou formada, é de 80 horas, desse total, 32 horas são em sala de aula, e 42 horas divididas entre análise de documentos da escola, participação em reuniões pedagógicas e conselhos de classe, entrevistas com professores, coordenadores pedagógicos, direção entre outras atividades. São duas semanas intensas de desenvolvimento de atividades e produção de conhecimentos.

Nos primeiros dias de estágio os alunos da escola te olham com certo estranhamento, mas, com o passar dos dias a convivência com as crianças e adolescentes estreitam os laços de afetividade gerando confiança, assim, dando abertura a diálogos mais frequentes. Nessas interações, falam dos mais diferentes assuntos tais como: família, escola, namoro, futebol, violência e internet. Em todos esses momentos, me propus a fazer uma escuta sensível, demonstrando a cada um que se aproximava, mesmo que em meio aos 402 alunos que frequentavam a escola e a tudo que acontecia simultaneamente, que a voz deles era a coisa mais relevante naquele momento.

No mês de agosto do ano de 2017, por ser o mês do aniversário da cidade, os professores dos anos finais do ensino fundamental propuseram atividades interdisciplinares. O município que a escola está inserida traz na história de sua colonização, uma mistura de culturas e raças por conta da guerra do Paraguai e essa era a proposta pedagógica da escola, que os alunos produzissem uma construção histórica da cidade através de textos, desenhos e maquetes.

Na ocasião, o ritmo intenso de trabalhos escolares dos alunos e das minhas atividades de estágio levou-nos a frequentar a escola mais que o habitual. Diante dessas idas e vindas, observei Mariana (nome fictício), uma adolescente de doze anos, estudante dos anos finais do ensino fundamental.

De acordo com os professores e as minhas observações, Mariana é espontânea, comunicativa e possui facilidade para apreender os conteúdos explanados em sala de aula. Percebi com o passar dos dias que a adolescente tinha mudado de comportamento, a menina

falante, agora passava a maior parte do tempo calada, sua expressão facial transmitia uma mensagem de dor e tristeza.

Uma das atividades do roteiro de estágio é participar das reuniões pedagógicas da escola, numa das reuniões que presenciei, o nome de Mariana foi um dos assuntos citados, suas notas estavam abaixo da média e a participação nas aulas se resumiu na presença física. Segundo os professores a atenção de Mariana estava totalmente voltada à tela do celular, não o manuseava, mas, vigiava continuamente com os olhos aflitos. Os alunos dessa escola podem ficar com os celulares em sala, porém só utilizará caso estiverem incluídos na proposta de atividades das aulas.

Resolvi começar a interagir com a adolescente, às vezes lhe cumprimentava com um bom dia, outras vezes perguntava-lhe se estava tudo bem, aos poucos fui abrindo caminho para um futuro diálogo. Passando alguns dias, Mariana se aproximou e relatou-me que um rapaz que ela não sabia quem era se apresentava com nome “Americano”, havia invadido seu *email*, seu *whathapp* e *Facebook*, sabia tudo que ela fazia dentro e fora da escola, como os lugares que frequentava, descrevendo até mesmo a roupa que a estudante vestia nos mínimos detalhes.

Mariana contou que apagava o contato, os conteúdos e no dia seguinte as mensagens novamente apareciam, com outro nome, um novo endereço eletrônico, um novo número. A estudante sentia-se vigiada, perseguida, acuada, enquanto contava a estudante chorava copiosamente.

A partir desse episódio comecei a pesquisar sobre o assunto na internet e descobri que essa prática é considerada crime, segundo a legislação brasileira e é definido como *ciberstalking*. Embasada pelo conhecimento que adquiri com a pesquisa sobre o fenômeno e as minhas observações cotidianas compreendi que a prática do *ciberstalking* era uma realidade nesse espaço escolar e o número de casos estava crescendo significativamente.

Em uma conversa formal sobre o objeto da pesquisa com a gestora de uma das escolas do município a docente relatou-me que recentemente uma aluna da escola e ela foram vítimas desse fenômeno. Esse fato demonstra a relevância social da pesquisa na busca da sensibilização e discussão sobre o *ciberstalking* não só na escola, mas, em todos os outros espaços.

Diante desse cenário emergiram algumas indagações: Quais as implicações do *ciberstalking* no espaço escolar? Nos documentos da escola (Projeto Político Pedagógico-PPP e nos livros didáticos) consta a temática *ciberstalking* e/ou estratégias e ações que norteiam os professores para a sensibilização, a prevenção e o combate do fenômeno nos anos finais do

ensino fundamental? Qual a compreensão do coordenador pedagógico e professores dos anos finais do ensino fundamental sobre o conceito de *ciberstalking*? Como os professores dos anos finais do ensino fundamental abordam o tema *ciberstalking* em suas práticas pedagógicas?

Baseadas nessas indagações o objetivo principal dessa dissertação foi: Analisar o *ciberstalking* e suas implicações no espaço escolar. Articulando-se com os seguintes objetivos específicos;

-Analisar se no Projeto Político Pedagógico (PPP) e nos livros didáticos consta a temática *ciberstalking* e/ou estratégias e ações que norteiam os professores para a sensibilização, a prevenção e o combate do fenômeno nos anos finais do ensino fundamental;

-Investigar a compreensão do (a) coordenador (a) pedagógico (a) e professores dos anos finais do ensino fundamental sobre o conceito de *ciberstalking*;

-Compreender como os professores dos anos finais do ensino fundamental abordam o tema *ciberstalking* em suas práticas pedagógicas.

O aporte teórico da dissertação é composto por estudos de autores como Freire (1975); Nóvoa (1992); Moran (1997); Mercado (1998); Lévy (1999); Reno (1999); Castells (1999); Bauer e Gaskell (2002); Manzini (2003); Bauman (2007); Sheridan e Grant (2007); Gadotti (2007); Placco (2008); Jenkins (2009); Lemos (2010); Luck (2011) e Paniago (2016) dentre outros.

Após a introdução, nossa pesquisa está estruturada da seguinte forma; o primeiro capítulo tem como tema; “O estado do conhecimento: possíveis aproximações com outras pesquisas”. Nele são apresentados os dados do conhecimento já produzido por outros pesquisadores sobre o fenômeno pesquisado o *ciberstalking* e o clima escolar. A pesquisa foi realizada no banco de dados do *Google* acadêmico, na *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e na Revista Série de Estudos da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

O segundo capítulo traz como tema, “Metodologia: os caminhos percorridos na pesquisa”, nele são abordados os documentos necessários para se desenvolver uma pesquisa *stricto sensu*, os critérios de escolha do campo empírico, dos sujeitos e os instrumentos empregadas para a coleta de dados.

No terceiro capítulo intitulado; “Em que sociedade vivemos?”, contextualizamos o cenário contemporâneo permeado pelas transformações resultantes do desenvolvimento científico e tecnológico onde a quebra das fronteiras da sociedade física e o livre acesso às informações mudaram completamente a maneira como compramos, trabalhamos,

pesquisamos, estudamos, nos relacionamos. Diante desse contexto e das novas possibilidades de interação e produção de conhecimento emerge a cultura digital, a cibercultura.

No quarto capítulo, foi abordado o fenômeno “*Ciberstalking*”, sua origem, conceito, formas de atuação do agressor, ferramentas utilizadas para a prática da perseguição e as implicações causadas na vida da vítima. Em seguida, por meio da fala de juristas e outros atores sociais foi citado como a sociedade tem utilizado a legislação brasileira para coibir judicialmente as ações do perseguidor.

Visando responder o problema da pesquisa, “Quais as implicações do *ciberstalking* no espaço escolar?”, integramos ao debate a figura do coordenador pedagógico e do professor, atores diretos da articulação do currículo, dos desafios existentes na escola e no processo de ensino/aprendizagem.

No quinto capítulo, trazemos a “Apresentação e análise do conhecimento produzido” durante o período de três meses na escola, por meio da leitura e análise do PPP, dos livros didáticos, das interações vividas com os sujeitos para o preenchimento do questionário sócio/profissional e a realização da entrevista semiestruturada.

Caminhando para o fechamento desse ciclo e já visando abertura de um novo a partir das novas indagações que foram surgindo com o desenvolvimento da pesquisa, apresentamos as considerações finais, as referências, os apêndices e demais anexos que compõem a estrutura da dissertação.

CAPÍTULO I - O ESTADO DO CONHECIMENTO: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES COM OUTRAS PESQUISAS

Curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos. (FREIRE, 1996, p. 18).

A citação acima descreve o estado em que nos encontrávamos quando construímos esse capítulo, inquietas, impacientes e provocadas a conhecer o desconhecido. Foi a percepção da gravidade da prática do fenômeno que instigou-nos e despertou-nos o desejo em emprendermos esforços para pesquisar sobre o *ciberstalking* visando contribuir com a produção de conhecimento científico que favoreça a comunidade escolar, acadêmica e a sociedade para a sensibilização, a prevenção e o combate desse fenômeno.

Segundo pesquisas científicas na área educacional os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* de universidades públicas e privadas do Brasil têm adotado como parte do processo de formação de mestrados e doutorandos a leitura de obras que lhes permitam entender o que é pesquisa, o que é ser pesquisador, qual a relevância da sua pesquisa para a sociedade, o que o levou enquanto sujeito a buscar essa formação.

No mestrado em Educação da UCDB temos uma disciplina curricular denominada “Pesquisa em Educação” que foi vital para a construção desse capítulo, quando os professores da disciplina e a minha orientadora, incentivaram-me a construir o estado do conhecimento, fui tomada pelos sentimentos de angústia e insegurança devido à complexidade que envolve as análises.

No decorrer do semestre tivemos aulas teóricas e práticas onde foram sanadas nossas dúvidas com relação aos bancos de dados para a realização da pesquisa e os instrumentos que poderíamos utilizar para coletar os dados e as possíveis maneiras de expor de forma compreensível o conhecimento produzido. Esse momento da pesquisa exige leituras

aprofundadas, respeito pelos pesquisadores que produziram o conhecimento e coerência nas nossas argumentações.

Com a construção do estado do conhecimento compreendi que caminhar no mundo da pesquisa requer em primeiro lugar uma ruptura⁵ de pré-conceitos e certezas nas evidências. Um(a) pesquisador(a) se constrói antes de tudo com leitura e interpretação dos dados já existentes na busca de adaptar o conhecimento já produzido para a realidade do lugar de onde se fala, esse entendimento é relevante para chegar onde se almeja.

O desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica/reflexiva se faz necessário para que o aluno de pós-graduação possa compreender a relevância da construção da base, do alicerce de sua pesquisa, o estado da arte e/ou conhecimento. Sobre o estado da arte Romanowski e Ens (2006), pontuam:

Os estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada. (ROMANOWSKI e ENS, 2006, p. 39).

Segundo as autoras, este tipo de trabalho nos permite entrar em contato com as inquietações que vêm permeando o campo da pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento tais como: as temáticas mais abordadas, os procedimentos metodológicos empregados, contribuições alcançadas no campo teórico, bem como possíveis lacunas existentes que servirão como ponto de partida para novas pesquisas. O que coincide com a afirmação de Messina (1998, p. 1), quando fala: “[...] Em um Estado da Arte está presente a possibilidade de contribuir com a teoria e prática”.

Assim, compreende-se que a construção do estado da arte é mais complexa que a do estado do conhecimento uma vez que a pesquisa de um determinado tema é realizada por vários pesquisadores, em diferentes bancos de dados podendo ser nacionais e/ou internacionais dependendo do objetivo a ser alcançado, com diferentes produções como: artigos, teses, e dissertações entre outros.

Romanowski e Ens (2006, p. 39), explicam que: “[...] Para realizar um estado da

⁵A ruptura consiste precisamente em romper com os preconceitos e as falsas evidências, que somente nos dão a ilusão de compreender as coisas. A ruptura é, portanto, o primeiro ato constitutivo do procedimento científico. (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2005, p. 25).

arte não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos na área, estudos sobre as publicações em periódicos da área”. Já o estado do conhecimento é definido como:

Identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. (MOROSINI e FERNADES, 2014, p. 155).

Com as atividades de identificar, registrar, categorizar os dados obtidos por meio da leitura das produções acadêmicas visa-se relacionar o conhecimento adquirido sobre a temática pesquisada com a vida cotidiana, levando em consideração o contexto histórico, social e cultural. Para Morosini e Fernandes (2014, p. 55), “no trabalho acadêmico, o conhecimento e suas relações com a vida é nossa ferramenta de trabalho”.

No meio acadêmico nos primeiros meses cursando o mestrado presenciei a frequente dúvida sobre o que caracteriza uma pesquisa do tipo estado do conhecimento. Para Romanowski e Ens (2006, p. 39), “o estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de estado do conhecimento”, sua construção permite fornecer:

Um mapeamento das ideias já existentes, dando-nos segurança sobre fontes de estudo, apontando subtemas passíveis de maior exploração ou, até mesmo, fazendo-nos compreender silêncios significativos a respeito do tema de estudo. Acredito que o Estado de Conhecimento deva ser o movimento inicial de toda pesquisa, uma vez que localiza e norteia os passos da investigação, a partir do conhecimento e da compreensão da produção intelectual que aborda estudos relacionados ao objeto de nossa pesquisa. (MOROSINI e FERNADES, 2014, p. 158).

Segundo as autoras, a prática da construção do estado do conhecimento, permite o delineamento e a organização do estudo, contribuindo com a análise dos trabalhos selecionados nos diferentes bancos de dados. Essa atividade, possibilita ao pesquisador ter uma visão ampla, abrangente e atual, favorecendo o desenho estrutural de sua pesquisa de forma coerente e aprofundada. Para Morosini e Fernandes (2014), o estado do conhecimento é considerado:

Um estudo basilar para futuros passos dentro da pesquisa pretendida. Permite-nos entrar em contato com os movimentos atuais acerca do objeto de investigação, oferecendo-nos uma noção abrangente do nível de interesse acadêmico e direcionando, com mais exatidão, para itens a ser explorados –

reforço de resultados encontrados ou criação de novos ângulos para o tema de estudo – abrindo assim, inúmeras oportunidades de enriquecimento do estudo. (MOROSINI e FERNADES, 2014, p. 158).

Entende-se que os dois levantamentos têm caráter bibliográfico e são relevantes para o aprofundamento do campo teórico do tema a ser pesquisado e possuem características de inacabamento. Segue o argumento de Teixeira (2006):

As pesquisas sobre o Estado da Arte ou do Conhecimento estão sempre inconclusas, uma vez que não podem ser finitas (ter término), levando-se em consideração, principalmente, o movimento ininterrupto da ciência, que se vai construindo ao longo do tempo, privilegiando ora um aspecto, ora outro, em constante movimento. E nesse interlúdio, os conceitos sofrem mutações, devido às intervenções do próprio conceito de campo e, conseqüentemente, dos autores nele inseridos. (TEIXEIRA, 2006, p. 63).

Por esses modelos de pesquisas apresentarem característica de inconclusão, nota-se a relevância que o pesquisador demarque um determinado espaço de tempo para que ocorra a investigação, uma vez que a produção do conhecimento está em constante movimento, surgindo novas temáticas, novos conceitos, novos autores. Essas transformações nos fazem refletir enquanto pesquisadores no quanto é desafiador ter embasamento sobre os conhecimentos já inseridos na sociedade e de que forma iremos trilhar um novo⁶ caminho para compreender o desconhecido.

De posse de todas essas considerações, nos dedicamos a analisar teses e dissertações escritas em inglês, espanhol e português que abordavam a temática *ciberstalking*, para isso, definimos que o período a ser investigado seria dos trabalhos publicados nos últimos nove anos (2011-2019)⁷, no intuito de conhecer o que já foi produzido sobre o fenômeno visando compreender quais as abordagens metodológicas mais usadas, quais objetivos foram trilhados e quem foram os sujeitos da pesquisa. Ressaltamos que os critérios de inclusão foram os seguintes:

⁶ O novo pode advir de questões, tópicos ou áreas; da aplicação de ideias, métodos, approaches ou análises; ou do desenvolvimento ou aplicação de teorias, descrições teóricas ou approaches teóricos; ou invenção, desenvolvimento ou aplicação de métodos, ou approaches, técnicas computacionais ou tecnologias; ou da criação, descoberta ou utilização de dados, conjunto de dados, arquivos, informações, fontes ou recursos; [...] ou da produção de conclusões, respostas, descobertas ou provas; ou da combinação ou síntese de coisas (experimentos, fatos, conhecimentos, modelo de pesquisa, problemas, fontes, tecnologias, construtos teóricos) de outros campos ou disciplinas (LOVITTS, 2007, p. 31).

⁷ A escolha do recorte temporal entre os anos de (2011-2019), foi definida após a leitura dos resumos das pesquisas selecionadas revelarem que as publicações entre os anos de (2008-2010) se distanciavam da presente pesquisa por evidenciarem a busca de leis específicas para criminalizar a prática do *ciberstalking* em países como Portugal e Estados Unidos da América entre outros e pouco contribuiriam com a pesquisa.

- Pesquisas que abordassem o tema *ciberstalking*;
- Pesquisas realizadas no espaço acadêmico ou escolar;
- Pesquisas que os sujeitos fossem adolescentes, professores e/ou coordenadores pedagógicos;
- Produções de universidades públicas e privadas a nível *stricto sensu* publicadas nos últimos nove anos (2011-2019).

Definimos como descritores para a busca dos trabalhos nos bancos de dados às temáticas: *ciberstalking*, *ciberstalking* e educação, *ciberstalking* e adolescentes, *ciberstalking* e prática pedagógica, sendo que todas essas temáticas estão diretamente relacionadas ao tema e aos objetivos traçados na pesquisa.

Para a realização da pesquisa optamos pelos seguintes bancos de dados: biblioteca virtual da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), biblioteca eletrônica *on line Scientific Electronic Library (SciELO)*, Biblioteca Digital de Teses e Dissertação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/ibict), *Google Acadêmico* e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

A escolha desses bancos de dados para a realização da pesquisa do estado do conhecimento, deu-se por serem reconhecidos como organizações no campo da pesquisa científica e acadêmica, por possuírem um vasto número de publicações nacionais e internacionais de universidades públicas e privadas nas diferentes áreas do conhecimento, pelo o acesso as plataformas e as publicações serem gratuitos.

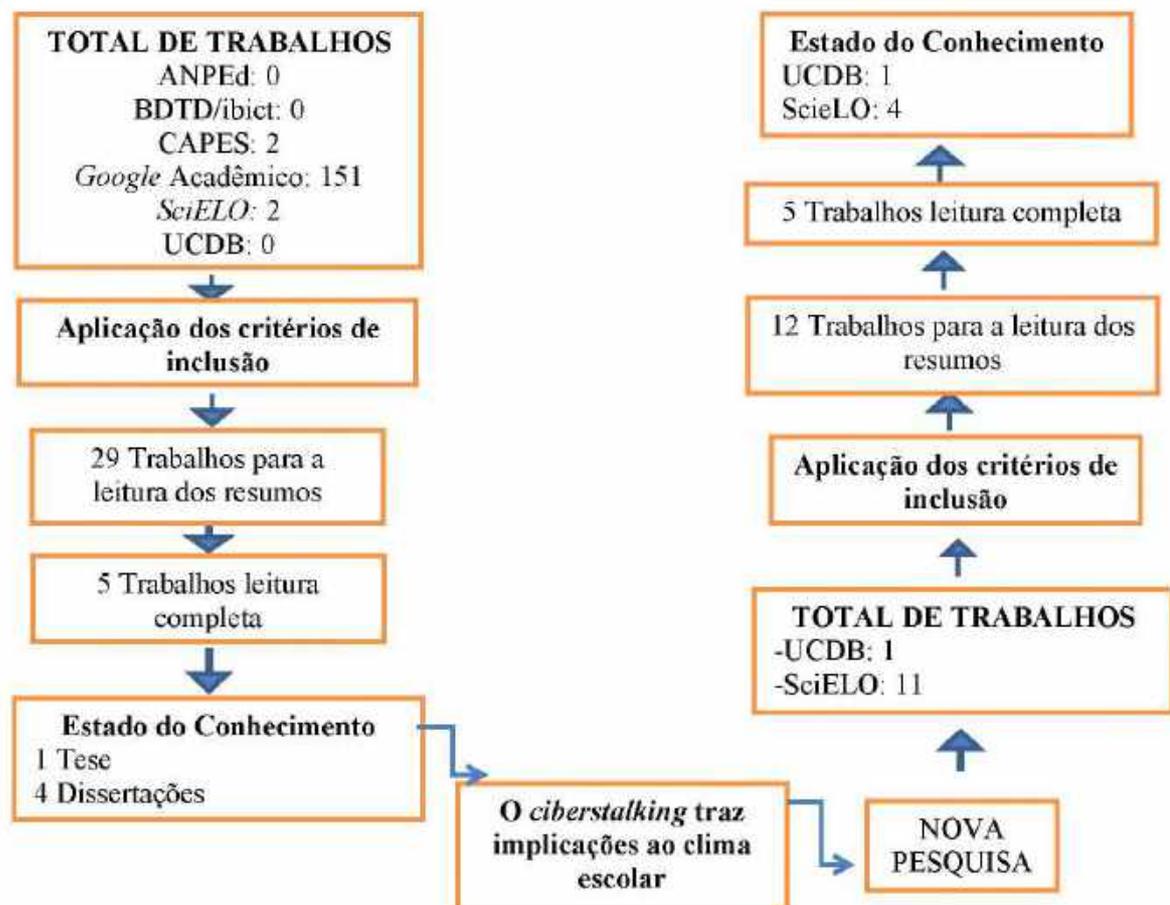
Romanowski e Ens (2006), afirmam que para desenvolver uma pesquisa do tipo estado do conhecimento é necessário compreender que ela é um estudo descritivo e também analítico, um processo minucioso, detalhado que requer disponibilidade de tempo e leitura. Quivy e Campenhoudt (2005), explicam:

Tratar-se-á, concretizando, de selecionar muito cuidadosamente um pequeno número de leituras e de se organizar para delas retirar o máximo de proveito, o que implica um método de trabalho corretamente elaborado. É, portanto, um método de organização, de realização e de tratamento das leituras [...] Este é indicado para qualquer tipo de trabalho, seja qual for o seu nível. (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2005, p. 49).

Segundo Quivy e Campenhoudt (2005), é fundamental selecionar obras com diferentes abordagens, realizar a leitura de forma intensa e crítica, se apropriar do referencial teórico para fundamentar a pesquisa que será desenvolvida e traçar um mapa da evolução e/ou retrocesso do tema/fenômeno social pesquisado.

Assim, Quivy e Campenhoudt (2005, p. 50), pontuam: “é, portanto, normal que um investigador tome conhecimento dos trabalhos anteriores que se debruçam sobre objetos comparáveis e que explicita o que aproxima ou distingue o seu trabalho destas correntes de pensamento”. A seguir demonstraremos por meio de um organograma o número de publicações encontradas em cada banco de dado e a forma como as pesquisas que compõem esse capítulo foram selecionadas.

Figura 1: Organograma da construção do estado do conhecimento *ciberstalking* e clima escolar (2011-2019)



Fonte: elaborado pelas autoras em 29 de out. 2020.

Iniciamos a pesquisa no banco de dados da ANPEd, definimos pelo mapeamento no Grupo de Trabalho 16, intitulado “Educação e Comunicação” por apresentar um número vasto de produções que abordam questões contemporâneas na área de educação e tecnologia.

Foram analisados os resumos de 60 trabalhos completos, total das três últimas reuniões (2013, 2015, 2017)⁸.

Não encontramos nenhum trabalho que abordasse o tema *ciberstalking* no GT-16, esse dado reforçou a nossa tomada de decisão em desenvolver uma pesquisa que ampliasse o debate sobre o *ciberstalking*. Segundo pesquisas científicas educacionais a temática já está presente nas relações escolares, nos apropriamos de referenciais teóricos sobre cibercultura e formação docente de autores como Lévy (1999), Santaella (2013) e Nóvoa (1992), que serão utilizados no aporte teórico da dissertação.

Nos bancos de dados da BDTD/ibict e da UCDB não foram encontrados nenhuma pesquisa que abordasse a temática *ciberstalking*. No banco de teses e dissertações da CAPES foram encontradas duas dissertações que não estão incluídas na pesquisa pelo distanciamento dos nossos objetivos. Na biblioteca eletrônica *SciELO*, foram encontrados dois artigos, porém os mesmos já estão registrados no *Google* acadêmico e fazem parte da dissertação de mestrado de Pires (2016), que foi construída no formato *multipaper*. Diante dos resultados encontrados nos bancos de dados acima citados definimos que a investigação seria realizada apenas no banco de dados do *Google* acadêmico.

A pesquisa no *Google* acadêmico precisou-se fazer uma reflexão analítica mais densa por possuir um número extenso de trabalhos referente ao *ciberstalking* em diversas áreas de conhecimento (psicologia jurídica, comunicação social, direito entre outras.). Nesse banco de dados foram encontrados 151 resultados. Em seguida, apliquei os critérios de inclusão discriminados anteriormente, restaram-se 29 trabalhos para a leitura dos resumos. Ferreira (2002, p. 269), explica que: “[...] O resumo permite outras descobertas, se lido e interrogado para além dele mesmo, quando lido numa prática criadora vivida fora dos preceitos previstos pelo autor do resumo”.

Com a leitura dos 29 resumos pudemos identificar os trabalhos que tinham aproximação com o objeto de pesquisa o *ciberstalking* e os objetivos traçados na pesquisa. A partir das aproximações, selecionamos 5 trabalhos para que fosse realizada a leitura completa. Depois, construímos uma planilha do Excel e organizamos todos os trabalhos selecionados com os seguintes dados; nome banco de dados, ano da defesa, instituição, autor, título, tipo de trabalho, objetivo geral, referencial teórico, metodologia e resultados. Os cinco trabalhos são apresentados primeiro em um quadro, para melhor visualização do conjunto, em seguida é

⁸ As reuniões da ANPEd anteriores ao recorte temporal (2013, 2015, 2017), não foram incluídas na pesquisa por apresentarem distanciamento do referencial teórico e do tema da dissertação o *ciberstalking*.

explanada uma análise detalhada de cada pesquisa com as aproximações e os distanciamentos do nosso objeto de estudo.

Ressaltamos ainda, que após a leitura dos trabalhos completos que compõem o estado do conhecimento, compreendemos que a prática do *ciberstalking* trazem implicações ao clima escolar. Após a descoberta desse dado, por não ter entendimento sobre o clima, realizamos uma nova pesquisa com a temática clima escolar. A busca foi realizada nos mesmos bancos de dados que a pesquisa sobre o *ciberstalking*, ANPEd, BTD/ibict, CAPES, *SciELO*, *Google* acadêmico e UCDB. Os descritores utilizados foram; clima e *ciberstalking*, clima e fenômenos virtuais, clima e espaço escolar e clima e cultura.

Aplicamos os seguintes critérios para a inclusão dos trabalhos no estado do conhecimento: que fossem artigos resultantes de capítulos de teses, dissertações ou projetos desenvolvidos por uma ou mais universidades públicas e privadas, que os trabalhos abordassem o clima relacionado à violência, às práticas docentes, ao espaço escolar e tivessem sido publicados entre os anos de (2011-2019).

Justificamos a escolha de analisar somente artigos nessa fase pela necessidade do cumprimento do prazo de dois anos estipulados pelo PPPGE/UCDB para o desenvolvimento e a conclusão da dissertação, por ser bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e por entender que esse modelo de publicação aborda de forma direta as questões centrais das teses, dissertações e projetos contribuindo de forma significativa para a construção do trabalho.

Igualmente, informamos que definimos que o recorte temporal seria o mesmo da pesquisa sobre o *ciberstalking* (2011-2019), uma maneira de contemplar as mesmas implicações do desenvolvimento científico e tecnológico na sociedade contemporânea nesse espaço/tempo.

Com relação à pesquisa sobre o clima, após fazermos um cruzamento dos trabalhos selecionados nos primeiros bancos de dados UCDB e *SciELO* com os do *Google* acadêmico, entendemos que se tratavam das mesmas publicações. O mesmo resultado ocorreu na pesquisa realizada na CAPES e na BDTD/ibic, onde os trabalhos estão no formato de teses e dissertação. Já na ANPEd foram publicados outros capítulos dos mesmos trabalhos. Por esse motivo é que a pesquisa ocorre apenas na biblioteca virtual da *SciELO* e da UCDB.

Foram selecionados doze artigos, sendo um da biblioteca da UCDB e onze da *SciELO*. Após a leitura dos resumos foram descartados sete artigos por não contemplarem a relação entre o clima e o espaço escolar. Restaram cinco artigos para a leitura completa, são

esses trabalhos que compõe o estado do conhecimento, sendo um da UCDB e quatro da *SciELO*.

Os resultados das análises das pesquisas sobre o *ciberstalking* e o clima são apresentados a seguir, primeiro em forma de quadro para uma melhor visualização, depois em forma de texto. (Quadro 1).

Quadro 1: Publicações da Plataforma Digital Google Acadêmico (2011-2019)				
Palavras-chave: <i>Ciberstalking</i>, adolescentes				
ANO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	AUTOR(ES)	NATUREZA
2011	Universidade do Minho - Portugal	<i>Cyberstalking: Prevalência na população universitária da Universidade do Minho</i>	Célia Sofia de Sousa Carvalho	Dissertação Psicologia da Justiça
2014	Universidade do Minho-Portugal	<i>Cyberagressões, Adolescência e Envolvimento Parental</i>	Fábio Jorge Ribeiro Novo	Dissertação Psicologia
2016	Universidade Fernando Pessoa-Portugal	<i>Cyberstalking: Prevalência e Estratégias e Coping em Estudantes do Ensino Secundário</i>	Juliana Filipa Barros Valquaresma	Dissertação Psicologia Jurídica
2016	Universidade do Minho-Portugal	<i>Cyberbullyng e Cyberstalking</i>	Luzia de Oliveira Pinheiro	Tese Ciência da Comunicação
2016	Universidade Fernando Pessoa	<i>Stalking e Cyberstalking: Estudo sobre a ocorrência e os Padrões de Vitimação em Estudantes do Ensino Universitário</i>	Sara Alexandra Massa Pires	Dissertação Psicologia Jurídica

Fonte: organizado pela autora em 19 de jul. 2019.

Na Universidade do Minho situada em Portugal, foi defendida a Dissertação de Carvalho (2011) com o título: *Cyberstalking: Prevalência na população universitária da Universidade do Minho*. A seleção da dissertação se dá pela aproximação da fundamentação teórica rica na conceituação do fenômeno em discussão o *ciberstalking*, por abordar algumas implicações da prática do fenômeno nas relações no espaço acadêmico.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar até que ponto a amostra universitária inquirida foi alvo de comportamentos de assédio através dos meios eletrônicos em algum momento da sua vida, e quais as estratégias são mais utilizadas nessa dinâmica.

Os sujeitos da pesquisa são 111 acadêmicos do 1º e 3º ano dos cursos de psicologia e biologia aplicada da Universidade do Minho. A pesquisa é qualitativa. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário *on line* que foi respondido entre os anos de 2010/2011.

A avaliação dos dados foi realizada com base na escala de Spitzberg e Hoobler (2002). Por ser um trabalho desenvolvido na área de psicologia, o instrumento permite compreender o comportamento dos participantes com relação ao *ciberstalking*.

Vale ressaltar que todas as vezes que a escala é aplicada em uma amostra de sujeitos, é necessário pedir a prévia autorização dos autores. Essa escala foi traduzida e adaptada pelas pesquisadoras Carvalho e Matos (2010) e é denominada de Escala de Avaliação de *Cyberstalking*. De posse dos questionários, os dados recolhidos foram inseridos e analisados com o apoio do *software* estatístico *Statistical Package for Social Sciences – version 19* (SPSS 19.0)

Os resultados da pesquisa apontam que os sujeitos passam mais horas *on line* interagindo com seus pares, socializando. O advento da internet tem aproximado às pessoas em redes coletivas, estreitando laços, criando novos círculos de amizades. Com os benefícios e as facilidades desse novo cenário social vêm também os riscos que esses sujeitos são submetidos. É necessário compreender que enquanto vigiamos também somos vigiados. Nesse sentido as medidas de segurança no espaço *on line* são facilmente esquecidas.

74,8% dos entrevistados já foram vítimas de *cibestalking* pelo menos uma vez. A forma de assédio mais utilizada é por meio do celular e das redes sociais. Os jovens que estavam cursando o 1º ano na universidade, menores de 21 anos, do sexo masculino, nesse cenário aparecem em um número maior como vítimas.

Por estarem vivenciando um universo novo, abrem-se a novas interações no espaço físico e virtual. Essas interações os deixam mais expostos. Quanto ao dado que os homens aparecem em maior número como vítimas nos faz refletir enquanto pesquisadores para nos esvaziarmos dos conceitos pré-formados, pois temos uma tendência a acreditar que as mulheres são vulneráveis em quase todos os cenários sociais e a pesquisa demonstra que nesse cenário a realidade é outra.

Sobre as limitações do estudo, o autor relata que os diretores dos cursos não colaboraram em sua totalidade para a adesão dos alunos como sujeitos da pesquisa. O fenômeno *stalking* (perseguição) no ano de 2011 era pouco pesquisado e havia dificuldade com relação à literatura. Já o *ciberstalking*, dispõe de um número maior de pesquisadores que

buscam entender o fenômeno. Segundo a pesquisadora, a utilização de apenas um instrumento para a coleta de dados limitou a abertura de fissuras para futuras pesquisas.

No ano de 2014, foi localizada a dissertação de Fábio José Ribeiro Novo com o título: *Ciberagressões,⁹ adolescência e envolvimento parental*, defendida na Escola de Psicologia da Universidade do Minho em Portugal. A aproximação é caracterizada por os sujeitos serem adolescentes, trazer para o debate as implicações negativas e positivas do uso das TIC, questões da cibercultura e pelo o campo empírico ser o espaço escolar.

Traz como objetivo geral, estudar o lado obscuro da comunicação interpessoal *on line* entre os adolescentes, em particular, a taxa de perpetração de agressões no ciberespaço e *cyberstalking*, a presença de sobreposição de papéis (vítima e agressor) e as dinâmicas de supervisão e/ou envolvimento parental.

A pesquisa é qualitativa, a técnica de coleta de dados foi um questionário *on line* com 128 perguntas, realizado entre os meses de fevereiro a junho do ano de 2013, com 627 adolescentes do sexo masculino e feminino com idade aproximada entre 12 e 16 anos, de escolas da rede pública e privada. Também participaram da pesquisa 586 sujeitos que são descritos pelo pesquisador como encarregados pela educação dos adolescentes são eles: pais, mães, tutores ou família de acolhimento.

Com esses sujeitos foi utilizado um questionário impresso que foi respondido a lápis com tempo de duração entre 10 e 15 minutos. O intuito era caracterizar o perfil dos familiares com relação ao uso das tecnologias digitais e quais suas percepções com relação às práticas com o uso das tecnologias e supervisão dos adolescentes. A utilização do questionário impresso nos leva a refletir no “porque?” da escolha. Não teriam os pais o mesmo domínio tecnológico que os adolescentes?

Para a análise dos dados, foi utilizado o inventário de comportamentos e atitudes frente às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) de Pereira e Matos (2015) que permite categorizar os adolescentes pelo nível sociodemográfico, hábitos com relação a utilização das TIC comportamento e segurança virtual e as práticas de supervisão parental.

Após esse procedimento aplicou-se a escala de avaliação do *cyberstalking* de Spitzberg e Hoobler (2002), que permite o entendimento do fenômeno a partir de análise de 18 tipos de comportamentos de assédio e perseguição *on line*. Para análise dos dados foi utilizado o software livre *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS; versão 22.0 para *Mac Os X*).

⁹ Ciberagressão é entendido como as agressões praticadas no ambiente virtual (NOVO, 2014, p. 14).

Os resultados demonstram que de acordo com as características sociodemográficas dos 627 estudantes que participaram da pesquisa, 114 praticam o *ciberstalking*, tem idade média de 14,38 anos de idade. 98% dos agressores são do sexo masculino, estão no terceiro ciclo do ensino básico em Portugal que corresponde ao ensino médio no Brasil, 71,5% frequentam a escola pública.

As táticas mais utilizadas por eles na prática do *ciberstalking* são: mensagens exageradas de afeto 33,3%, seguidas das mensagens demasiado reveladoras, carentes ou exigentes 17,7%, telefonar sem justificção aparente 69,9%, controlar ou enviar presentes para o telemóvel ou rede social 41,9%, enviar imagens ou mensagens pornográficas/obscenas 12,4%, enviar mensagens escritas, fotografias ou imagens ameaçadoras 1,2%, enviar mensagens a assediar sexualmente 9,1%, enviar mensagens para insultar 32,2%, expor informação privada sobre a pessoa aos outros 8,6%, fingir ser alguém que não é 21,5% e prejudicar a reputação pessoal na escola/grupos/sociedade 11,3%.

Com relação ao controle parental, para o uso das TIC pelos adolescentes, 64,2% dos entrevistados nunca ou raramente adotaram as seguintes estratégias de supervisão: perguntar o que está vendo, fazendo na rede, falar sobre as potencialidades dos artefatos tecnológicos, verificar o histórico de acesso, criar com os adolescentes seus *email*, *blog* e páginas nas redes sociais.

Segundo Novo (2014), o *cyberstalking* é um fenômeno crescente e preocupante. Um dado que chamou nossa atenção é que as meninas também participam ativamente da perpetração desse fenômeno. O pesquisador atribui o aumento da prática do fenômeno ao fato das relações sociais dos adolescentes nesse contexto contemporâneo estarem sendo construídas intensamente no espaço virtual. Percebemos que é necessário que a família controle e supervisione a superexposição, o desvio de conduta e as práticas por vezes criminosas que estão se naturalizando no espaço *on line* pelos adolescentes.

Outro estudo que selecionamos é a dissertação da pesquisadora Valqueresma (2016), defendida na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Faculdade Fernando Pessoa em Portugal. Abordando o tema “*Cyberstalking*”: prevalência e estratégias de *coping*¹⁰ em estudantes do ensino secundário, teve como objetivo conhecer a prevalência do *ciberstalking*, quais as dinâmicas do fenômeno e quais as estratégias de *coping* eram utilizadas pelas vítimas.

¹⁰ Para fins de esclarecimento *coping* significa lidar segundo a língua portuguesa brasileira.

A aproximação desse trabalho com a pesquisa desenvolvida por nós são: os sujeitos serem do ensino secundário, pela fundamentação teórica abordar a origem do fenômeno *ciberstalking* e sua evolução ao longo dos anos, por fazer associação entre evolução científica e tecnológica com as relações em rede e pelas possibilidades e implicações da utilização das TIC na vida cotidiana dos jovens contemporâneos.

A pesquisa é qualitativa e têm caráter descritivo e exploratório. O instrumento utilizado foi o questionário *on line* que foi disponibilizado por meio de um *link* no *Google Docs*. Participaram da pesquisa empírica 259 estudantes do ensino secundário, do sexo masculino e feminino, com idade entre 16 e 21 anos.

A escolha dos participantes, atendeu ao critério de que nessa faixa etária os jovens passam a maior parte do tempo do seu dia conectados à internet. O estudo busca responder dois objetivos: o propósito de identificar os comportamentos mais utilizados pelo *cyberstalker* (perseguidor cibernético) e entender como as vítimas lidam com essa situação. Para que os estudantes participassem da pesquisa foi necessário ter a autorização do Ministério da Educação Português, pois a pesquisa aconteceu a nível nacional.

Os questionários dividem-se em três eixos, que foram eles: aspectos sociodemográfico, escala de avaliação de *cyberstalking* e escala de *coping* no *stalking*. Essa escala informa quais as formas mais frequentes que as vítimas utilizam para enfrentar a perseguição que são submetidas. Os dados, foram agrupados em tabelas do Excel e analisados pelo *software* do programa informático (*Statistical Package for Social Sciences – version 23 SPSS 23*). Observamos que este programa é bastante utilizado por pesquisadores em Portugal.

Os resultados do estudo revelam que 47,1% dos sujeitos já passaram pela experiência de receber objetos de afeto, 39,7% receberam mensagens exageradas de afeto e 34,9% o recebimento de mensagens excessivamente carentes ou exigentes. Esse assédio é indesejado, mas segundo os dados, não afetam grande parte dos entrevistados.

Um dado relevante é que apenas 25% dos estudantes reconhecem que já foram assediados na internet. Mais, ao aplicar a Escala de Avaliação do *Cyberstalking*, esse dado sobe para 68%. Para Valqueresma (2016), as vítimas não têm entendimento acerca do que é considerado assédio virtual ou não.

Segundo algumas pesquisas científicas educacionais, com a superexposição de suas vidas nas redes sociais, os jovens contemporâneos não conseguem discernir com clareza se o que está acontecendo é assédio virtual ou protagonismo *on line*. Todos querem ver suas postagens curtidas e o número de seguidores nas redes sociais virou sinal de *status*. É importante compreender que há uma linha tênue entre a exposição da vida no espaço virtual e

o perigo. Abordar essa temática no Brasil abrirá novos debates com o intuito de sensibilizar a população sobre esse fenômeno cada vez mais presente nas interações sociais, dentro e fora do espaço escolar.

Na pesquisa, os rapazes aparecem em destaque como vítima de ameaças. Em resposta ao objetivo como as vítimas lidam com o problema, 77,7% disseram que simplesmente ignoram o problema porque na maioria das vezes não se reconhecem como vítimas. As estratégias menos utilizadas pelos jovens é pedir ajuda e procurar os meios legais. Optam por apagar o contato, o *email*, resolvem o problema sem expor o que está acontecendo com a família, com os amigos. Talvez essa estratégia de não denunciar, não colocar o assunto em pauta, colabore para o avanço do fenômeno na sociedade.

Valqueresma (2016), finaliza a dissertação dando enfoque à gravidade do fenômeno e como ele tem avançado como prática entre adolescentes e jovens em idade escolar. Pesquisar é necessário para a compreensão da dimensão do *cyberstalking*, porém é relevante ir além, e buscar projetos de intervenção de modo que os estudantes busquem estratégias para enfrentar o problema.

No mesmo ano, foi localizada a tese de doutoramento de Pinheiro (2016), desenvolvida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho em Portugal, com o tema: “*cyberbullying e cyberstalking*” a violência e a comunicação na cibercultura. O objetivo geral da pesquisa foi compreender como se comportam os indivíduos perante o *cyberbullying* e o *cyberstalking*.

A escolha da tese de doutoramento, foi por trazer na pesquisa a análise de casos verídicos dos dois fenômenos, pela fundamentação teórica trazer para o diálogo novos autores como Minsk (2006), pela metodologia ser bastante detalhada permitindo ao leitor compreender como o trabalho foi construído passo a passo, servindo de base para a construção do nosso trabalho.

A tese também aborda, o contexto da cibercultura, o fascínio que é navegar na internet, os perigos da vida em sociedade diante dos impactos do desenvolvimento científico e tecnológico e como nossas ações podem nos levar do sonho ao pesadelo apertando apenas uma tecla no aparelho celular. Todos esses fatores serão abordados por nós ao longo do desenvolvimento do texto.

A pesquisadora conceitua os dois fenômenos, demonstrando onde se aproximam e onde se afastam e como identificá-los na vida cotidiana, coloca em debate os constrangimentos, a questão da reputação dos indivíduos no uso da internet do *facebook* ao correio eletrônico. Pinheiro (2016), pontua que ser vítima de *cyberbullying* e *cyberstalking*

coloca em xeque o que o ser humano constrói ao longo de toda sua construção histórica, sua reputação.

A pesquisa é qualitativa e quantitativa com abordagem da etnografia digital, o instrumento usado para a coleta dos dados foi um questionário *on line* enviado por meio de *link*, com perguntas abertas no *Google Drive*. Segundo a pesquisadora, as técnicas acima discriminadas possibilitam a busca de respostas para a compreensão de fenômenos emergentes no espaço virtual complementando-se entre si.

Para responder ao questionário, foram convidados alunos de duas universidades de Portugal. 17.994 acadêmicos da Universidade do Minho, sendo 8.720 do sexo masculino e 9.274 do sexo feminino. Já da Universidade da Beira Interior, participaram 6.803 acadêmicos, 3.335 do sexo masculino e 3.468 do feminino. O questionário foi enviado pelo *email* institucional. Os outros sujeitos da pesquisa em um total de 150 foram escolhidos em fóruns de debate das temáticas em questão, uma forma de fazer um contraponto entre os dois públicos.

O estudo ocorreu da seguinte forma: no período de setembro do ano de 2010 a abril de 2014 a pesquisa foi direcionada a *sites* e *blogs* sem público alvo definido com as palavras-chaves *cyberbullying* e *cyberstalking*. Foram selecionadas para análise as dez primeiras páginas. Os dados foram insuficientes para avançar numa pesquisa de doutorado que requer rigor científico.

Assim sendo, em meio a um universo de informações, a pesquisadora optou por tomar como ponto de partida os testemunhos apresentados em fóruns das plataformas digitais *Google*, *Youtube*, *Facebook*, *Twitter* e no *Yahoo* com as seguintes palavras-chaves: *cyberbullying* forum e *cyberbullying I'm a victim*, *cyberstalking* forum e *cybersalking I'm a victim*. Que na tradução para a língua portuguesa usada no Brasil quer dizer: fórum de *cyberbullying* e *cyberbullying* eu sou uma vítima, fórum de *cyberstalking* e *cyberstalking* eu sou uma vítima.

Alguns fóruns eram privados e precisou de autorização do administrador, moderador para entrar. A visita a essas páginas aconteciam duas vezes ao ano. O critério de escolha foi a seriedade dos participantes e o conteúdo disponibilizado. Para que todos os envolvidos na pesquisa pudessem acompanhar seu desenvolvimento e contribuir de maneira significativa para a sua conclusão, foi criado, um *blog*, uma página no *Facebook* e um *email* com o tema do estudo.

Segundo Pinheiro (2016), o *cyberbullying* e o *cyberstalking* apresentam a mesma realidade com relação à prática que é intencional, onde as pessoas utilizam as TIC por meio

da internet com o objetivo de perseguir e perturbar o outro. A superexposição e a facilidade de acesso por todos facilitam a prática dos fenômenos. Outro dado relevante é que a prática do *ciberstalking* antecede a do *ciberbullying* no espaço virtual.

Os dados demonstram que os sujeitos só percebem os perigos e a insegurança da internet quando veem seus dados sendo compartilhados por estranhos *on line* para a prática do *ciberbullying* ou do *ciberstalking*. Que a possibilidade de ver sua reputação denegrida em todos os outros espaços pode levá-los a atitudes extremas como o suicídio.

A vontade de fazer parte de um espetáculo global massivo que torna todas as pessoas autoras de suas histórias dimensiona o lado glamoroso do “Eu” *on line* e minimiza os perigos decorrentes dessa sociedade que não tem mais fronteiras físicas.

Diante do exposto, não só os jovens, todos nós precisamos compreender que os mesmos artefatos que nos permitem avançar nos processos de ensino/aprendizagem no espaço escolar, partilhar conhecimentos, trabalhar e nos comunicar entre outras possibilidades, também podem ferir, minar a resistência, manipular tornar-nos fragilizados pelo outro. Pinheiro (2016, p. 264), fala: “é preciso saber proteger-se e pensar as consequências antes de postar. É ter consciência que tudo pode ser usado por terceiros com a finalidade que bem entenderem”.

Dentre todos os trabalhos selecionados para a leitura e análise, a dissertação de mestrado em psicologia judicial de Pires (2016), despertou em mim certo fascínio por apresentar uma revisão de literatura sobre o conceito do *ciberstalking* rica com dados recentes de fácil compreensão e pelo modelo diferenciado na estrutura da pesquisa que vem em formato multipaper. Formato incomum na área educacional.

No blog Ciência Prática, o professor Alejandro Frank da Universidade Federal do Rio Grande do Sul fala que as dissertações e teses produzidas no formato de artigos têm nuances próprias e características individuais cada um com seu objetivo, metodologia, revisão de literatura e considerações finais.

Segundo Frank (2015), esse novo modelo de pesquisa alcança um maior número de leitores, já sai no formato exigido da maioria de jornais e revistas podendo ser publicados bem antes da qualificação ou defesa da dissertação ou tese. Penso eu, que esse formato atende diretamente as necessidades da sociedade contemporânea capitalista que visa mais produtividade em menos tempo, mas, acredito que o tempo de estudo/pesquisa em um mestrado ou doutorado nos qualifica para escrevermos em qualquer formato.

A pesquisa de Pires (2016), é uma coletânea de dois artigos onde a finalização de um deixa novas fissuras para a continuação do próximo. Comparo o formato da pesquisa a um

jogo de quebra cabeça onde se exige raciocínio e reflexão para o entendimento, mas, que as peças se encaixam perfeitamente trazendo um resultado belo e harmonioso um tanto inovador e perigoso, percebi com a leitura que podemos cair no erro da redundância reafirmando o que já foi afirmado.

A escolha da pesquisa, deu-se por apresentar a construção do estado do conhecimento de forma detalhada e por trazer um vasto número de pesquisas sobre o *ciberstalking*, todos esses fatores foram fundamentais para a construção do referencial teórico sobre o fenômeno pesquisado.

O primeiro artigo traz como tema: *A Ocorrência do Stalking e do Ciberstalking em Estudantes Universitários: Uma Revisão Sistemática da Literatura*. O objetivo geral foi realizar uma revisão de literatura sobre a ocorrência do *stalking* e do *ciberstalking* em estudantes do ensino universitário. O segundo artigo, é composto pelo estudo empírico, tendo como objetivo estudar a ocorrência e os respectivos padrões de vitimação do *stalking* e *ciberstalking* em estudantes universitários através do Inventário de Vitimação por *Stalking* (IVS) e pela Escala de Avaliação de *Ciberstalking* (EAC).

Assim, como os demais pesquisadores a autora começa o trabalho definindo o que é *stalking* e *ciberstalking*, depois foi explicado as formas de assédio e perseguição mais utilizadas como o envio de comunicação via *email* entre outros meios de comunicação virtual para assediar, perseguir e manipular a vítima. A autora ressalta que qualquer pessoa pode vir a ser uma vítima desses fenômenos independente do “sexo, idade, etnia, orientação sexual ou classe social” (PIRES, 2016, p. 10).

De acordo com os dados da pesquisa o aumento do número de casos de *ciberstalking* nas universidades, dá-se devido ao compartilhamento de dados pessoais como correio eletrônico e número de celular para a criação de grupos para pesquisas e comunicação entre professores e demais alunos, facilitando a prática do fenômeno.

A pesquisa é qualitativa, de cunho bibliográfico, realizada no mês de março do ano de 2016, na base de dados dos seguintes bancos de pesquisa: *BioMed*, *B-On*, *Medline (Web of Knowledge)*, *PsicInfo (CSA)*, *PubMed*, *ScienceDirect* e *Sage*. Para a busca foram utilizadas as palavras-chave: *Stalking and Cyberstalking and College Students*, traduzindo: perseguição, *ciberstalking* e estudantes universitários.

Foram utilizados como critérios de inclusão na pesquisa os trabalhos produzidos nos últimos 15 anos, escritos em português, espanhol e inglês, estudos onde os sujeitos fossem os estudantes universitários de sexo masculino e feminino acima de 18 anos de forma individual ou coletiva, que fossem quantitativos, qualitativos ou mistos.

Foi encontrado um total de 2578 resultados em todas as bases de dados. No *Google* acadêmico as trinta primeiras páginas somaram 2210 pesquisas, após a aplicação dos critérios acima discriminados, apenas 15 trabalhos foram analisados. Já nos demais bancos de dados o resultado foi o seguinte: 368 na *B-on*, 44 na *Sage*, 44 na *ScienceDirect* e 2 na *Pubmed* somando um total de 468 trabalhos, onde apenas 25 se aproximavam do objetivo da dissertação, sendo 11 sobre o *stalking* e 14 sobre o *ciberstalking*.

Após a análise das referidas pesquisas, a autora relata que os índices da prática do *stalking* e *ciberstalking* nas universidades é alarmante, onde as maiores vítimas são do sexo feminino e menores de idade. Já os opressores são do sexo masculino. As estatísticas indicam que o número de relacionamentos amorosos e a utilização demasiada das TIC são fatores que contribuem para o aumento da prática do fenômeno e o praticante do *ciberstalking* é majoritariamente conhecido da vítima.

Segundo Pires (2016), a perseguição sistemática causa sérios problemas sociais, de saúde física e psicológica levando na maioria dos casos o estudante a desistir do curso ou mudar de universidade comprometendo o processo de ensino/aprendizagem.

Os dados dessa pesquisa revelam que a vítima na maioria dos casos procura o apoio da família e dos amigos próximos, por outro lado, as autoridades judiciais e escolares sequer tomam conhecimento do fenômeno no contexto educacional, o que se torna um impeditivo para o combate do fenômeno nesse e nos demais ambientes sociais.

Pires (2016), fala que apesar de já ter ocorrido avanços na produção de pesquisas científicas sobre o fenômeno *ciberstalking* nos Estados Unidos da América, na Europa onde Portugal é destaque pela quantidade de pesquisas desenvolvidas sobre o fenômeno, ainda prevalecem os estudos quantitativo, exploratório.

A autora pontua que, é preciso desenvolver pesquisas que nos mostre a compreensão do fenômeno levando em consideração todas as populações, raças, etnias, gêneros e contextos culturais, com outros sujeitos ampliando o entendimento do fenômeno a partir de uma escuta mais sensível e direta. Um possível caminho para um aprofundamento da temática, seria uma pesquisa qualitativa que dê lugar de fala aos sujeitos. Essa é a principal fissura que encontrei ao analisar todos os trabalhos até aqui.

O segundo artigo presente na dissertação traz como tema: *Stalking* e *Ciberstalking*: Ocorrência e Padrões de Vitimação em Estudantes Universitários. O objetivo geral é estudar a ocorrência e os respectivos padrões de vitimação do *stalking* e do *ciberstalking* em estudantes universitários.

Os sujeitos da pesquisa foram 1081 estudantes universitário, sendo 72.2% do sexo feminino e 27.8% do sexo masculino, com idades compreendidas entre 18 e os 58 anos. Os critérios de inclusão dos sujeitos foram: possuir residências em Portugal Continental, Regiões Autônomas, dos Açores e Madeira, estarem regularmente matriculado no ensino superior português.

A pesquisa teve caráter exploratório, descritivo, correlacional e transversal, de natureza quantitativa, com recurso a medidas de autorrelato. Percebemos que quando o assunto é o *ciberstalking* a maioria das pesquisas traz como objetivo o mapeamento para quantificação do número de vítimas e qual sexo prevalece na identificação de vítima e agressor. Os instrumentos utilizados foram o Inventário de Vitimação por *Stalking* (IVS) dos autores Matos, Grangeia, Ferreira e Azevedo (2009), e a Escala de Avaliação de *Cyberstalking* (EAC) de Spitzberg e Cupach (1999), que foi traduzida e adaptada para o cenário português por Carvalho e Matos (2010).

Para a coleta de dados, foi criado um endereço de *email* seguindo os procedimentos da Comissão de Ética da Faculdade Fernando Pessoa, por meio do correio eletrônico os participantes poderiam tirar dúvidas e solicitar informações durante o preenchimento do IVS e da EAC que foram disponibilizadas no *Google docs*. A divulgação da pesquisa e seu desenvolvimento foram acompanhados por meio de fóruns, redes sociais e endereços eletrônicos com a ajuda da associação de estudantes. Os dados foram analisados no programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences – version 24* (IBM SPSS versão 24.0).

Segundo os resultados apresentados dos 1081 sujeitos participantes da pesquisa 167 se reconheceram vítimas de *stalking* e *ciberstalking*. Com relação à taxa de prevalência de vitimização, 259 estudantes relataram que em algum momento de sua vida foram vítimas de *ciberstalking* e 246 de *stalking*. 77,2% eram do sexo feminino e 22,5 do sexo masculino a maioria com idade aproximada entre 21 e 24 anos. 69,4% residem na região central de Lisboa e cursam os primeiros anos do ensino superior.

Concluimos a primeira fase das análises, informando que das cinco produções acadêmicas *stricto sensu* selecionadas, quatro pesquisas são de natureza qualitativa e uma qualitativa e quantitativa, três são da área de psicologia jurídica, uma de psicologia e uma de ciência da comunicação.

Todos os trabalhos dialogam (in)diretamente de maneira interdisciplinar aproximando-se à temática da dissertação em construção intitulada *Ciberstalking!?* e suas implicações no espaço escolar: pelo referencial teórico; por abordar questões relacionadas às

TIC; à cibercultura; pelos sujeitos da pesquisa serem adolescentes, jovens, familiares ou responsável legal; por o campo empírico ser o espaço acadêmico e/ou escolar e pela busca da produção e a divulgação de conhecimento visando estratégias para a compreensão, a sensibilização, a prevenção e o combate do fenômeno em toda a sociedade.

O instrumento mais utilizado para a coleta de dados foi o questionário *on line*. Já as análises de todos os trabalhos foram feitas por meio de *softwares* livres variados.

Todos os trabalhos analisados, tinham como um dos objetivos: o mapeamento das estratégias utilizadas pelo *stalker* (perseguidor); a maior incidência de vitimização com relação ao gênero; como as vítimas lidam com o problema e as causas que levam os sujeitos a praticar o *ciberstalking*.

Nenhuma pesquisa teve como sujeito o coordenador pedagógico e o professor. Acreditamos que tê-los como sujeito na pesquisa contribuiria de maneira significativa na busca de estratégias para a sensibilização, combate e prevenção do *ciberstalking* dentro e fora do espaço escolar, acadêmico.

Entendemos, que esses profissionais, por meio de suas práticas pedagógicas, convivem diretamente com os alunos, funcionando como peças-chave para a formação, articulação e mediação pedagógica entre as diretrizes curriculares e as questões socioculturais escolares.

Um dado que chamou nossa atenção é que dos vinte e nove resumos e dos cinco trabalhos que compõem o estado do conhecimento que foram lidos por nós, os Programas de Pós-graduação da Universidade do Minho e Fernando Pessoa em Portugal possuem um número significativo de produções de teses e dissertações sobre o *ciberstalking* na área das ciências sociais e humanas voltadas para o judiciário e que nenhum dos trabalhos aborda o *ciberstalking* e a formação de professores, as práticas pedagógicas e o clima escolar nesse intervalo de tempo/espaço. A seguir apresentaremos as análises sobre o clima escolar. (Quadro 2).

Quadro 2: Publicações da Série de Estudos				
Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB (2011-2019)				
Palavra-chave: Clima escolar				
ANO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	AUTOR(ES)	NATUREZA
2017	UCDB	Clima escolar e suas implicações para o trabalho docente	Peter Paul Pereira Flavinês Rebolo	Artigo Dissertação

Fonte: organizado pela autora em 23 de out. 2019.

Na revista eletrônica do PPGE/UCDB, foi localizado o artigo de autoria de Pereira e Rebolo (2017) com a temática: Clima escolar e suas implicações para o trabalho docente. A escolha do trabalho se deu por abordar questões que interferem no clima e por consequência nas práticas docentes, trazer como sujeitos na pesquisa o professor e pelo referencial teórico possuir contribuições relevantes na área de formação de professores de autores renomados como Nóvoa (1992).

Quando falamos de espaço escolar na construção da presente dissertação, buscamos entender as interações, as tensões, os sonhos, os medos e a produção de conhecimento, ou seja, todo o cenário educativo permeado pela cultura interna/externa de seus sujeitos e esse artigo traz em sua composição elementos basilares que nos permitem entender todo esse processo em movimento contínuo.

A pesquisa é de natureza qualitativa descritiva. Pereira e Rebolo (2017) citam que esse tipo de abordagem favorece a aproximação do pesquisador com o campo empírico permitindo-lhe compreender de forma mais densa as implicações do clima escolar e de que modo isso afeta os professores e o trabalho pedagógico.

O objetivo geral foi analisar o clima escolar segundo a percepção dos professores de uma escola pública do Município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul e suas implicações para o trabalho docente. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário e a entrevista semiestruturada.

Os resultados demonstram que os docentes atuam em um clima escolar aberto e apontam como ponto principal, o controle de suas práticas e ações pedagógicas, mas, que a comunicação entre pares, à infraestrutura física e o trabalho colaborativo precisam ser melhorado. A seguir explanaremos os dados obtidos na biblioteca eletrônica *SciElo*. (Quadro 3).

Quadro 3: Publicações na Biblioteca Eletrônica *SciElo* (2011-2019)

Palavra-chave: Clima escolar				
ANO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	AUTOR(ES)	NATUREZA
2014	PUC-RJ	Possíveis relações entre percepções de violência dos alunos, clima escolar e eficácia coletiva	Marcela Brandão Cunha	Artigo Projeto

Continuação Quadro 3: Publicações na Biblioteca Eletrônica *SciELO* (2011-2019)

2015	Universidade do Porto	Crise da educação escolar e percepções dos professores sobre o seu trabalho: identidade profissional e clima de escola em análise	Fátima Pereira Ana Mouraz	Artigo Projeto
2019	UNISAL UNESP UNICAMP	Fatores que afetam o clima da escola: a visão dos professores	Antônio Carlos Miranda Regiane Helena Bertagna Luiz Carlos de Freitas	Artigo Projeto
2019	UNESP	Clima escolar como fator protetivo ao desempenho em condições socioeconômicas desfavoráveis	Simone Gomes de Melo Alessandra de Moraes	Artigo Dissertação

Fonte: organizado pela autora em 12 de nov. 2019.

O primeiro artigo analisado da biblioteca *SciELO* é de Cunha (2014). Traz como objetivo geral verificar a relação entre clima escolar e percepções de violência dos alunos, no que diz respeito ao testemunho e ao envolvimento em contextos de violência. O presente artigo, aproxima-se do nosso trabalho por a autora abordar questões sobre a violência entre adolescentes e jovens no espaço escolar.

A autora trouxe para o debate as implicações dos avanços científico/tecnológico/econômico de maneira global e suas implicações nas práticas pedagógicas dos professores e nas interações sociais dos sujeitos nesse novo cenário contemporâneo educacional relacionado com a percepção do clima. Nesse cenário os Professores e outros atores da escola são submetidos cotidianamente a formações continuadas para acompanhar as diretrizes propostas nas diversas reformas educacionais dentro e fora do país.

Segundo Cunha (2014), as pesquisas que visam entender as interações no interior da escolar emergem a partir do ano 1970, e seus resultados apontam que o clima no interior da escola reflete diretamente nos resultados finais do processo de ensino/aprendizagem dos alunos. Para a autora, a palavra clima por ser um termo abstrato talvez não se dê à devida importância de suas implicações no espaço escolar, compreendido como: a estrutura física, a história da escola, as relações entre alunos, professores, coordenadores, diretores e família.

Os resultados apresentados pela autora, são provenientes de um projeto de pesquisa mais amplo, em parceria com pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e Universidade Cândido Mendes (UCAM).

A pesquisa é quantitativa, o método utilizado foi o *survey*. A pesquisa de campo ocorreu em 16 escolas. Os sujeitos foram 691 alunos de escolas situadas no contexto de violência elevado e 822 alunos de escolas em locais com baixa incidência de violência.

Os resultados revelaram que o clima escolar, depende do fator comunicacional de toda comunidade escolar. Que é necessário haver sentimento de pertencimento dos sujeitos no espaço que se dá as relações para buscar coletivamente formas de prevenção e combate de violência no espaço escolar e no seu entorno. Que o diálogo, a coesão quanto aos objetivos e ações devem ser compartilhados de maneira colaborativa para que haja um clima que favoreça a vida cotidiana e o desempenho pedagógico de todos os sujeitos presentes no espaço escolar.

Cunha (2014), encontrou algumas lacunas que podem servir de objeto para futuras pesquisas tais como: relação entre clima escolar, violência e suas implicações para o desempenho escolar dos alunos, influência da participação dos pais/responsáveis no cotidiano escolar sobre as percepções dos alunos a respeito da violência intraescolar e Impacto das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras), no caso do município do Rio de Janeiro, sobre as percepções dos alunos acerca da violência intraescolar. Que podem ser adaptadas para outros espaços.

Publicado um ano depois, localizamos o trabalho de Pereira e Mouraz (2015), que traz como tema; Crise da educação escolar e percepções dos professores sobre o seu trabalho: identidade profissional e clima de escola em análise. Traz como objetivo geral apresentar os resultados parciais do projeto intitulado; aprendizagens e climas de escola: dispositivos inovadores para o sucesso escolar.

Nos últimos vinte anos várias pesquisas científicas educacionais têm visando compreender o conceito do clima escolar e suas implicações nas relações dos sujeitos, no trabalho docente e no desenvolvimento dos alunos. Para as autoras, o “clima da escola está, por isso, relacionado com os significados, as emoções e os afetos que se desenvolvem na escola” (PEREIRA e MOURAZ, 2015, p. 121).

A pesquisa é qualitativa/quantitativa, o tempo de duração do projeto foi de 3 anos e tinha dois eixos de pesquisa; as práticas de ensino/aprendizagem e o clima da escola. O instrumento de coleta de dados foi o questionário *on line* com 70 itens agrupados, enviado via

email e impresso, somando um total de 216. A análise dos dados, foi feita pelo programa SPSS, Versão 18.

Através dos resultados obtidos, as autoras concluem que, as interações com os alunos são a primeira fonte de identidade profissional, a relação pedagógica e a ação técnica da educação escolar. Para elas, “a cultura da escola, constitui uma das principais dimensões do clima, integra os padrões de relação e de interação que se produzem e que condicionam as formas de estar, de ser e de agir em contexto escolar” (PEREIRA e MOURAZ, 2015, p. 136).

O terceiro trabalho, foi escrito pelos autores Miranda, Bertagna e Freitas (2019), selecionado pelo referencial teórico sobre o clima escolar e por trazer como objetivo geral analisar os fatores que na visão dos professores afetam o clima escolar, a partir de dados do estudo longitudinal do Projeto Geres. Esse entendimento contribuiu de forma significativa para a construção da dissertação.

Percebemos, que as pesquisas que visam compreender o clima, a cultura, o espaço escolar estão relacionadas com as interações entre os sujeitos que estão presentes cotidianamente na construção social e histórica da escola. Essas interações (In) diretamente afetam a comunicação, o trabalho pedagógico coletivo e individual do processo de ensino/aprendizagem desses sujeitos. Pesquisas que se desenvolvem com esse intuito são relevantes para melhorar a organização interna escolar, as relações e por consequência a qualidade do processo educativo.

Os autores relatam, que os afazeres pedagógicos são tão intensos e massantes e a vida familiar tornou-se tão estressante que professores e pais tendem a focar somente no conteúdo, no ensino. E é minimizado a influenciada da conduta de alunos, professores, gestores e familiares para a melhoria ou degradação do clima no espaço escolar.

A pesquisa é qualitativa, os dados da pesquisa foram coletados a partir de observações no Projeto Geres, iniciado em 2005, que observou durante quatro anos a mesma amostra de escolas e alunos. A amostra contemplou 312 instituições de ensino fundamental em cinco cidades, que ao final da coleta, em 2008, registrava 35.538 alunos, 2.918 professores e 669 diretores. A técnica empregada para a coleta de dados foi o questionário impresso e os sujeitos participantes foram; pais, alunos, professores e diretores.

De acordo com os resultados, os professores falam que é muito difícil ministrar uma aula atrativa que prenda a atenção dos alunos nesse cenário contemporâneo. Vivemos numa era digital onde as informações estão presentes em todos os espaços da sociedade, a família não está comprometida com o aprendizado dos filhos e os alunos encontram-se

dispersos e indisciplinados, características mais presentes no ensino público do que no privado.

O último trabalho analisado sobre o clima é de autoria de Melo e Moraes (2019). A aproximação com a dissertação está diretamente relacionada aos dados obtidos por meio do objetivo geral que foi verificar a relação entre clima escolar e desempenho em escolas públicas de ensino médio representativas de um estado brasileiro, a partir da percepção de alunos, professores e gestores ligados ao processo de ensino/aprendizagem.

A pesquisa é quantitativa, a metodologia utilizada foi a descrição da comunidade escolar nas interações de alunos, professores e gestores, tendo como parâmetro a avaliação externa. A amostra foi retirada do banco de dados do projeto.

Os sujeitos da pesquisa foram 2.731 alunos, do 1º ao 3º ano do ensino médio, 426 professores, e 173 gestores, num total de 3.330 participantes. Já para avaliação de desempenho, participaram 46 escolas em que esses alunos, professores e gestores se inseriam, sendo utilizada, para tanto, a nota do Enem 2015. O instrumento utilizado foi o questionário aplicado *on e of line*. Cada categoria de sujeito tinha um modelo específico de questionamento.

Para a análise dos dados coletados foi utilizado os programas estatísticos IBM© SPSS© *Statistics Version 19.0* e PSPP© *Statistics Analysis Of Sampled Data*. Os resultados demonstram, que quanto maior o Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas e a taxa de participação a nota média da avaliação era alta. Que a intimidação, a falta de segurança e a vulnerabilidade prejudicam o desempenho dos alunos e um clima positivo favorece as notas na avaliação. Que o clima escolar interfere na percepção dos alunos em querer prosseguir com os estudos para o ensino superior ou não.

Melo e Moraes (2019), citam que um clima escolar positivo previne e combate fenômenos como o *bullying*. Para os autores o *bullying* tem como principal consequência a intimidação entre pares onde as consequências afetam toda a comunidade escolar, a sociedade de maneira geral, pois, diminuem a sensibilização, a solidariedade, a empatia, reduzindo a qualidade de vida dos envolvidos diluindo as relações, a produção de conhecimento e todos os demais valores que são construídos no espaço escolar.

Terminamos este capítulo, afirmando que os cinco artigos analisados trazem para o debate temáticas como a violência no espaço escolar entre jovens e adolescentes, as duras jornadas de trabalho docente, a falta de apoio e diálogo da gestão aos professores, a falta de recursos materiais na escola relacionando com o clima e suas implicações no trabalho docente, na aprendizagem dos alunos.

Três artigos eram resultados de projetos maiores desenvolvidos por várias universidades e instituições e dois são frutos de capítulos de dissertações de mestrado. Dois artigos tinham abordagem qualitativa/quantitativa, dois quantitativas e um era qualitativa. A maioria dos sujeitos eram professores e os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram o questionário e a entrevista semiestruturada.

Concluimos essa fase da pesquisa, reconhecendo o quão sua construção foi relevante para a apropriação do conhecimento pertinente para a definição da abordagem metodológica, dos instrumentos que empregamos para a coleta de dados, do aporte teórico para a compreensão do fenômeno pesquisado o *ciberstalking* e o clima escolar. A seguir, apresentaremos a metodologia utilizada que orientaram a presente investigação.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA: CAMINHOS PERCORRIDOS NA PESQUISA

Muitos têm sido os pensares em torno deste ou daquele desafio que me instiga, desta ou daquela dúvida que me inquieta, mas, que também me devolve à incerteza, único lugar de onde é possível trabalhar de novo necessárias certezas provisórias. Não é que nos seja impossível estar certos de alguma coisa: impossível é estar absolutamente certos, como se a certeza de hoje fosse necessariamente a de ontem e continue a ser a de amanhã. [...] Conscientemente de que posso conhecer social e historicamente, sei também que o que sei não poderia escapar à continuidade histórica. O saber tem historicidade. Nunca é, sempre está sendo. (FREIRE, 1995, p. 18).

Nesse capítulo dissertamos sobre as opções que fizemos para construir o percurso teórico/metodológico da pesquisa. A estrutura foi organizada de forma contínua, em seis sessões, para evidenciar ao leitor os critérios, os instrumentos, as técnicas e a fundamentação teórica utilizada para delinear a investigação da pesquisa de campo.

Já no início do capítulo, queria esclarecer que no desenrolar do texto ora foi utilizado o pronome pessoal eu ora nós, trabalhamos juntas, eu e minha orientadora, tentando atender ao rigor científico que é necessário a uma pesquisa *stricto sensu*. Havia zelo, respeito e uma escuta sensível nos momentos que me sentia confusa, pois tamanha era a minha ansiedade em apresentar ao final uma pesquisa ética aos olhos de quem viesse a ler, base de conhecimento para outros trabalhos, relevante ao campo educacional. Alguns direcionamentos me fizeram compreender qual é o traço mais forte que uma pessoa pode ter na condição de pesquisador(a), não esquecer que é humana.

Igualmente, informamos que os capítulos e subtítulos são anunciados ora por citações ora por trechos de poesias, poemas, essa escolha se deu por vivenciarmos o mundo da pesquisa e percebermos que o rigor científico, as normas exigidas para a construção de uma dissertação às vezes anulam nossa condição humana.

Também definimos, que a pesquisa não teria um único capítulo dedicado ao referencial teórico, em todo o percurso do trabalho dialogamos (in)diretamente com os autores. Essa escolha foi primordial contribuindo de maneira ímpar com as reflexões necessárias para fazermos a análise do conhecimento produzido. Evoluímos como pessoa, como pesquisadoras.

A escolha da metodologia, foi um dos passos mais difíceis de todo o processo de construção da pesquisa, dentre várias direções optar pelo caminho que nos favorecesse na escrita, nas reflexões e na apresentação dos dados, levando em considerações os nossos limites, as nossas fraquezas, as nossas angústias.

Demandou certo tempo até me sentir segura para seguir em frente, pois queria que ao ler a pesquisa, vocês enxergassem na escrita a força do meu querer em não me preocupar em contextualizar somente as diversas etapas do método, mas também o quanto é difícil abrir mão de verdades e certezas que fizeram parte da minha construção histórica sobre determinados temas.

A partir dessas reflexões, em conjunto com minha orientadora, decidimos o caminho, fizemos um planejamento detalhado, selecionamos obras e todos os materiais necessários para começar a desenvolver a pesquisa, depois desse momento me afastei das orientações.

Um mês depois, notei que não avançava. Precisei ler novamente o projeto de pesquisa, os objetivos, fiquei decepcionada queria muito ter acertado. Parei sentindo-me confusa, acuada, fiquei lá por alguns instantes, tempo necessário para entender que não se constrói uma dissertação sozinha.

Busquei ajuda com minha orientadora, reavaliamos o trajeto que eu já tinha percorrido e o material que fora produzido, nesse diálogo concluímos que eu precisava de mais leitura para seguir com a pesquisa. Naquele dia ficou evidenciada para mim a relevância dos direcionamentos do orientador na vida acadêmica do orientando para o desenvolvimento de sua pesquisa.

Durante essa caminhada de dois anos, verificamos que as contribuições de alguns autores eram fundamentais para sustentar o campo empírico e decidimos caminhar com eles no desenvolvimento da pesquisa. Uma boa parcela de autores foi integrada no aporte teórico da dissertação para mostrar os vários pontos de vista sobre os temas apresentados, para fugir da generalização.

Todo esse cuidado com a escolha da metodologia, das obras foi porque o nosso intuito maior não era somente coletar e sistematizar dados para apresentar na pesquisa,

queríamos que depois de aliar teoria e prática os resultados obtidos pudessem contribuir de forma significativa para a compreensão do fenômeno *ciberstalking* e suas implicações no espaço escolar, favorecendo a sensibilização, a prevenção, o combate e a produção de novos conhecimentos no campo educacional.

2.1 O caminhar na pesquisa: primeiros passos

Iniciamos a caminhada realizando um primeiro encontro informal com a gestão e a coordenação pedagógica da escola escolhida como campo empírico para solicitarmos o pedido de autorização para a realização da pesquisa.

Nesse diálogo, foi explicado o tema da pesquisa e que na primeira fase o processo para a coleta de dados aconteceria por meio da leitura do PPP e dos livros didáticos. E na segunda fase, seria realizada uma entrevista com quatro professores e o coordenador pedagógico dos anos finais do ensino fundamental, no horário e local que melhor lhes conviessem para não comprometer o trabalho desenvolvido por esses profissionais na escola. O pedido foi prontamente atendido e formalizado por meio da carta de aceite expedida pela direção da escola.

De posse da carta de aceite da escola, fui à secretaria do Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica Dom Bosco para solicitar a carta de apresentação, esse documento contém as seguintes informações; nome do pesquisador, nome do orientador, tema da pesquisa, objetivos, nome da escola escolhida onde foi realizada a pesquisa de campo, município que está localizada entre outras informações.

A carta de apresentação serve essencialmente para apresentar o pesquisador à secretaria de educação (estado ou município) e solicitar a autorização para a realização da pesquisa de campo. Depois de três dias recebi esse documento via *email*.

Depois de receber a carta de apresentação do PPGE/UCDB, entrei em contato por telefone com a Secretaria de Educação do Estado para saber qual era o procedimento dessa instituição em relação ao envio do documento citado. Como moro em outro município, fui informada que poderia enviar minha carta de apresentação via *email*.

Cinco dias após o envio da minha carta de apresentação para a secretaria de educação do estado recebi um novo *email* da pasta que responde pela autorização das pesquisas, solicitando uma cópia do meu projeto de pesquisa. Vinte dias depois do envio do projeto recebi via *email* o ofício de autorização para a realização da pesquisa.

Depois de receber toda a documentação de autorização para a realização da pesquisa, o projeto foi cadastrado na Plataforma Brasil órgão do Governo Federal que analisa a conduta ética das pesquisas que serão realizadas com seres humanos em todo o país.

Somente depois da autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), ser expedida é que em um segundo encontro fui me apresentar formalmente para a direção e coordenação pedagógica da escola onde foi realizada a pesquisa.

Quando cheguei à escola fui bem acolhida, no diálogo expliquei de forma mais detalhada o tema da pesquisa, os objetivos e o porquê da escolha da instituição (o caso do *ciberstalking* vivenciado pela adolescente na escola) e as contribuições que o desenvolvimento do trabalho traria para a escola, para a sociedade.

No mesmo dia, no intervalo das aulas, a coordenação pedagógica me disponibilizou um tempo para a minha interação com os professores, no diálogo falei sobre a importância de tê-los como sujeitos, o respeito que tenho pelas suas experiências profissionais e de vida, os objetivos da pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que é um documento que regulamenta a conduta ética e descreve os objetivos, os riscos, os benefícios e a relevância da participação dos sujeitos como voluntários na pesquisa.

Como a interação ocorreu com todo o quadro de professores e a escola também atende estudantes do ensino médio, senti a necessidade de explicar que a pesquisa aconteceria com os professores dos anos finais do ensino fundamental, que todos os professores estavam convidados a contribuir com suas experiências, mas para o leitor definimos que traremos para a dissertação as reflexões de quatro docentes; um da área de ciências humanas, um de ciências exatas, dois de linguagens e o(a) coordenador(a) pedagógico(a).

Igualmente, informamos que a pesquisa de campo foi desenvolvida entre os meses de fevereiro a maio do ano de 2020. A seguir, explanaremos sobre as nossas escolhas no percurso metodológico.

2.2 A pesquisa qualitativa em educação

Sabemos, que a pesquisa na área de ciências humanas, tem um importante papel social, pois ela visa compreender os sujeitos e suas ações em relação a si, ao outro e ao universo que os cercam de maneira interdisciplinar, buscando desenvolver nesses atores sociais o senso crítico, a reflexão, motivando-os a produzir novos conhecimentos para enfrentar os desafios que surgem cotidianamente na sociedade que estão inseridos.

Diante do exposto, embasamos nosso pensamento nas ideias de Gatti (2007, p. 57), quando fala que “pesquisar é avançar fronteiras, é transformar conhecimentos e não fabricar análises segundo determinados formatos. Balizas, sim, consistência, sim, plausibilidade, sim, aprisionamento do real em dogmas, não”.

A pesquisa, classifica-se na área de ciências, como de natureza qualitativa. Segundo Flick (2009, p. 16), uma das características desse tipo de pesquisa é que ela “usa o texto como material empírico (em vez de números), parte da noção da construção social das realidades em estudos, está interessada na perspectiva dos participantes em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo”.

Para Minayo (2003, p. 16-18), a pesquisa qualitativa representa “o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade”. Já para Martins (2004, p. 289), a utilização da pesquisa qualitativa nos permite analisar os “microprocessos”, estudando as interações sociais de um determinado grupo pertencendo a ele ou não, [...] realizando um exame intensivo dos dados” coletados.

Bryman (1988, p. 61), pontua que o pesquisador qualitativo exerce um relevante papel na sociedade, pois um dos seus objetivos principais é enxergar a realidade vivida “através dos olhos daqueles que são pesquisados” para entender o que motiva essas pessoas a tomarem determinadas atitudes e permite que o pesquisador recrie o universo social vivido por elas sem pré-julgamentos.

Sabemos que a forma de conduzir uma pesquisa pode nos levar a ter visões distorcidas, regulando o pensamento do entrevistado a falar o que de fato queremos ouvir. Tomamos o cuidado para que a construção do conhecimento seja para a liberdade, para a emancipação crítica. A esse respeito Bauman (1976), fala:

O potencial emancipatório do conhecimento é posto à prova e na verdade pode ser concretizado somente a partir do diálogo, quando os objetos das afirmações teóricas se transformam em participantes ativos no processo incipiente de autenticação. (BAUMAN, 1976, p. 106).

Valorizar aqueles que se constituem seu objeto por meio do diálogo considerando sua formação inicial, continuada, seu conhecimento de mundo, sua história de vida, o lugar de onde falam (escola), colocar-se em pé de igualdade, se permitir aprender com as experiências vividas é um passo relevante a ser dado pelo pesquisador.

Bauer e Gaskell (2002), levantam outros questionamentos acerca da postura do pesquisador com relação à escolha da metodologia, a maneira como vai conduzir a pesquisa, o cuidado que deve ser tido com a interpretação dos dados obtidos e a forma como eles serão repassados. Todo o processo de construção de um trabalho desde a fase inicial quando ainda se configura em um projeto deve ser pensado intencionalmente para contribuir com a realidade vivida por seus atores sociais no contexto em que interagem.

A prontidão dos pesquisadores em questionar seus próprios pressupostos e as interpretações subsequentes de acordo com os dados, juntamente com o modo que os resultados são recebidos e por quem são recebidos, são fatores muito mais importantes para a possibilidade de uma ação emancipatória do que a escolha da técnica empregada. (BAUER e GASKEL, 2002, p. 35).

O pensamento de Bauer e Gaskell (2002), vai ao encontro com o de Garcia (2011), nos levando a refletir por meio de suas indagações para quem pesquisamos e para quem escrevemos. Quando na fase inicial elaboramos o projeto de pesquisa pensamos nas contribuições que a temática *ciberstalking* em pauta poderia trazer não só para a escola, mas para toda a sociedade com relação a conscientização, a sensibilização, a prevenção e o combate da prática desse fenômeno que vem crescendo no município onde a escola pesquisada está inserida.

Segundo Bauer e Gaskell (2002), retornar ao campo empírico para apresentar os resultados do conhecimento produzido coletivamente aos participantes da pesquisa pode ser um possível caminho que favoreça futuras tomadas de decisões.

Por um dos objetivos específicos da pesquisa ser: analisar se no Projeto Político Pedagógico (PPP) e nos livros didáticos consta a temática *ciberstalking* e/ou estratégias e ações para a sensibilização, a prevenção e o combate do *ciberstalking* nos anos finais do ensino fundamental, a pesquisa também se caracteriza como documental.

Para Kripka et al. (2015), a pesquisa documental é aquela em que “[...] os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno” (KRIPKA et al., 2015, p. 58).

Segundo as autoras, o documento que será analisado deve ser pensado de acordo com o objeto de estudo, portanto cabe ao pesquisador selecionar os documentos que contribuirão como base para o desenvolvimento do seu trabalho. Já para Silva, Almeida, Guindani (2009):

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das ciências humanas e sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. (SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 2).

A análise de documentos permite ao pesquisador, obter informações relevantes que vão além das respostas desejadas aos objetivos que foram traçados no trabalho. Para os autores, “o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres” (SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 2).

Para Gauthier (1984, p. 296-297), a pesquisa documental “elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência, presença ou intervenção do pesquisador do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida”.

Quando decidimos analisar documentos em uma pesquisa, é fundamental fazer uma leitura intensa para compreender qual é a ideia central do texto, seu sentido, o contexto social e histórico que foi produzido, para que público sua elaboração foi destinada e se contentar com os dados que ali constam. Sejam eles;

Eventuais fragmentos, passagens difíceis de interpretar e repletas de termos e conceitos que lhes são estranhos e foram redigidos por um desconhecido. É impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, às vezes, tão incompleto, parcial ou impreciso. (SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 8).

Outro fator que se deve levar em consideração na hora de incluir a análise de um documento em uma pesquisa, é verificar sua autenticidade uma vez que sua análise propõe a elaboração de novas formas de produzir conhecimento por meio da ação interpretativa do pesquisador. A seguir apresentaremos os instrumentos e formas de coleta de dados.

2.3 Instrumentos e formas de coleta de dados

Na pesquisa, utilizamos como instrumentos para a coleta de dados a entrevista semiestruturada que configura um conjunto de perguntas abertas e fechadas onde o entrevistado é convidado a discorrer sobre o problema da pesquisa.

Segundo Triviños (1987, p. 152), a entrevista semiestruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”. Esse instrumento de coleta de dados, traz como principal característica a formulação de perguntas embasadas por concepções teóricas referentes à temática pesquisada, possui um roteiro pré-determinado, mas não é rígido, é flexível, adaptável, dialogado.

A entrevista semiestruturada, faz emergir de forma espontânea informações significativas que talvez não fossem obtidas com perguntas fechadas padronizadas. Para Manzini (2003, p. 4), esse instrumento de coleta de dados “é indicado quando a natureza da informação se tratar de fenômeno que ficaria difícil ou impossível de ser observado”.

Sobre a elaboração do roteiro de perguntas da entrevista, na visão de Bauer e Gaskell (2002), é uma atividade complexa e deve estar alinhada para responder o problema da pesquisa. Já a entrevista, deve ser conduzida de maneira que o entrevistado se sinta á vontade para falar sem se preocupar com o tempo, com a maneira que se expressa, de modo que enquanto fale possa também refletir sobre suas palavras uma vez que elas traduzem naquele momento seu pensamento. Em relação à pesquisa com entrevista, Bauer e Gaskell (2002), explicam:

Toda pesquisa com entrevista é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única passado de um (o entrevistado) para o outro (o entrevistador). Ao contrário, ela é uma interação, uma troca de ideias e de significados em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. Com respeito a isso tanto o(s) entrevistado(s) como o entrevistador estão, de maneiras diferentes envolvidos na produção do conhecimento. (BAUER e GASKELL, 2002, p. 73).

De acordo com os autores, a entrevista é uma partilha, uma troca de conhecimento entre pessoas de diferentes realidades, uma tríade dialógica entre pesquisador e entrevistado, o objeto (*ciberstalking*) e o tempo, onde o seu caráter de informalidade não configura a falta de intencionalidade na busca de respostas aos objetivos traçados na pesquisa. Nesse cenário a comunicação não pode ser unilateral, o sentido da entrevista é o diálogo, a interação.

Para Manzini (1990), por a entrevista semiestruturada acontecer de forma mais livre e as respostas não estarem condicionadas, as alternativas previamente padronizadas por meio das respostas dos entrevistados, podem vir a surgir novas hipóteses. Em relação ao diálogo, o autor fala que ele deve ser conduzido pelo pesquisador/entrevistador de maneira cordial e respeitosa.

Quando decidimos estudar a compreensão dos sujeitos em relação a um fenômeno tão complexo, como o *ciberstalking* e de que forma eles abordavam essa temática em suas práticas pedagógicas, entendemos a necessidade de utilizar uma metodologia que fosse marcada pelo diálogo, que tivesse significado não só para nós pesquisadoras, mas também para os professores e o coordenador pedagógico, por isso, optamos pela entrevista semiestruturada como um dos instrumentos para coletar os dados.

Na convivência diária no espaço escolar com a proximidade e o diálogo estabelecido com os professores e o coordenador pedagógico, foi demonstrada por alguns docentes a insegurança de falar sobre o *ciberstalking* na entrevista.

A partir da obtenção dessa informação, decidimos que mais um instrumento de coleta de dados seria inserido na pesquisa de campo, “o questionário”. Uma forma de conhecer o perfil sócio/profissional dos participantes, também para compreender o lugar de onde falam, nos possibilitando uma abordagem mais compreensiva na hora de entrevistá-los.

Esse instrumento, serviu para traçar o perfil social e profissional dos sujeitos, tais como: faixa etária, formação inicial e continuada, tempo de exercício da docência e quais suas considerações sobre os materiais didáticos que mais utilizavam em sala de aula. Uma maneira de entender, por meio da entrevista, de que forma eles utilizariam esses materiais para relacioná-los com o objeto da pesquisa o *ciberstalking*.

A aplicação do questionário e as informações coletadas foram importantes para a elaboração do roteiro de entrevista, para estreitar os laços de afetividade, para nos ajudar na melhor forma de abordar os professores, para compreender as respostas dadas sem julgamentos rasos. Marconi e Lakatos (2010), citam que para a elaboração do questionário:

Devem-se levar em conta os tipos, a ordem, os grupos de perguntas, a formulação das mesmas [...] o processo de elaboração exige cuidado na seleção das questões, levando em consideração a sua importância, isto é, se oferece condições para obtenção de informações válidas. Os temas escolhidos devem estar de acordo com os objetivos geral e específico. (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 185).

O questionário, foi elaborado com perguntas abertas e fechadas de múltipla escolha e serviu também para selecionar os sujeitos que iriam participar da pesquisa. Sobre as vantagens de adotar o questionário como instrumento para a coleta de dados Gil (1999), explica que ele:

- 1- Possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio;
- 2- Implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores;
- 3- Garante o anonimato das respostas, permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente;
- 4- Não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado. (GIL, 1999, p. 128-129).

Segundo o autor, todo instrumento de coleta de dados possui suas potencialidades e fragilidades a compreensão dos pontos negativos não deve servir para desestimular o pesquisador, mas, para direcioná-lo melhor na escolha e na construção das questões. Nesse sentido o questionário para Gil (1999), também:

- 1- Exclui as pessoas que não sabem ler e escrever, o que, em certas circunstâncias, conduz a graves deformações nos resultados da investigação;
- 2- Impede o auxílio ao informante quando este não entende corretamente as instruções ou perguntas;
- 3- Impede o conhecimento das circunstâncias em que foi respondido, o que pode ser importante na avaliação da qualidade das respostas;
- 4- Não oferece a garantia de que a maioria das pessoas devolvam-no devidamente preenchido, o que pode implicar a significativa diminuição da representatividade da amostra;
- 5- Envolve, geralmente, número relativamente pequeno de perguntas, porque é sabido que questionários muito extensos apresentam alta probabilidade de não serem respondidos;
- 6- proporciona resultados bastante críticos em relação à objetividade, pois os itens podem ter significados diferentes para cada sujeito pesquisado. (GIL, 1999, p. 128-129).

Todos esses fatores acima relacionados, devem ser levados em consideração na hora de escolher esse instrumento na pesquisa para que os objetivos que foram traçados sejam alcançados. Gil (1999), ressalta ainda, que é relevante que as perguntas sejam apresentadas de forma clara tendo o mesmo sentido para o pesquisador e o entrevistado e que seja feito um pré-teste antes de chegar à versão final. Essa tomada de decisão possibilitará que possíveis erros possam ser corrigidos, como: questões ambíguas e mal formuladas. Optamos pelo questionário e utilizamos os seguintes critérios para selecionar os sujeitos da pesquisa:

- 1- A formação inicial pertencer às áreas de conhecimentos previamente selecionadas (Ciências exatas, humanas, linguagens);
- 2- Ser professor dos anos finais do ensino fundamental;
- 3- Ter respondido ao questionário disponibilizado pelas pesquisadoras.

O terceiro encontro foi marcado previamente, ocorreu na sala dos professores, antes do início das aulas, no período matutino. Após cumprimentá-los, entreguei o questionário impresso a todo o quadro docente e ao coordenador pedagógico dos anos finais do ensino fundamental, li todas as questões em voz alta, perguntei se havia alguma dúvida e expliquei que ficaria na escola o dia inteiro para receber a devolutiva. De acordo com o que Gil (1999) pontuou na citação anterior, uma parcela de docentes não devolveu o questionário respondido, mas esse dado não comprometeu o grupo de sujeitos que definimos previamente nos objetivos específicos.

Após a análise dos questionários respondidos, escolhemos os quatro professores que participariam das entrevistas. O nome fictício utilizado na pesquisa foi escolha de cada docente. Informamos que a princípio, a nossa intencionalidade era entrevistar o coordenador pedagógico, um professor da área de ciências humanas, um de ciências exatas e um de linguagem, porém, dois professores de linguagens (português/inglês), quiseram participar como sujeitos da pesquisa e nós prontamente aceitamos suas considerações.

Outro instrumento que foi utilizado durante todo o desenvolvimento da pesquisa, foi o diário de bordo, sua utilização permitiu a reflexão dos conhecimentos teóricos que colocamos em prática cotidianamente no campo empírico. Alves (2004), explica que:

O diário pode ser considerado como um registro de experiências pessoais e observações passadas, em que o sujeito que escreve inclui interpretações, opiniões, sentimentos e pensamentos, sob uma forma espontânea de escrita. (ALVES, 2004. p. 225).

No diário de bordo o pesquisador pode transformar em escrita todas as impressões e pensamentos desde o planejamento das etapas de execução do trabalho até as vivências no cotidiano escolar. Esse processo cognitivo desenvolvido por meio da escrita contribui de maneira significativa para a investigação, para a formação, para a aprendizagem do pesquisador. Para Catani et al. (2000):

A escrita supõe um processo de expressão e de objetivação do pensamento que explica sua atitude de reforçar ou constituir a consciência daquele que escreve. Escrever sobre si é auto revelar-se, é um recurso privilegiado de tomada de consciência de si mesmo, pois permite “atingir um grau de

elaboração lógica e de flexibilidade”, de forma mais acabada do que na expressão oral. (CATANI et al., 2000, p. 41-42).

O diário de bordo, é um instrumento metodológico, bastante utilizado em pesquisas qualitativas, por meio dele foi possível expressar as nossas vivências no espaço escolar considerando as dimensões de uma pesquisa (tempo), ao qual, não é possível lembrar de todas as especificidades (dia, local, horário, ações entre outras) se não fizermos as anotações. Bertoni (2004), evidencia, que nesse instrumento:

Podemos identificar as dificuldades encontradas, os procedimentos utilizados, os sentimentos envolvidos, as situações coincidentes, as situações inéditas e, do ponto de vista pessoal, como se enfrentou o processo, quais foram os bons e maus momentos por que se passou e que tipos de impressões e de sentimentos apareceram ao longo da atividade, ao longo da ação desenvolvida. É uma via de análise de situações, de tomada de decisões e de correção de rumos. (BERTONI, 2004, p. 4).

Esse instrumento é estritamente pessoal e cada pesquisador tem sua forma particular de registrar suas agruras, avanços, retrocessos, sentimentos, as suas ações, as ações dos outros e as descobertas do campo empírico. Entretanto, Oliveira (2019, p. 66), pontua que “não podemos perder de vista a sua finalidade enquanto instrumento metodológico da pesquisa, pois à medida que o revisitamos, novos significados podem emergir, em um movimento de (re)construções”. Sendo assim:

Escrever sobre o que estamos fazendo como profissional (em aula ou em outros contextos) é um procedimento excelente para nos conscientizarmos de nossos padrões de trabalho. É uma forma de “distanciamento” reflexivo que nos permite ver em perspectiva nosso modo particular de atuar. É, além disso, uma forma de aprender. (ZABALZA, 2004, p. 10).

Um artefato, que também se tornou imprescindível no nosso caminhar, para gravar as entrevistas realizadas com os docentes, o coordenador pedagógico e quando a escrita no diário de bordo não era possível de ser realizada foi um aparelho celular. Cada vez mais, os celulares são utilizados em pesquisas de campo, pela “versatilidade, funcionabilidade, tamanho e mobilidade” (MERIJE, 2012, p.17). No próximo item apresentaremos o campo empírico.

2.4 A escola Pesquisada

O local escolhido para o desenvolvimento da pesquisa, é uma escola da rede estadual de ensino, situada em um município da região centro-oeste, que é autodenominada pela atual gestão (2020-2024), como tradicional por ser uma das instituições pioneiras no município na oferta do ensino fundamental.

Construída no alto de uma colina, ao entrar a cidade de longe se avista um prédio antigo de concreto puro, amplo e imponente que tem sua sisudez quebrada pelas árvores frutíferas que cercam toda a instituição.

Quando cheguei à escola, me deparei com dois blocos de concreto no formato da letra H, nesse espaço funcionam 16 salas de aula, percebi que só 50% delas possuem ar condicionado, nesse exato momento na tela do celular o relógio marcava 14h30min e o termômetro lembrava que a temperatura ambiente é de 40°. Devido ao excesso de calor, os alunos que estão presentes no pátio demonstram inquietação na fila que se forma em torno dos bebedouros da escola.

Uns 10 metros à frente, do lado esquerdo do mesmo bloco estão os vestiários, uma fita amarela e uma placa avisa que os mesmos estão interditados devido a vazamentos na encanação. Continuei andando entrei no banheiro feminino destinado aos estudantes, uma funcionária me explicou que recentemente todos os banheiros da escola foram reformados, um ar de limpeza e organização toma conta do ambiente.

No bloco administrativo I, a primeira sala é destinada aos professores, entrei e cumprimentei a todos os presentes, fui bem acolhida, isso me tranquilizou, no dia anterior fui apresentada pela gestora e coordenador pedagógico aos docentes para explicar os objetivos da pesquisa e assinatura TCLE dentre outros assuntos. Penso que, a empatia nesse primeiro contato sozinha foi primordial para o bom desenvolvimento de nossa pesquisa.

Logo à frente estava à coordenação pedagógica, um espaço pequeno que é dividido com profissionais de outras áreas. Esse ambiente possui várias mesas, computadores, armários cheios de uniformes e livros didáticos. Naquele momento, diferentes assuntos estavam sendo resolvidos ao mesmo tempo em diálogos diferentes. Em meio a tudo isso minha presença passou quase que despercebida.

No mesmo bloco, ficam as salas de vídeo, de recursos multifuncionais, duas salas de tecnologias desativadas, arquivo, depósitos de materiais de limpeza e dois banheiros destinados aos professores e funcionários.

O bloco administrativo II, segundo os alunos é a melhor parte da escola, lá funcionam a cozinha, cantina, depósitos de alimentos, uma sala de tecnologia pequena com 12 computadores de mesa e uma lousa digital, laboratório de pesquisa e uma humilde biblioteca

climatizada com poucos volumes de livros, o espaço possui um canto harmônico todo decorado com tapetes e almofadas coloridas um convite sedutor à leitura.

No final do corredor, avistei um ginásio coberto que apresentava vários problemas na estrutura física; paredes com a pintura descascada, o piso apresentava alguns buracos, mas, as atividades recreativas e esportivas aconteciam normalmente, um local de interação onde o diálogo era intenso e o riso solto prazeroso de se ver.

Continuei caminhando, desci um lance de vinte degraus cheguei a uma quadra de esporte sem cobertura, cercada de árvores. Mais à frente deparo-me com uma casa destinada ao vigilante que se encontra desativada aguardando demolição. A instituição fora recentemente pintada o prédio antigo ganhou ar de novo, mas, segundo os dados do Projeto Político Pedagógico da escola sua estrutura física atual é:

Precária, quanto a estrutura hidráulica e elétrica necessita de manutenção rigorosa, em relação à estrutura física do prédio fazem-se necessárias muitas adequações, tais como; verificação de infiltração de água nas paredes, rampas de acessibilidade, troca de fiação elétrica e de encanamento hidráulico, pintura, telhamento do telhado para evitar acesso dos pombos e outros animais que se alojam no forro acumulando sujeiras que podem causar doenças respiratórias, ou outras, no público alvo frequente no ambiente escolar que só poderão ser resolvidas com uma boa reforma geral. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2020, p. 5).

Segundo a atual gestão (2020-2024), mesmo apresentando tantos problemas de ordem física que por vezes impedem o bom funcionamento da escola prejudicando em alguns momentos o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem, interferindo no clima escolar, essa instituição foi classificada em terceiro lugar como uma das melhores escolas do município por meio das notas de seus alunos no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Para Luck (2011, p. 85), “uma escola é muito mais do que um prédio e suas condições materiais e recursos de funcionamento. Não é tão somente um lugar onde se desenvolve um currículo, nem uma estrutura administrativa pedagógica, nem muito menos um conjunto de espaços onde as aulas são dadas”. A escola é um espaço de formação humana.

Para a autora a escola é uma organização social, formal, intencional onde o objetivo principal deve ser o desenvolvimento de seus membros para uma cidadania crítica, participativa, compreendendo qual o significado de seu papel na sociedade. É “na medida em que estes resultados de fato orientam o seu trabalho que se tem uma escola em seu pleno sentido” (LUCK, 2011, p. 85).

Pesquisar as implicações de um fenômeno complexo como o *ciberstalking* em uma instituição de ensino sem conhecer sua história, sua estrutura física, sua dinâmica, seus membros, sem mergulhar no seu cotidiano, sem vivenciar seus problemas, seus anseios, seus desafios, pode nos levar a cometer erros. Faz-se necessário compreender a escola “na tecedura dos fatos, eventos, reações, ideias, comportamentos, atitudes, expressões verbais e não verbais, com determinados coloridos e emoções que se desenham na urdidura da tela educacional” (LUCK, 2011, p. 23).

Optar por fazer um diagnóstico da escola antes de iniciar a pesquisa nos possibilitou fugir da superficialidade para não nos prendermos a meros levantamentos de dados, tecer críticas infundadas. Queríamos mergulhar em camadas mais profundas e ter como ponto de partida a compreensão dos aspectos negativos, as fragilidades e também as potencialidades dessa instituição.

Informamos que na escrita tomamos os cuidados necessários para que o acordo de sigilo mantido com a gestão como o nome da escola, o município que está localizada e data de fundação não fossem revelados. Já a forma como a escola foi descrita na dissertação foi lida e aprovada pela direção da escola. A seguir apresentaremos os sujeitos da pesquisa.

2.5 Os sujeitos da pesquisa

Apresentaremos abaixo em forma de quadro e números o perfil sócio/profissional dos participantes da pesquisa, sua formação inicial, continuada e o tempo de atuação na docência. (Quadro 4).

Quadro 4: Perfil Sócio/profissional dos sujeitos da pesquisa						
NOME	IDADE	GÊNERO	FUNÇÃO	FORMAÇÃO INICIAL	FORMAÇÃO CONTINUADA	TEMPO ATUAÇÃO
Alto	39 anos	M	Coord. Pedagógico	Educação Física	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Docência do Ensino Superior	4 anos
Daenerys	33 anos	F	Professora	História	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em História da América/ Mestrado em Estudos Culturais	4 anos
Maria	44 anos	F	Professora	Biologia Física	Pós-graduada em Biologia	4 anos

Continuação Quadro 4: Perfil Sócio/profissional dos sujeitos da pesquisa

Ismael	35 anos	M	Professor	Letras Inglês		5 anos
Leila	49 anos	F	Professora	Letras Português	Pós-Graduação em Educação Ambiental	20 anos

Fonte: elaborado pela autora em 12 de jun. 2020.

Dos cinco sujeitos participantes da pesquisa, dois são do sexo masculino e três do sexo feminino. Essa instituição se difere das demais que já trabalhei, desenvolvi pesquisas, projetos de ensino e de extensão pela presença de uma parcela significativa da figura masculina atuando nos mais diversos setores no ambiente escolar.

A idade média dos participantes varia entre 30 e 50 anos. Mesmo a faixa etária dos docentes estar acima dos 30 anos, a maioria dos professores que foi entrevistado obteve a formação inicial a menos de 5 anos. Durante a entrevista, os sujeitos da pesquisa que faziam parte dessa realidade revelaram que o desemprego fez com que eles buscassem outra formação, outra área de atuação. Esse dado reflete no resultado coletado para o tempo de atuação desses profissionais que varia entre 4 e 20 anos

Os professores têm formação inicial em biologia, história, letras (português/inglês) e educação física. Dos cinco entrevistados, quatro docentes possuem pós-graduação *lato e* ou *stricto sensu*. Segundo pesquisas que visam à formação de professores o perfil profissional dos docentes tem mudado significativamente nos últimos dez anos. Por opção, cada vez mais é observada a atuação de especialistas, mestres e doutores na educação básica.

Com relação aos recursos didáticos utilizados em suas práticas pedagógicas, os professores revelaram que utilizam os mais variados, inclusive as TIC, mas o livro didático é apontado pela maioria dos docentes como o principal recurso utilizado em suas práticas docentes.

Por influência dos avanços científicos/tecnológicos o processo de ensino/aprendizagem vem sofrendo transformações ao longo dos anos e os professores não têm medido esforços na busca de formação continuada para o aprimoramento de sua atuação profissional. A seguir apresentaremos uma breve noção em relação ao roteiro de atividades.

2.6 Roteiro de Atividades desenvolvidas no campo empírico

Para alcançar os objetivos traçados na pesquisa, utilizamos múltiplos instrumentos para a coleta de dados no campo empírico que nos favoreceram na produção de dados qualitativos para as análises. Entende-se que: “a sobreposição de procedimentos permite analisar a problemática em estudo a partir de diversos ângulos e dimensões” (SANTOS, 2009, p. 149).

No quadro abaixo, apresentaremos a organização e o planejamento das atividades que foram desenvolvidas, os instrumentos e artefatos que foram utilizados no campo empírico. (Quadro 5).

Quadro 5: Organização das atividades no campo empírico e instrumentos/artefatos utilizados		
ATIVIDADE	INSTRUMENTO/ARTEFATOS COLETA DE DADOS	DATA
Leitura e análise do PPP	Diário de bordo Celular	Fevereiro/2020
Leitura e análise dos 28 livros didáticos	Diário de bordo Celular	Fevereiro a Março/2020
Pesquisar o perfil sócio/profissional dos sujeitos	Questionário Impresso	Aplicação e recebimento no dia 04/05/2020
Investigar a compreensão dos professores e do coordenador Pedagógico sobre o <i>ciberstalking</i>	Entrevista semiestruturada Celular	12/05/2020 - Maria/professora 14/05/2020 - Ismael/professor 19/05/2020 - Daenerys/professora 20/05/2020 - Leila/Professora 27/05/2020 - Alto/Coordenador
Compreender como os Professores abordam o <i>ciberstalking</i> em suas Práticas Pedagógicas	Entrevista semiestruturada Celular	12/05/2020 - Maria/Professora 14/05/2020 - Ismael/Professor 19/05/2020 - Daenerys/Professora 20/05/2020 - Leila/Professora 27/05/2020 - Alto/Coordenador

Fonte: elaborado pela autora em 29 de out. 2020.

Primeira atividade: O primeiro documento a ser lido foi o Projeto Político Pedagógico (PPP), a análise do documento foi realizada no mês de fevereiro do ano de 2020, por meio da leitura tivemos acesso à história da escola, às metas previstas a curto, médio e longo prazo (compra e instalação de aparelhos de ar condicionado central para todas as salas de aula), aos problemas na estrutura física (buracos na quadra de esporte, banheiros quebrados) e à falta de recursos didáticos que atendessem todos os alunos (computadores).

No documento norteador, também constam as normas, as estratégias, as ações, os sonhos e os anseios de toda a comunidade escolar. A leitura desse documento e as minhas vivências na escola foram relevantes para compreender o lugar de onde os professores falam.

Lemos todo o PPP de maneira minuciosa, mas, informamos que nossas análises se centraram nos fatores diretos e indiretos que nos levaram a correlacioná-los com o nosso objeto de pesquisa, o *ciberstalking*, tais como; acesso dos alunos às TIC, estratégias e ações que norteiam a comunidade escolar para o uso das TIC com segurança, o público que a escola atende, as características culturais e sociais da instituição. Os dados obtidos eram registrados no caderno de bordo e as minhas percepções e reflexões gravadas no celular.

Segunda Atividade: O próximo passo foi analisar os 28 livros didáticos utilizados nos anos finais do ensino fundamental referentes às seguintes disciplinas; português, matemática, inglês, ciências, artes, projeto integrado, história e geografia.

Começamos pegando os livros individualmente, depois fomos até o índice visando os capítulos que nos levassem (in)diretamente ao objeto de pesquisa o *ciberstalking*. Em seguida, como às vezes nos temas dos capítulos não aparecem explicitamente o que vai ser abordado no texto resolvemos ler o livro por inteiro.

Enquanto líamos, íamos selecionando e anotando no diário de bordo o capítulo, o tema e a página dos assuntos que se relacionavam ao fenômeno pesquisado. Nesse processo, também utilizamos o aparelho de celular para *scannar* os capítulos selecionados.

Informamos que nossas análises foram realizadas apenas nos capítulos selecionados onde as temáticas tinham relação direta ou aproximação com o uso das TIC e a prática do *ciberstalking*.

A realização dessa etapa da pesquisa, demandou mais tempo pelo número de livros analisados (28), levando aproximadamente 45 dias. Todo esse período que estive no espaço escolar foi relevante, pois, me permitiu conviver com os professores e o coordenador pedagógico diariamente, estreitando os laços de afetividade de modo que minha presença no espaço escolar não causasse estranhamento, desconforto.

Não poderíamos esquecer, que estávamos lidando a todo o momento com seres humanos ou com algo referente a eles e que essa possibilidade poderia em algum momento interferir ou não no curso de suas vidas.

Informamos que com a realização das duas primeiras atividades no campo empírico, buscávamos responder ao primeiro objetivo da pesquisa que é: Analisar se no Projeto Político Pedagógico (PPP) e nos livros didáticos consta a temática *ciberstalking* e/ou

estratégias e ações que norteiam os professores para a sensibilização, a prevenção e o combate do *ciberstalking* no espaço escolar.

Terceira Atividade: A aplicação e o recebimento do questionário sócio/profissional foram realizados em um único dia (04/05/2020), no terceiro encontro. Essa fase da pesquisa começou em meio a uma formação continuada no espaço físico e virtual.

Devido ao número extenso de arquivos que os docentes recebiam diariamente relacionados à jornada pedagógica em seus respectivos *email*, em uma reunião com os professores. Eles me solicitaram que o questionário fosse entregue impresso para que não passasse despercebido meio a tantos documentos. O resultado da coleta de dados por meio do questionário foi fundamental para traçar o perfil dos sujeitos e elaborarmos o roteiro de entrevista.

Quarta Atividade: Depois de traçar o perfil dos sujeitos e elaborar o roteiro de entrevista fizemos o quarto encontro com os participantes da pesquisa na sala de reunião da escola para decidirmos a ordem que os docentes e o coordenador pedagógico queriam ser entrevistados, o dia, a hora e o local. Falei da minha disponibilidade de tempo que era integral e deixei que decidissem democraticamente entre eles de acordo com suas agendas o melhor momento para essa fase da pesquisa acontecer.

Logo, após o cronograma de entrevista ser elaborado e aprovado por todos perguntei aos professores se eles concordavam que o áudio da entrevista fosse gravado por meio de aparelho celular, todos concordaram com uma condição: que após a entrevista eles pudessem ouvir toda a gravação e caso não concordassem com alguma parte do áudio ele seria deletado, foram prontamente atendidos. As entrevistas ocorreram na seguinte ordem:

- 1º Entrevistada: Professora Maria, 12/05/2020;
- 2º Entrevistado: Professor Ismael, 14/05/2020;
- 3ª Entrevistada: Professora Daenerys, 19/05/2020;
- 4ª Entrevistada: Professora Leila, 20/05/2020;
- 5º Entrevistado: Coordenador Pedagógico Alto, 27/05/2020.

As interlocuções ocorreram no mês de maio do ano de 2020. No início de todos os diálogos, fiz um compromisso ético com os participantes e falei da necessidade de cada um escolher um codinome para manter o sigilo de sua identidade. Igualmente, expliquei, que só teria acesso aos dados coletados na entrevista, eu e minha orientadora, que os mesmos só seriam utilizados na pesquisa e que futuramente poderia ser publicada em outros formatos como: artigos e/ou capítulos de livros.

Em seguida, expliquei de forma detalhada sobre a relevância da assinatura do TECLE para o pesquisador e o entrevistado. Depois foram entregues duas vias do documento já assinado por mim a cada sujeito, sendo uma devolvida com as respectivas assinaturas.

Antes de iniciar cada entrevista, pedi autorização para gravar os diálogos com o aparelho celular. Foi realizada apenas uma entrevista com cada docente, uma por dia de acordo com o cronograma acima discriminado. O tempo de duração de cada entrevista foi em média de uma hora. Todas as entrevistas foram realizadas no período matutino, na sala de reunião da escola em um clima cordial onde o respeito aos diferentes saberes, as diferenças culturais e sociais foram relevantes para a condução da entrevista, para a troca de conhecimento.

A entrevista realizada com o coordenador pedagógico ocorreu também na sala de reunião da escola, mas, no período vespertino. Segundo esse profissional, o turno matutino desse espaço escolar requer mais atenção, devido às aulas iniciarem às 07h15min da manhã há uma tendência dos alunos chegarem atrasados. Pois, Não é permitido aos estudantes entrarem na sala de aula após as 07h30min, eles ficam no pátio da escola aguardando a próxima aula, essa aglomeração às vezes gera conflitos necessitando do coordenador pedagógico.

O diálogo com esse profissional foi marcado pela inquietude em compreender o fenômeno que desconhecia e de responder com riqueza de detalhes as perguntas que lhe eram atribuídas.

Durante todas as entrevistas, procurei ser rigorosa com relação ao respeito às diferenças multiculturais e de linguagens que cada sujeito da pesquisa apresentou, deixando claro enquanto, dialogávamos, a relevância de sua participação para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao finalizar cada entrevista, o áudio foi disponibilizado para os professores e o coordenador pedagógico. Nenhum dos sujeitos solicitou que parte e/ou a totalidade do áudio fosse deletado.

Foram selecionados para compor o texto da dissertação os diálogos que se relacionavam ao objetivo geral que é: Analisar o *ciberstalking* e suas implicações no espaço escolar, e os dois últimos objetivos específicos, Investigar a compreensão do(a) coordenador(a) pedagógico(a) e professores dos anos finais do ensino fundamental sobre o conceito de *ciberstalking*; e Compreender como os professores dos anos finais do ensino fundamental abordam o tema *ciberstalking* em suas práticas pedagógicas. No próximo capítulo, contextualizaremos as diferentes percepções e denominações que os autores atribuem à sociedade na atualidade.

CAPÍTULO III - EM QUE SOCIEDADE VIVEMOS?

É importante, aliás, que nos defendamos de uma mentalidade que vem emprestando à máquina, em si, poderes mágicos. É uma posição “ingênua”, que não chega a perceber que a máquina é apenas uma peça entre outras da civilização tecnológica em que vivemos. Para fazer girar as máquinas, com eficiência, e recolher delas o máximo de que são capazes, se faz necessária a presença do homem habilitado. Do homem preparado para o seu manejo. (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1995, p. 128).

A sociedade contemporânea vem passando por mudanças inimagináveis ao longo dos anos, essas transformações foram aceleradas com a conexão da população em rede e com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação. Todos esses fatores, têm influenciado vários pesquisadores de diferentes linhas de pensamento com perspectivas e objetivos diferentes a lhe atribuírem diferentes denominações.

Segundo Santaella (2007), vivemos atualmente na sociedade da informação e comunicação. O que coincide com a opinião de Castells (1999), quando diz que estamos imersos em um modelo social informacional jamais pensado. Essa caracterização se dá devido aos impactos que o capital, a internet, a globalização e os avanços científicos/tecnológicos vêm exercendo na sociedade e como sua utilização vem transformando as relações sociais, econômicas, políticas e educacionais.

Concordamos com Santaella (2007), que vivemos em uma sociedade onde a troca de informações com o uso da internet, permite a comunicação em massa e acreditamos que esse mesmo fluxo de informações tem a capacidade de orientar e desorientar a população com a mesma intensidade, dependendo da forma crítica ou acrítica como ela interage com as TIC.

Machlup (1962), autor do livro *The Production and Distribution of Knowledge in the United States*, é um dos primeiros pesquisadores a conceituar o termo Sociedade da Informação (SI). Quatro anos depois Drucker (1966), no *bestseller*; *The Age of Discontinuity: Guidelines to our Changing Society* disserta que economicamente a sociedade evoluiu das práticas agrícolas artesanais para a revolução industrial assentada primordialmente no poder da informação.

Com a evolução tecnológica e a possibilidade da comunicação aberta, os sujeitos se sentem livres para produzir e divulgar informações sobre: cultura, esporte, lazer e saúde dentre outras. A internet, passa a ser um artefato indispensável para que toda essa revolução informacional aconteça e nesse sentido “a geração, processamento e transmissão de informação torna-se a principal fonte de produtividade e poder” (CASTELLS, 1999, p. 21).

Já Bauman (2007), não alheio as possibilidades de desenvolvimento que a internet possibilita as diversas áreas do conhecimento nos apresenta outra percepção. Para o autor, vivemos em uma sociedade onde os limites entre o que é público e privado, foram perdidos e uma parcela significativa de sujeitos pautam suas vidas na exposição exagerada nas redes sociais, em relacionamentos superficiais onde o ter é mais relevante que o ser e número de seguidores não traz significância de afetividade nas interações.

Bauman (2007), também caracteriza essa sociedade como do consumo de produtos descartáveis, de acúmulo de lixo, de destruição do meio ambiente, da comunicação aberta, democrática. Para o autor, uma parte considerável dessa comunicação acontece nas redes sociais de maneira frívola, nada produtiva. Tomando como exemplo o *Twitter*, Bauman (2007), fala:

O fazer sobre o qual se escrevem mensagens no *Twitter* talvez não signifique mais que dizer: “estou comendo pizza quatro queijos”, ou “estou olhando pela janela”, ou “com sono indo para cama”, ou “morto de tédio”. O que nós e todos os nossos iguais somos levados a compreender é que a única coisa é saber e contar aos demais o que se está fazendo – neste momento ou em qualquer outro o que importa é “ser visto”. Não tem importância alguma saber por que fazemos tal coisa, o que estamos pensando, desejando, sonhando, o que nos alegra ou entristece quando a fazemos, ou mesmo outras questões que nos inspiram a usar o *Twitter*, além de manifestar nossa presença. (BAUMAN, 2007, p. 27).

O autor, faz parte da ala do pessimismo e é crítico quanto ao uso das TIC pelos sujeitos na atualidade para uma comunicação baseada em acontecimentos banais da vida cotidiana. Para o autor, estamos diante de uma sociedade fluída onde a cultura da superexposição tem levado cada vez mais os sujeitos a agirem de forma mecânica, individual, desengajada. Diante desse contexto, não se busca compreender o porquê e/ou para que se utiliza um espaço rico de possibilidades como o *Twitter*, simplesmente efetivar a presença no ciberespaço torna-se mais relevante.

Enquanto a fala de Bauman (2007), expressa o pessimismo com sensatez, Lemos e Lévy (2010), preferem ser otimista quanto ao uso da internet para a produção do conhecimento, interação e a ressignificação de sentidos:

Sabemos que grande parte dos usos das redes sociais é para troca de banalidades do cotidiano. Mas não só [...] a blogosfera é um imenso troca-troca de comentários e *links*. As pessoas que frequentam várias comunidades virtuais, encaminham de uma a outra, as informações que julgam pertinentes a outras redes sociais. Elas comentam em *blogs* trocam arquivos *torrent* em redes *peer to peer*. Atualizam em poucas palavras sua vida cotidiana em microblogs, trabalham cooperativamente em *wikis*, produzem e disseminam *softwares* de fonte aberta, reciclam e tornam visíveis o que era considerado lixo pela indústria de massa (o *You Tube* é um exemplo produzem conteúdos localizados em mapas. (LEMOS e LÉVY, 2010, p. 86-87).

As inúmeras possibilidades, que se abrem para o processo de ensino/aprendizagem formal e informalmente por meio da conectividade faz com que professores e alunos desenvolvam novas competências, habilidades pautados em suas necessidades, não há hierarquia na produção de novos canais para a troca de conhecimento, de saberes, na divulgação da informação, na internet todos têm voz, formam e se informam.

Para Jenkins (2009), a sociedade atual é cotidianamente banhada por um mar de informações e é dever dessa mesma sociedade ensinar os sujeitos a nadar, flutuar, navegar nesse mar, o que coincide com a opinião de Coutinho e Lisboa (2011, p. 10), quando dizem que para a sociedade da informação ser considerada também do conhecimento “é imprescindível que se estabeleçam critérios para organizar e selecionar as informações, e não simplesmente ser influenciado e “moldado” pelos constantes fluxos informativos disponíveis”.

Entretanto, quando o assunto é educação e tecnologia abre-se espaço para o debate, desafios e tensões. Na realidade, o sistema educacional não se preparou para o curso que os avanços tecnológicos levam a sociedade. Para Mercado (1998):

A sociedade atual passa por profundas mudanças caracterizadas por uma profunda valorização da informação. Na chamada sociedade da informação processos de aquisição do conhecimento assumem um papel de destaque e passam a exigir um profissional crítico, criativo, com capacidade de pensar, de aprender a aprender, de trabalhar em grupo e de se conhecer como indivíduo. Cabe a educação formar esse profissional e para isso, esta não se sustenta apenas na instrução que o professor passa ao aluno, mas na construção do conhecimento pelo aluno e no desenvolvimento de novas competências, como: capacidade de inovar, criar o novo a partir do conhecido, adaptabilidade ao novo, criatividade, autonomia, comunicação. (MERCADO, 1998, p. 28).

Os alunos, antes de fazerem parte do universo institucional, têm uma construção histórica, cultural e social. É sabido que a convivência em sociedade educa, transforma e as vezes determina o ser e o estar dos sujeitos, mas, é na escola que se tem acesso à educação

formal. Nesse processo educativo, o papel do professor é relevante na condução dos alunos na transformação da informação em conhecimento. É fundamental, “investir na pessoa e dar um estatuto o saber da experiência mediante uma reflexão crítica sobre a prática” (NÓVOA, 1992, p. 68). Com relação à inovação na educação Escudeiro e Botia (1994), falam que inovar:

Não pertence ao domínio do técnico, da atualização de novos métodos, da reorganização do sistema educativo e da reestruturação do currículo. Antes de mais, trata-se de um âmbito da nossa realidade social, cultural e educativa em que nos questionamos sobre que tipo de sociedade e cidadãos queremos, que tipo de escola, que tipo de professores e, por isso mesmo, temos de esclarecer, argumentar e legitimar os valores subjacentes a tudo isto. (ESCUDEIRO e BOTIA, 1994, p. 108).

Inovar na educação, envolve uma complexidade de fatores que se interligam entre si tais como: materiais, métodos, currículo, esse processo é concebido na interação e na análise das relações, na busca de respostas para os desafios presentes no espaço escolar. Inovar requer “transitar de uma situação para outra e essa mudança pode ser tanto animadora quanto ameaçante para os professores” (CÂNDIDO e PEREIRA, 2019, p. 299).

Segundo Cândido e Pereira (2019), a inovação acontece na maioria das vezes de forma imposta de cima para baixo não dando condições básicas necessárias para que os professores se sintam estimulados a assumir um novo compromisso com a desconstrução para a reconstrução de novos conhecimentos.

Para Huberman (1973), vários são os fatores que impedem os docentes a aderirem às mudanças; a falta de tempo pela pesada jornada de trabalho, a ampliação do tempo para dedicação aos estudos, salários dignos, formação continuada pensada para o desenvolvimento do professor de acordo com a realidade vivida na escola onde atuam para que visualize o significado de buscar novas possibilidades de atuação.

Já para Escudeiro e Botia (1994, p. 122), “a inovação é um fenômeno que pode nascer da reflexão partilhada pelos professores sobre a sua prática e sobre os esforços para compreender, questionar e melhorar” o contexto social no qual estão inseridos. Ao assumir essa postura crítica/reflexiva, os docentes criam possibilidades de utilizar a escola como um espaço para fomentar as transformações educativas de modo que também possam;

Contribuir para melhorar a profissionalidade [...] através de um aprofundamento de sua capacidade de análise crítica das condições em que se desenvolve os seus trabalhos com os alunos, os outros professores, assim

como das pressões e limitações que as estruturas sociais e institucionais exercem na sua atividade docente. (GARCIA, 1999, p. 185).

Outrossim, torna-se importante evidenciar que quando essas adequações não ocorrem, a uma tendência do sistema governamental em culpabilizar somente o professor. É fundamental refletir de forma crítica para poder compreender que não se pode mudar as práticas pedagógicas no contexto de sala de aula sem recursos materiais, financeiros, sem formação continuada, sem apoio da comunidade escolar e das instancias educacionais superiores.

É notório que alguns governantes disseminam para a população que a educação é a solução de todos os problemas da humanidade; a fome, a miséria, o profissional capacitado que o mercado de trabalho exige e ainda que a utilização das TIC como recurso pedagógico nas escolas é a salvação das instituições públicas, quando na verdade estão precárias pela falta de verbas e manutenção de toda natureza.

Atribuir à educação formal escolar todas as responsabilidades de formar esse profissional: multitarefa, flexível, criativo, dentre outras características que o mercado profissional exige é colocar um peso muito grande nos ombros do professor, visto que, a “[...] educação acontece em diversos âmbitos, em muitas instâncias formais, não formais e informais; a educação ocorre tanto em casa como em qualquer outro lugar não se fazendo necessário somente nas escolas” (RIBEIRO, 2017, p. 256).

Para entender a sociedade da informação e da comunicação em meio ao desenvolvimento tecnológico, a ciência passa por um momento de fervura, de altas temperaturas em termos de pesquisa no intuito de buscar respostas para os vários fenômenos sociais e naturais que surgem todos os dias e com a educação não é diferente.

No entanto, não temos como voltar, precisamos avançar, mas antes é preciso parar e refletir criticamente. Segundo Coutinho e Lisboa (2011, p. 8), “O importante nesta sociedade não é a tecnologia em si, mas as possibilidades de interação que elas proporcionam através de uma cultura digital”. Já Para Pellicer (1997):

O que caracteriza a revolução tecnológica atual não é o caráter central do conhecimento e da informação, mas a aplicação deste conhecimento e informação a aparatos de geração de conhecimento e processamento da informação/comunicação, em um círculo de retroalimentação acumulativa entre a inovação e seus usos. A difusão da tecnologia amplifica infinitamente seu poder ao se apropriar de seus usuários e redefini-los. As novas tecnologias da informação não são apenas ferramentas para se aplicar, mas processos para se desenvolver. [...] Pela primeira vez na história, a mente

humana é uma força produtiva direta, não apenas um elemento decisivo do sistema de produção. (PELLICER, 1997, p. 88).

Para o autor, a capacidade cognitiva do homem aliada a utilização das TIC passa a ser a mola propulsora que fomenta o desenvolvimento da sociedade da informação e comunicação a irreversibilidade da virtualização e a evolução tecnológica requer mudanças de atitude, porém, “adaptar-se ao complexo movimento do mundo atual requer uma agilidade maior que em tempos passados, as transformações aconteciam em ritmo mais lento, quase imperceptível” (FREITAS e LEITE, 2011, p. 16).

Da invenção da internet até o ano de 2020, transformações significativas puderam ser vivenciadas em todo o processo de produção de conhecimento, de comunicação, de interação social a socialização agora também acontece em rede, mudando completamente a construção sociocultural da identidade individual e coletiva dos sujeitos.

Bauman (2007), fala que essa migração das relações do espaço físico para o virtual formando grupos e comunidades, se deu pelo aumento da violência nas cidades, pela popularização da internet e pelo sentimento de pertencimento aos grupos que me identifico, ainda que não haja envolvimento ou aprofundamento nas relações.

Para Simões (2009, p. 9), na sociedade da informação a “comunicação é um elemento que molda a cultura, porque é através da comunicação que a vida em sociedade se faz possível, nas suas diversas manifestações, constituindo o sistema de valores e de símbolos”. O que coincide com a opinião de Santaella (2007, p. 128), quando escreve que “a influência da tecnologia digital continuará a crescer e a modificar grandemente os modos como nos expressamos, comunicamos, ensinamos e aprendemos, os modos como percebemos, pensamos e interagimos no mundo”.

Jenkins (2009), ressalta a relevância de pesquisar como essas comunidades funcionam para que seja possível compreendermos a natureza social do consumo das mídias nessa sociedade, de posse desse entendimento, haveria um direcionamento da melhor forma da utilização das TIC no espaço escolar em meio a esse fluxo incessante de informação.

Não se trata de deletar tudo que foi produzido até aqui, mas, reconhecer que na sociedade da informação e comunicação, por meio da revolução tecnológica, um novo período histórico foi instaurado sendo as vezes necessário reorganizar o espaço escolar, dar novo sentido ao processo educativo, às práticas pedagógicas ao currículo para que em meio a todas essas transformações o professor tenha condições de criar estratégias para “que o aluno se aproprie dos conhecimentos escolares e lide com eles de modo a estabelecer a ponte entre o pensar e o agir de forma consciente e crítica” (CARDOSO e PEREIRA, 2010, p. 346).

Para Brasil (2000, p. 7), “é a educação o elemento-chave para a construção de uma sociedade da informação e condição essencial para que pessoas e organizações estejam aptas a lidar com o novo, a criar e, assim, a garantir seu espaço de liberdade e autonomia” em meio a essa nova cultura digital. No próximo subitem abordaremos a Cibercultura.

3.1 Cibercultura

Segundo pesquisas científicas na área da antropologia, para entendermos a cultura de uma sociedade em determinado tempo/espaço um dos fatores principais é buscar os artefatos materiais que eram utilizadas por seus sujeitos, não esquecendo o contexto sociocultural. Para Freire (1963), cultura é tudo aquilo que resulta da criação e recriação humana; artefatos, hábitos sociais, religiosos, manifestações intelectuais, artísticas e políticas.

O domínio do fogo, foi um marco na história da relação do homem com a natureza, favorecendo o aquecimento do corpo e o cozimento de alimentos dentre outros benefícios. Já o surgimento da escrita, permitiu que os conhecimentos adquiridos através das experiências vividas fossem registrados e pudessem ser transmitidos de geração para geração. Para entendermos a evolução da espécie, Lemos (2010), esclarece:

A evolução da espécie humana é fruto desse movimento perpétuo e infundável, sendo a técnica responsável pela criação da segunda natureza – a cultura – num processo de desnaturalização do homem. Os objetos técnicos formam uma espécie de ecossistema cultural, onde a naturalização do artifício modifica o meio natural, da mesma forma que o meio natural vai impondo limites à atividade técnica humana. Essa naturalização de objetos técnicos impulsiona uma progressiva artificialização do homem e da natureza, sendo mesmo impensável a existência do homem e da cultura fora desse processo. (LEMOS, 2010, p. 31).

Lemos (2010), ainda fala que quando utilizamos as técnicas disponíveis na sociedade sem saber o seu real significado é como se estivéssemos separando o objeto da cultura, isso causa desequilíbrio e alienação. Faz-se necessário conhecer a técnica, o desenvolvimento de todo o processo, seus valores, causa e efeitos para que ela contribua com a cultura de um povo.

Para Lemos (2010), quando o assunto em pauta é o desenvolvimento tecnológico o que causa alienação é o desconhecimento da máquina, sua essência, natureza, o significado e aonde se quer chegar com a sua utilização, para o autor no intuito de dominar seus semelhantes no controle do pensamento e ações o homem naturaliza a máquina como único

objeto de valor, em nome do desenvolvimento é legitimado a desumanização. A cultura vem de encontro ao tecnicismo. Conceito de Lemos (2010), em relação à técnica:

Na sua acepção original e etimológica, vem do grego *tekhnè*, que podemos traduzir por arte. A *tekhnè* compreende as atividades práticas, desde a elaboração de leis e a habilidade para contar e medir, passando pela arte do artesão, do médico ou da confecção do pão, até as artes plásticas ou belas artes, estas últimas consideradas a mais alta expressão da tecnicidade humana. [...] A *tekhnè* é a arte que coloca o homem no centro do fazer poético, em confronto direto com as coisas naturais. (LE MOS, 2010, p. 26).

As técnicas desenvolvidas ao longo dos séculos, ao mesmo tempo em que fomenta a evolução humana, também a condiciona, pois carregam consigo suas implicações sociais e culturais pelas relações de força e poder que sempre existiram entre os sujeitos de todas as sociedades.

Um exemplo seria a invenção da máquina a vapor, que permitia a produção em larga escala de tecidos, mas, era operada pelo homem em jornadas de trabalho diárias de 16, 19 horas na época da revolução industrial. A modernidade nos mostrou os avanços e o lado perverso do desenvolvimento tecnológico, que na pós-modernidade são potencializados com a invenção da internet mudando a forma de agir, comunicar e pensar dos sujeitos de uma maneira jamais imaginada.

O advento da internet¹¹ e a produção do computador, começam no ano de 1959, pouco comercializados as máquinas eram grandes, pesadas e muito caras. Segundo Lemos (2010), em 1966, Bob Taylor com o intuito de desenvolver um projeto de rede de computadores que pudessem interagir entre si trocando informações, o americano faz parceria com algumas universidades de computação e criam o Departamento da Agência de Projetos de Pesquisas Avançadas da Agência de Defesa Americana (DARPA).

Em 1969, surgem os primeiros avanços na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), foi desenvolvido um microprocessador de transmissão e envio de dados MS internet denominado *Transmission Control Protocol/Internet Protocol –TCP/IP* (Protocolo de Controle de Transmissão/Protocolo de Internet), que tinha como função manter a comunicação entre vários sistemas de computadores denominado ARPANET (*Advanced Research Project Agency Network*).

Segundo Moran (1997, p. 1), “a rede de internet foi desenvolvida para uso militar, os cientistas preocupados com futuros ataques nucleares elaboraram uma infraestrutura não

¹¹ Meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global (CASTELLS, 2003, p. 8).

hierarquizada”, buscando viabilizar a comunicação em rede em meio à guerra fria como medida de sobrevivência caso houvesse um ataque em massa da população e os computadores de um departamento fossem destruídos os dados uma vez repassados continuariam circulando. Nos anos que se seguiram a ARPANET cresceu e em 1972 passou a ser denominada de internet. Segundo Rodrigues (2016):

Em 1972 o governo americano decidiu mostrar o projeto pioneiro à sociedade, e a ideia expandiu-se entre as universidades americanas, interessadas em desenvolver trabalhos cooperativos. Para interligar os diferentes computadores dos centros de pesquisa, em 1980 a Internet adotou o protocolo aberto TCP/IP para conectar sistemas heterogêneos, ampliando a dimensão da rede, que passou a falar com equipamentos de diferentes portes, como micros, *workstations*, *mainframes* e supercomputadores. (RODRIGUES, 2016, p. 1).

Os dez anos que seguiram, foram para elaborar os conceitos básicos de seu funcionamento, na configuração surgiram os *emotions*, figuras visuais de comunicação, o correio eletrônico entre outros. Em 1980 a rede de internet se expandiu, os computadores já são uma realidade nas residências mais ainda possuem o custo bastante elevado, o que dificulta sua popularização, porém é nítida a evolução da indústria, do comércio, do capital, da ciência e educação.

Somente em 1993, trinta e três anos mais tarde é que podemos dizer que o uso da internet passa do privado para público em sua primeira fase na versão web 1.0, considerada para alguns autores como “engessada” (Primo, 2007, p. 58). O que de fato aconteceu foi a transcrição dos conteúdos de livros e jornais do espaço físico para o espaço virtual, não havia interação, quem acessava a rede era considerado um receptor de informação e cultura.

No ano 2000 são criadas as redes sociais *Flickr*, *Orkut* e o *Facebook*. A internet é utilizada como espaço de interação, comunicação e entretenimento. Em 2004, a empresa *O'Reilly Media*, populariza a *web 2.0*, permitindo que a internet passasse a ser um “espaço de comunicação e informação por excelência, possibilitando a sua utilização enquanto recurso, meio e técnica” (Pinheiro, 2016, p. 60). Já Almeida e Assis (2011), explicam:

A mudança do uso da Web 1.0 para a Web 2.0 significa uma mudança no controle do participante em relação aos diferentes aspectos das atividades de aprendizagem, o que entendemos como colocar nas mãos dos aprendizes o controle do processo de produção colaborativa de conhecimento. (ALMEIDA e ASSIS, 2011, p. 9).

Com a popularização do acesso à rede, a possibilidade de interação *on line*, a

produção coletiva de conhecimento nasce à cultura da internet, a cibercultura “[...] conjunto de técnicas (materiais e intelectuais) de práticas, de atitudes, de modo de pensamento e de valores que se desenvolvem com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p.17). Um divisor de águas, um marco histórico fundamentado na tríade: sociedade, cultura e tecnologia que mudaram o padrão de comunicação da humanidade.

Para Lévy (1999), a relevância da criação da internet é comparada com a invenção da escrita, compreendemos por meio das leituras que se os artefatos utilizados pelo homem interferem no processo sociocultural da sua construção histórica, e as TIC são os artefatos tecnológicos que nos permitem navegar por esses novos caminhos enquanto sujeitos dessa sociedade faz-se necessário compreender o conceito de tecnologia.

Tecnologia é “[...] o conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade” (KENSKI, 2009, p. 18). Compreende-se, que a tecnologia não se resume a produção de equipamentos modernos, com dispositivos avançados é também uma ação intencional na busca da resolução de problemas que as pessoas vivenciam cotidianamente.

Belloni (2001, p. 53), explica: “[...] que o uso de uma tecnologia (no sentido de um artefato técnico), em situação de ensino e aprendizagem, deve estar acompanhado de uma reflexão sobre a ‘tecnologia’ (no sentido do conhecimento embutido no artefato e em seu contexto de produção e utilização)”. Lévy (1999), explica que:

Considerar o computador um instrumento a mais para a produção de textos, sons ou imagens sobre suporte fixo (papel, película, fita magnética) equivale a negar sua fecundidade propriamente cultural, ou seja, o aparecimento de novos gêneros ligados a interatividade. (LÉVY, 1999, p.41).

Isso nos faz pensar no presente e no futuro das escolas, na formação de alunos e professores diante dessas novas possibilidades de aprendizagem onde “o conhecimento nunca está pronto, é sempre provisório, necessitando de constantes argumentações para que possa ser validado” (BONILLA, 2011, p. 10). A utilização das TIC na educação deve ser pensada criticamente para o desenvolvimento de atividades criando condições para que seu uso não aconteça de forma mecânica, mas que se compreenda sua totalidade nesse processo coletivo e colaborativo de formação dos sujeitos. Moran (2000), pontua que:

Ensinar e aprender exigem hoje muito mais flexibilidade espaço-temporal, pessoal e de grupo, menos conteúdos fixos e processos mais abertos de pesquisa e de comunicação. Uma das dificuldades atuais é conciliar a extensão da informação, a variedade das fontes de acesso, com o

aprofundamento da sua compreensão, em espaços menos rígidos, menos engessados. Temos informações demais e dificuldade em escolher quais são significativas para nós e conseguir integrá-las dentro da nossa mente e da nossa vida. (MORAN, 2000, p. 2).

As escolas que possuem condições materiais de utilizar as TIC para auxiliar o processo de ensino, abrem outras possibilidades de aprendizagem, o conhecimento que é adquirido em sala de aula pode continuar em movimento no espaço virtual, enquanto os alunos vão interagindo, se expressando, informando, compartilhando, alimentam o espaço onde acontece essa cultura digital.

Segundo Schlemmer e Backes (2008, p. 530), “o que faz com que um processo de ensino e de aprendizagem seja eficiente não é a opção tecnológica, mas sim a proposta epistemológica-didático-pedagógica que suporta o uso de determinada tecnologia”. Com a cibercultura abre-se novas possibilidades a educação formal permitindo ao professor a fusão entre o ensino tradicional e os artefatos tecnológicos dando sentido a novas pedagogias.

Segundo Lévy (1999), a cibercultura é construída por todas as pessoas, quando utilizam o ciberespaço para trocarem informações e experienciam novas possibilidades, construindo saberes de forma individual e coletiva, aproximando-se por interesses comuns. Em meio a esse mar de possibilidades, uma parte significativa da população mundial ainda precisa ser incluída.

Castells (2002), afirma que se não forem criadas e implementadas políticas públicas que equalizem o acesso à rede, a cada avanço o fosso tornará ainda maior as desigualdades sociais. O sistema educacional, como representante do estado tem um papel fundamental na democratização do acesso às informações estabelecendo um novo caminho para a aquisição de saberes em um contexto interativo favorável a aprendizagem. Buzato (2006), diz que:

A partir dessa visão, abre-se a possibilidade de identificarmos não apenas as necessidades de infra-estrutura e capacitação relacionadas à tecnologia na escola, mas também as possibilidades dos professores, alunos e da escola enquanto instituição, praticarem a tecnologia (como praticam a linguagem) a favor da sua própria inclusão. (BUZATO, 2006, p. 4).

Compreendemos que além de possibilitar o acesso à internet nas escolas é necessário também pensar na formação de toda a comunidade escolar de modo que esses sujeitos utilizem as TIC como artefatos que ampliem a prática de acesso ao conhecimento.

Segundo Lévy (1999), essa prática cotidiana colabora com o raciocínio lógico e aprimora o letramento¹² (literância) digital.

Martin e Grudziecki (2006), definem como letramento digital o conjunto de tomada de decisões e habilidades individuais para usar de forma apropriada os artefatos digitais para identificar, acessar, analisar e sintetizar informações fomentando a construção de novos conhecimentos e também se comunicar no ciberespaço. Indo ao encontro do pensamento de Glister (1997), quando ressalta que o letramento digital está relacionado com o uso de computadores e *smartphones* que favoreça o campo das ideias e não com a destreza em manusear os artefatos digitais, ou seja, o uso crítico dos artefatos na educação e não o domínio técnico.

Autores como Glister (1997), considera, que na cibercultura, os alunos precisam ser letrados digitalmente, desenvolvendo diferentes habilidades para agir por meio dos artefatos tecnológicos conectados a rede, aprendendo a criar e analisar os diferentes modos de leitura e escrita presentes no ciberespaço, tais como: os sons, as informações, os hipertextos, as imagens e a escola tem um importante papel nessa formação. O autor, ainda esclarece que o letramento digital, não anula a relevância do letramento impresso, as duas formações devem ser exploradas na escola e contribuem de forma significativa para o desenvolvimento dos alunos, da sociedade.

Outro dado relevante sobre a cibercultura, é que os processos de produção do conhecimento estão sempre inacabados oportunizando a inteligência coletiva, visto que ao mesmo tempo em que somos usuários também somos criadores. Com essa evolução o espaço virtual é denominado por Lévy (1999), como:

Ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p. 17).

¹² Segundo Kleiman (1995, p. 19) é “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. Já para Soares (2002, p.145) é “o estado ou condição de quem exerce as práticas sociais de leitura e de escrita, de quem participa de eventos em que a escrita é parte integrante da interação entre pessoas e do processo de interpretação dessa interação”.

No ciberespaço, os sujeitos tomam posturas mais livres na busca de informações. Nesse momento histórico, temos liberdade de acesso na internet aos conteúdos que acharmos pertinentes a nossas vidas, mas, para que o acesso a essas informações contribuam com o desenvolvimento social, político, econômico, cultural, educacional faz-se necessário tomar postura autônoma.

Segundo Freire (1996), autonomia é entendida como a capacidade que o sujeito possui de assumir compromissos e responsabilidades sobre os seus atos, refletindo de forma crítica sobre as influências internas e externas as quais tem acesso e a partir dessas reflexões ter condições de optar se pretende ou não se submeter às imposições sociais, a reprodução das informações já existentes no espaço físico e/ou virtual.

Como já citamos, a vida em sociedade sempre foi emanada pelas relações de poder, a divisão das classes sociais revela esse intuito sem deixar dúvidas, nesse sentido o homem é influenciado cotidianamente por essas interações, no espaço virtual não é diferente. Na cibercultura, o uso que o homem faz da internet por meio de seus artefatos tecnológicos, também podem induzir, manipular e oprimir a diferença é que essas ações atingem um número maior de pessoas em um curto espaço de tempo.

Pesquisas científicas educacionais, revelam que em meio a esse fluxo frenético de informações, a formação escolar crítica/reflexiva funciona como um filtro, direcionando o aluno a pesquisar em sites confiáveis que favoreça o processo de ensino/aprendizagem, dialogando também sobre os riscos de utilização das TIC dentre eles a superexposição da vida privada na rede favorecendo a prática de fenômenos virtuais como o *ciberstalking* nosso objeto de pesquisa.

O ciberespaço é um local propício para a criação, para a interação, mas, por outro lado, estimula o homem a revelar-se, a desnudar-se, a se expor de uma forma jamais vista um espaço utilizado para descarregar frustrações por relacionamentos mal resolvidos, brigas que começaram no espaço escolar por crenças, valores, religião, ideologia de gênero, questões políticas ou a simplesmente a prática de brincadeiras para alguns e violência para outros. Nesse sentido entendemos que “uma técnica não é boa nem má (isso depende dos contextos, dos usos e dos pontos de vista), nem neutra” (LÉVY, 1999, p. 27).

Mesmo com toda a sua abrangência e evolução a utilização das TIC pelos sujeitos na cibercultura ainda não são entendidas como um bem comum, enquanto parte da sociedade naturaliza sua utilização dentro e fora do espaço escolar como um possível artefato para o desenvolvimento pedagógico de professores e alunos, outros os veem como a extensão do próprio corpo atribuindo a eles o poder da salvação de suas vidas e uma parte significativa

não enxerga desenvolvimento, mas, sim destruição, superexposição, local de espetáculo, transparência. Lemos (2010), contextualiza que:

Essa sociedade de comunicação generalizada é vivida sob o sigilo da obscenidade e da radicalização da sociedade do espetáculo. A obscenidade começa com o fim do espetáculo, onde não existe mais nada para ver, onde não há mais ilusão, pois tudo tornou-se transparente e visível. (LE MOS, 2010, P.73).

Segundo o autor, a visibilidade que o homem contemporâneo tem ao interagir no ciberespaço o desnuda. Se acessarmos as redes sociais dos sujeitos teremos a compreensão de certa forma do modo que pensam, os lugares que frequentam, o conhecimento que produzem, onde moram e com quem se relacionam. É como se estivéssemos observando e ao mesmo tempo sendo observados cotidianamente, essa possibilidade torna a vida na cibercultura funcional, não há burocracias, um modo fascinante e ao mesmo tempo extremamente perigoso de viver.

Esse contexto pode ser perfeitamente entendido pela frase: “navegar na internet”, quem navega sai em viagem com destino para algum lugar antes planejado ou não. E quando viajamos nos deparamos com novas experiências que estão longe de serem lineares, ora são boas ora nem tanto. Nem por isso deixamos de viajar, navegar. Moran (1997, p. 6), cita que “é mais atraente navegar, descobrir coisas novas do que analisá-las, compará-las, separando o que é essencial do acidental, hierarquizando ideias, assimilando coincidências e divergências”.

Lévy (1999), mesmo sendo um defensor da cibercultura é muito crítico com relação a interação no ciberespaço, afirmando que ter acesso à internet não implica dizer que todas as pessoas contribuem ou participam da construção do processo de inteligência coletiva. Concordamos com Lévy (1999), pois para que ocorra a produção de conhecimento, faz-se necessário pegar as informações, ressignificá-las para que sejam gerados novos conhecimentos. O que coincide com o pensamento de Rezende e Abreu (2000), quando falam:

Informação é todo o dado trabalhado, útil, tratado, com valor significativo atribuído ou agregado a ele, e com um sentido natural e lógico para quem usa a informação. O dado é entendido como um elemento da informação, um conjunto de letras, números ou dígitos, que, tomado isoladamente, não transmite nenhum conhecimento, ou seja, não contém um significado claro. Quando a informação é “trabalhada” por pessoas e pelos recursos computacionais, possibilitando a geração de cenários, simulações e oportunidades, pode ser chamada de conhecimento. O conceito de

conhecimento complementa o de informação com valor relevante e de propósito definido. (REZENDE e ABREU, 2000, p. 60).

A informação está interligada a construção histórica dos sujeitos de todas as sociedades. O homem é o único ser que através da atividade cognitiva consegue utilizar a racionalidade nas experiências vividas interferindo na natureza modificando-a em benefício próprio, sendo capaz de transmitir essas informações de geração em geração ao longo dos séculos.

A informação no seu sentido de totalidade é um bem social, a comunicação é a forma como interagimos ao repassar as informações e o conhecimento é construído de maneira coletiva, colaborativa, social e histórica e os artefatos tecnológicos nesse momento histórico são potencializadores, pois favorecem essa construção.

Na cibercultura negar as potencialidades do uso das TIC, da internet é utopia. A internet é um meio de comunicação de massa, circular, em movimento constante. Diante desse contexto, a cibercultura permite sermos receptores e emissores de informações, de conhecimentos. Uma cultura participativa que permite aos sujeitos escolherem os bens culturais que querem compartilhar e conhecer. Pouco a pouco a contribuição de cada um vai formando um todo de conhecimento (JENKINS, 2009).

A cibercultura redefine a formação escolar, a relação professor/aluno/TIC. De acordo com Freire (1975, p. 66), “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros”. O conhecimento é produzido desse novo significado.

Sabemos que interligados em rede ou não, a educação acontece em todos os outros espaços, porém no sentido formal a função social da escola contemporânea é assegurar a produção do conhecimento em meio a esse fluxo incessante de informações. Coordenadores pedagógicos, professores e alunos de forma coletiva e colaborativa precisam estar atentos para fomentar a produção de conhecimento e fugir do padrão informacional. Um modelo reprodutor que molda e manipula os sujeitos.

Na cibercultura analisar os diferentes pontos de vista é relevante para compreendermos a utilização das TIC pelo homem, só não podemos pautar nossas análises ao reducionismo do bem e do mal, na reprodução, no exibicionismo, na fluidez das relações. Faz-se necessário adequar os métodos de pesquisas científicas tradicionais as possibilidades que são abertas com a utilização da internet.

Os blogs dos adolescentes, bem trabalhados no contexto educacional podem virar espaços de narrativas favorecendo a criatividade, o desenvolvimento da escrita e da leitura. Já os *softwares* abertos disponibilizados na internet servem para análise dados de pesquisas científicas educacionais de alunos de graduação e pós-graduação que não tem condições financeiras de pagar por esse tipo de serviço. A plataforma digital *You Tube*, virou uma verdadeira fonte de produção de conhecimento, cultura e informação compartilhados de todas as áreas de atuação.

Nela estão presentes desde o último *clip* da Lady Gaga famosa cantora da música *pop* americana, vídeos das últimas atualizações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - n. 9394/96), entrevistas com grandes pesquisadores da educação como Boaventura de Sousa, vídeo explicativo de como fazer um pão caseiro até mostras culturais no Museu do *Louvre* na cidade de Paris na França. Viajo o mundo sem sair de casa, na hora que me for conveniente, adquiro conhecimento, cultura, informação.

São vários os benefícios da utilização das TIC em nossa vida, tornando nossas atividades mais dinâmicas, diminuindo distâncias, favorecendo as pesquisas escolares, a interação social sem precisarmos sair de casa, porém, as nossas vivências no espaço virtual também requerem que nós coloquemos em prática princípios éticos e respeito a condição humana valores adquiridos no seio familiar e lapidados no espaço escolar.

Os processos educativos podem e devem ser contextualizados na sociedade da informação, na cibercultura, utilizando os diversos recursos que as novas tecnologias possibilitam no âmbito educacional, seja na educação formal representada pela escola, seja na educação não formal. (SOFFNER e KIRSCH, 2014, p. 226).

Na cibercultura com a utilização das TIC, o professor é convidado a refletir sobre seu papel nessa nova realidade informacional estimulando seus alunos a pesquisarem, a confrontar os dados obtidos, a serem curiosos sem perder a sensibilidade, a empatia, a humanidade. Os professores, “numa visão emancipadora não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas” (SOFFNER e KIRSCH, 2014, p. 226). Já para Gasque (2012), em meio a esse fluxo célere de informações é fundamental a formação escolar ser pensada também para o letramento informacional. E explica:

O letramento informacional é um processo de aprendizagem, compreendido como ação contínua e prolongada, que ocorre ao longo da vida. O sentido da aprendizagem relaciona-se à construção do conhecimento, inerente ao ser

humano, que perpassa as várias atividades do comportamento informacional, considerando as experiências e informações, que abrange as atitudes, as disposições morais e o cultivo das apreciações estéticas. Assim, entende-se tal processo como o conjunto das mudanças relativamente permanentes resultantes das inter-relações entre a nova informação, a reflexão e a experiência prévia, sem desconsiderar as interações do indivíduo com o meio social. (GASQUE, 2012, p. 38).

O letramento informacional capacita os alunos a identificar buscar, selecionar, avaliar para depois utilizar as informações de acordo com as demandas que vão surgindo. A autora afirma que o pensamento crítico é um dos principais componentes do letramento informacional, tornando-se ainda mais relevante quando se é utilizado os artefatos digitais devido ao grande número de informações disponíveis na rede.

Mesmo vivenciando os desafios de uma sociedade da comunicação aberta imersos na cultura digital onde o fluxo de informações nos diferentes meios de comunicações impressos, não impressos, digitais e analógicos (revistas, jornais, televisão, rádio, celulares, computadores e etc.) é incessante “no Brasil, o processo de letramento informacional não tem sido foco da educação, em especial da educação básica” (GASQUE, 2012, p. 38). Para a autora, esse dado reflete diretamente na forma acrítica e desprendida como um número significativo de alunos lidam com as informações no ciberespaço.

Apesar de muitos benefícios, a utilização das TIC na cibercultura tem alguns complicadores, uma vez que o uso da internet favorece também a prática de crimes como a pedofilia, produção de *Fake News* e a prática de fenômenos como o *ciberstalking* dentre outros. A esse respeito Lévy (2015), em entrevista concedida ao jornalista Juremir Machado, fala que:

Certo é que nunca teremos uma humanidade perfeita. Em contrapartida, o usuário da internet não é um intelectual menor de idade. Ele tem em mãos um grande poder, mas tem também grandes responsabilidades a cumprir. O problema, sobretudo para os professores, consiste em educar esses utilizadores da internet. É preciso ensinar a estabelecer prioridades, a atrair a atenção, a fazer uma escolha justa e uma análise crítica das fontes às quais nos conectamos. Temos de prestar atenção na cultura daqueles com quem nos conectamos e precisamos aprender a identificar as narrativas feitas e as suas contradições. Essa é a nova “digital literacy”. (LÉVY, 2015, p. 1).

Segundo Lévy (2015), na cibercultura o professor dever ser um profissional que planeja os conhecimentos teóricos numa perspectiva crítica que vá ao encontro das constantes transformações sociais. Provocando os alunos a pensar, a questionar a estabelecer critérios ao

acessar as informações, ao se relacionarem de modo que possam usufruir dos aspectos positivos da literância digital que possuem para o seu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Notamos que com a cibercultura a educação e aos professores, é atribuído mais uma função social; conscientizar os alunos a utilizar a internet e os recursos digitais de maneira crítica e reflexiva, com responsabilidade e ética. Diante desse cenário entendemos que “a era digital está a empurrar as práticas educativas para uma renovação, de acordo com as exigências das competências que se exigem para o século XXI, quer para os alunos, quer para os professores” (SILVA, 2016, p. 51).

Concordamos com Silva (2016), mas acreditamos que é necessário que todos os envolvidos na formação desses sujeitos tais como governo, professor e família entendam os novos contornos da escola, da educação e qual o papel de cada um frente a esses novos desafios resultantes dessa nova cultura.

No próximo capítulo, vamos entender o fenômeno *Cyberstalking*, as formas de atuação do agressor, as implicações da prática do fenômeno na vida da vítima e os avanços na legislação brasileira em relação ao enfrentamento do fenômeno.

CAPÍTULO IV – CIBERSTALKING!? E SUAS IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO ESCOLAR

Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos. Desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher não estarei ajudando meus filhos a ser sérios, justos e amorosos da vida e dos outros. (FREIRE, 1997, p. 1).

Nesse capítulo é abordado o objeto da pesquisa o *ciberstalking*, sua origem, conceito e as diferentes denominações que os autores lhe atribuem. Informamos que optamos por escrever a palavra *ciberstalking* no texto com a letra “i”, aproximando a escrita da língua portuguesa, valorizando nossa cultura. Já as outras formas de escrita que ao longo da dissertação forem aparecendo são citações diretas extraídas da forma original das obras dos autores.

4.1 Origem e conceito

Segundo Spitzberg e Hoobler (2002), o ato de perseguir é talvez uma das atividades mais antigas no universo das relações sociais, porém o seu reconhecimento como ameaça social pela dimensão obsessiva é recente. A partir desse entendimento, a perseguição torna-se objeto de pesquisas científicas, vários são os estudiosos que tentam iluminar a compreensão sobre esse fenômeno. “Se a perseguição ainda é pouco compreendida, não é de surpreender que quase nada se saiba sobre o *cyberstalking*” (SPITZBERG e HOOBLER, 2002, p. 69).

O termo *ciberstalking* é de origem inglesa e torna-se uma preocupação nacional no final da década do ano de 1980. Aos poucos começaram a ser produzidos filmes, reportagens em revistas, jornais e livros sobre essa prática, mas foi somente depois do

assassinato da atriz Rebecca Schaeffer, no ano de 1989, nos Estados Unidos da América (USA), que a sociedade começou a debater com maior ênfase sobre a temática (LIMA, 2017).

A perseguição praticada pelo agressor contra as celebridades tinha como “objetivo final a agressão sexual ou assassinato” (SPITZBERG e HOOBLER, 2002, p. 67). Com o aumento do número de casos de perseguição contra artistas renomados, o Departamento de Justiça Americano começou a pesquisar o fenômeno no intuito de compreender sua dimensão, motivação, causas e efeitos na população.

Anos depois, com um estudo mais aprofundado, descobriu-se que as maiores vítimas de *ciberstalking* eram os cidadãos comuns. De acordo com Spitzberg e Hoobler (2002), o *ciberstalking* é um fenômeno complexo e só alcançaremos uma resposta racional a esse mal social se nos propusermos a compreendê-lo.

Pereira e Matos (2015, p. 58), “descrevem o fenômeno como uma construção sociocultural, que surge no mundo ocidental durante o último século, reflexo do progressivo reconhecimento do *stalking* (assédio persistente no mundo real) e da acentuada difusão das TIC”. Nem tudo que acontece no ciberespaço é cultura, produção de conhecimento, troca de saberes.

No Brasil, esse fenômeno começa a ser investigado a partir do ano de 2008. Há alguns anos no nosso país esse tema/fenômeno começou a fazer parte das discussões aos poucos a sociedade começou a dialogar sobre o fenômeno *ciberstalking*, juristas, professores, pais e outros atores sociais buscam refletir sobre o assunto que tem duas partes envolvidas, no caso a vítima e o agressor. Sobre o *ciberstalking*, Pinheiro (2016), diz:

Sendo o *cyber* um referencial de pertença cultural (neste caso à cibercultura); o *stalk* é o indicativo do acontecimento (concretamente, perseguir) e o *ing* é um sufixo que indica ação. Ou seja, é a designação do ato de perseguir no contexto da cibercultura. (PINHEIRO, 2016, p. 90).

Na cibercultura os efeitos da democratização e liberdade de acesso, do senso aventureiro juvenil diante do uso das TIC para diferentes atividades abre espaço para a exposição a determinados comportamentos anti-sociais de outros jovens. Segunda a autora, o *cyberstalking* é resultado dessa nova cultura digital, onde o agressor utiliza os artefatos tecnológicos para perseguir, assediar e manipular a vítima. Novo (2014), define o *ciberstalking* como:

Um conjunto de comportamentos de perseguição ou assédio virtual, com ocorrência singular ou múltipla, intencionais e indesejados pelas vítimas, isto

é, envolve a vitimação/perpetração de pelo menos um comportamento, ocorrido duas ou mais vezes, e/ou dois ou mais comportamentos, ocorridos pelo menos uma vez. (NOVO, 2014, p. 9).

Bocij e McFarlane (2003), citam que o *ciberstalking* é uma forma de comportamento desviado do que poderia ser considerado natural para o sujeito. Para *Us Attorney General* (1999, p. 01), o *ciberstalking* é “o uso da Internet, correio eletrônico ou outro dispositivo eletrônico de comunicação para assediar outra pessoa”.

Outros autores como Sheridan e Grant (2007), definem o *ciberstalking* como o conjunto de ações praticadas de forma individual ou coletiva por meio das TIC para assediar, perseguir e intimidar.

Após a leitura sobre a temática em artigos, dissertações, teses, revistas eletrônicas e livros para o levantamento do referencial teórico da pesquisa e a compreensão do fenômeno ficou evidenciado que não há unanimidade a cerca do conceito do *ciberstalking* entre os autores, nem pesquisas que expressem a dimensão real do fenômeno, o ponto comum no texto de todos os autores é a utilização das TIC para a prática da perseguição por meio da rede.

Fazendo um cruzamento de dados entre todos os estudos com relação ao fenômeno resolvemos adotar como base na pesquisa o conceito de Reno (1999, p. 56), onde ele define que o *cyberstalking* “[...] é a prática de perseguir, assediar e molestar de forma intermitente e continua uma pessoa através da internet”. Entendemos que a denominação do autor contempla os elementos centrais da prática do *ciberstalking*, que segundo a maioria dos pesquisadores são; a intencionalidade, a tomada de decisão, a insistência e a perturbação.

Estamos vivendo uma era de avanços nas diferentes áreas de conhecimento, mas, também de intolerância onde a violência física, verbal, racial e de gênero, que sempre existiram se intensificou com o uso da internet. Invadir a privacidade, perseguir, intimidar e acuar são algumas das características do *cyberstalking*.

Diante desse contexto, o uso coletivo dos artefatos tecnológicos nas escolas, o compartilhamento do número de telefones em grupos no *WhatsApp* e de e-mails, são práticas que levam os alunos a uma certa exposição que na maioria das vezes facilitam a prática do fenômeno, geralmente cometido por pessoas conhecidas que podem estar cotidianamente ao lado da vítima (PINHEIRO, 2016).

A sociedade da informação e comunicação aberta também traz vulnerabilidade, a quebra de fronteiras a insegurança. Cabe aqui uma pergunta: há segurança na sociedade física? A resposta é não. Nossa vida cotidiana é um eterno vigiar, se proteger, diante de tanto medo, acabamos presos por grades de segurança que nós buscamos, pagamos por elas.

A cibercultura não nos livra dos perigos existentes porque o ciberespaço é uma extensão da sociedade. Diante desse cenário somos convidados a sermos mais prudentes e criarmos estratégias de segurança para a melhor convivência no espaço virtual.

Segundo Pinheiro (2016, p. 87), os motivos que levam as pessoas a praticarem o *ciberstalking* são: “[...] paranoia psicológica, obsessão passional, retaliação, aversão ou brincadeira”. Alguns desses comportamentos na nossa sociedade são considerados má conduta do sujeito por perturbar o convívio social necessitando de intervenções pontuais. Para Bauman (2007):

Uma resposta comum dada a mau comportamento, conduta inadequada ou que leve a resultados indesejáveis é a educação ou a reeducação: instilar nos estudantes alguma nova motivação, desenvolver diferentes vocações e treiná-los para novas habilidades. A finalidade da educação nesses casos é contestar os impactos das experiências dia-a-dia, enfrentá-las e por fim desafiar as pressões que surgem no ambiente social. Mas será que a educação e os educadores estão à altura dessa tarefa? Serão eles capazes de resistir a pressão? Conseguirão ser arregimentados pelas mesmas pressões que deveriam confrontar? Essa pergunta tem sido feita desde sempre e repetidamente respondida de forma negativa pelas realidades da vida social. (BAUMAN, 2007, p. 21).

Concordamos com o autor, que a sociedade direciona cotidianamente à salvação de alguns problemas sociais até mesmo a boa conduta, a educação. Acreditamos que por meio de diferentes letramentos: digital, visual, informacional ou os múltiplos letramentos é possível despertar o senso crítico nos alunos, de modo que entendem que há desafios e também possibilidades, mas, que a responsabilidade dessa formação não pode ser atribuída apenas ao professor.

Nesse sentido buscamos produzir conhecimento colaborativo com os docentes e o coordenador pedagógico como um possível caminho para que se sintam capazes de enfrentar os desafios que é formar essa nova geração. Assim como Bonilla e Preto (2015), explicam:

As crianças e os jovens, independente das condições socioeconômicas de suas famílias, já estão vivendo, direta ou indiretamente, o contexto da cultura digital. Estamos num processo que, a cada ano, mais e mais pessoas conseguem acesso, seja via centros públicos, residências ou agora mais ainda via celulares pessoais, e, uma vez tendo acesso, os jovens rapidamente se inserem nos processos participativos online. (BONILLA e PRETO, 2015, p. 511).

Sabemos que uma parte significativa da sociedade ainda precisa ser incluída nesse movimento tecnológico. Porém, a democratização do acesso a rede tem avançado

consideravelmente nos diferentes espaços. Segundo Bonilla e Preto (2015), essa nova geração possui facilidade de se adaptar a esse processo global porquê de alguma forma participam da cibercultura.

Segundo Prensk (2010), os jovens que nasceram imersos a cibercultura e utilizam os diferentes artefatos tecnológicos (computador, celular, *tablet* e etc.), com o tempo obtêm destreza no seu manuseio desenvolvendo habilidades cognitivas de focar em várias coisas ao mesmo tempo, aprendem com a letra de uma música no *iPod*, gravando um vídeo no celular, trocando mensagens no *WhatsApp*, se expressando com textos no *Facebook*, jogando games ou tirando *self* do mundo ao seu redor.

A destreza digital associada à impulsividade e a capacidade exploratória tornam os adolescentes vulneráveis aos riscos e perigos existentes na rede e colabora para a prática do *ciberstalking*. Pereira e Matos (2015, p. 59), pontuam que os “adolescentes são potenciais atores desse fenômeno, quer como alvo quer como perpetradores”.

Para Lévy (2015, p. 02), “é um absurdo imaginar que um instrumento que aumenta os poderes da linguagem pudesse favorecer somente a verdade, o bem, o belo [...], nessa perspectiva, [...] se tentássemos transformar a internet numa máquina de produzir somente a verdade, o belo e o bem, só chegaríamos a um projeto totalitário, de resto, sempre fadado ao fracasso”. No ciberespaço estamos ligados a um motor de movimento contínuo, precisamos assimilar as tensões, refletir sobre elas para que possamos tirar proveito das inúmeras possibilidades.

O *ciberstalking* tem uma característica devastadora na vida das vítimas, por causar desestrutura de ordem psicológica e emocional. Ninguém está livre de ser uma vítima deste fenômeno digital, podendo ser até mesmo crianças, adolescentes ou adultos. De acordo com pesquisas realizadas, as maiores vítimas do *ciberstalking* são: “as mulheres e a maioria dos perseguidores são pessoas conhecidas ou que possuem algum contato com a vítima, como ex-parceiros (as)” (BRASIL, 2016, p. 3).

Esse cenário onde a mulher aparece como maioria das vítimas vêm mudando consideravelmente, a pesquisa de Carvalho (2011), intitulada: *Ciberstalking: Prevalência na população universitária da Universidade do Minho*, que faz parte do estado do conhecimento da presente dissertação, traz como resultado o sexo masculino com maior incidência a vitimação.

Segundo Brasil (2016, p. 3), “somente com a educação, a conscientização e capacitação é que podemos transformar nossas crianças e adolescentes em verdadeiros cidadãos”. Eles precisam aprender a navegar no ciberespaço. Nesse sentido, seria relevante

abrir o debate para a troca de informações, desenvolver pesquisas para compreender esse fenômeno, pois sua prática vem crescendo em nossa sociedade.

No município onde foi desenvolvida a pesquisa somente no último semestre foram divulgados três casos. Em um deles, uma adolescente de 16 anos, não aguentando a pressão da perseguição, recorreu ao aplicativo *Instagram* para pedir abertamente mesmo sem saber quem era seu agressor, que ele parasse, transtornada, numa transmissão em tempo real falou: “não aguento mais prefiro morrer”.

A sociedade se movimentou numa rede de solidariedade, uma parte mandava mensagens para a adolescente no intuito de acalmá-la, enquanto outra parte se mobilizava em busca de entrar em contato com os pais que estavam fora trabalhando. Após a repercussão do caso que chocou a sociedade, as escolas do município buscaram entender o fenômeno.

Tavani e Grodzinsky (2002), citam que na maioria dos casos de *ciberstalking* o agressor cria identidade falsa ou utilize perfil de outra pessoa, começa as investidas de maneira sutil para ganhar a confiança da vítima para em seguida mudar de comportamento tornando-se uma pessoa agressiva, destemida, inoportuna.

Segundo Valqueresma (2016, p. 15), para a prática do “*ciberstalking* não é necessária a proximidade geográfica, pois para tal, os *ciberstalkers* baseiam-se no recurso à internet, para encontrar o seu alvo, identificá-lo e localizá-lo geograficamente”. Diante desse contexto, o *stalker* pode ser de outra cidade, outro país, alguém que não gostou de um comentário seu nas redes sociais, que você paquerou na última viagem de férias. Ninguém está livre dessa prática assustadora.

A maioria dos *ciberstalkers* têm um comportamento padrão que pode começar com algo atroz, tentando de forma exagerada reunir informações sobre o seu alvo, seja através de conhecidos, familiares, visitando constantemente os seus perfis nas redes sociais ou seguindo os passos online das pessoas, com o intuito de posteriormente usar estas informações como uma forma de controle, poder ou até, nos casos mais graves como ameaças e/ou chantagens. (VALQUARESMA, 2016, p. 18).

Segundo a autora, escolhido o alvo o *stalker* começa uma verdadeira investigação na busca de informações que lhe dê consistência para alcançar seu objetivo, que pode ser a busca de afeto, a disseminação do ódio ou uma simples brincadeira. Pela análise das pesquisas estudadas compreendemos que o intuito de quem pratica o *ciberstalking* é exercer o controle sobre a vítima tornando-a acuada, fragilizada, impotente. Uma prática assustadora que pode evoluir do espaço virtual para o físico, do físico para o virtual.

Outro fator que contribui significativamente para a prática do *ciberstalking* é a superexposição da vida cotidiana nas redes sociais. Marcamos na postagem a localização em tempo real de onde estamos, postamos fotos do local que frequentamos, as pessoas que convivemos, as nossas preferências com relação a alimentação, modo de vestir, filmes que assistimos dentre outras coisas. Na nossa página na rede social consta o número de telefone, cidade, endereço onde residimos, instituição que estudamos e onde trabalhamos.

Sem perceber fornecemos um verdadeiro dossiê ao *stalker*, “este culto pelas redes sociais torna mais acessível e aliciante o contato entre as pessoas e fornece aos seus utilizadores uma falsa sensação de conforto que as leva a uma constante partilha de informação pessoal” (VALQUARESMA, 2016, p. 17).

Na cibercultura tornar o cotidiano da vida privada pública nas redes sociais é uma realidade em todas as faixas etárias, mas, entre os adolescentes ela exerce um fascínio ainda maior. Para Pinheiro (2016):

Algumas pessoas recorrem à Internet para exprimir o seu lado mais violento; experimentar poder através da humilhação e manipulação de terceiros, ou apenas por diversão. É este o tipo de comportamento intencional que, na maioria das vezes, garante condições para o desenvolvimento de fenômenos como o *cyberstalking*. (PINHEIRO, 2016, p. 86).

Enquanto as pessoas optam por transformar a vida em um espetáculo aberto ao público o *stalker* opta pelo anonimato. O *stalker* em alguns casos por meio de mensagens eletrônicas agressivas, ameaçadoras, premeditadas e repetidas se imagina protegido pela tela de seu dispositivo móvel para perseguir o outro por acreditar que ele foge do modelo padrão que ele criou no seu imaginário social.

Baseada nos estudos de Finn (2004) e Spitzberg e Hoobler (2002), a prática do *ciberstalking* envolve dois tipos de comportamento o direto e o indireto. O direto consiste no envio insistente de mensagens em qualquer horário do dia com o intuito de localizar a vítima, parentes e amigos, onde as mensagens podem ter caráter pornográfico, romântico, de ameaças físicas, psicológicas e emocionais dentre outras, enviadas por meio de correio eletrônico ou dos diversos aplicativos de mensagens disponíveis na rede.

Essas mensagens podem ainda estarem comprometidas com vírus no intuito de danificar o artefato tecnológico que a pessoa utiliza e/ou se apropriar da identidade *on line* para espalhar *fake news* em grupos de trabalho, escola ou família, usar o correio eletrônico para comprar produtos e serviços em nome da vítima dentre outras possibilidades.

Já o comportamento indireto segundo os autores (FINN e BANACH, 2004; JENSON, 1996; SPITZBERG e HOOBLER, 2002), visa a pesquisa do maior número de informações e o monitoramento das ações da vítima no espaço físico e virtual no intuito de utilizar esses dados para perseguir e/ou incentivar outras pessoas a fazerem o mesmo. “Não se deixem enganar, este tipo de assédio pode ser mais assustador e tão real quanto ser seguido e observado no vosso bairro ou casa” (RENO, 1999, p. 01).

Não podemos encarar esse cenário social com ar de normalidade sem nos sentirmos provocados, inquietos na busca de possíveis caminhos para prevenir esse mal social de disseminação de ódio e pavor que interfere de maneira abrupta no cotidiano das pessoas. A parte teórica de qualquer trabalho é relevante para o contexto social que foi escolhido para ser pesquisado, mas fazer com que esses conhecimentos sejam aplicados na prática no espaço escolar é utilizar a educação como meio para ensinar aos seus, aos meus, aos nossos filhos a serem respeitosos, éticos, amorosos com a vida do outro (FREIRE, 1997).

A prática do *ciberstalking* desencadeia na vítima problemas como; pânico, insônia e angústia onde o silêncio movido por medo da pressão sofrida pelo agressor pode ocasionar risco de vida. Diante desse contexto não só a família deve estar atenta, mas toda a comunidade escolar. Achemos importante citar alguns sintomas apresentados por vítimas que sofrem *ciberstalking*. Elas têm com frequência:

- Perturbação do sono (sono irrequieto, pesadelos, acordar constante);
- Distúrbios alimentares (fome excessiva ou perda de apetite, bulimia, anorexia);
- Crises de *stress* e ansiedade;
- Sobressalto, mania da perseguição e insegurança;
- Depressão, esgotamento;
- Comportamentos antissociais ou de isolamento;
- Comportamentos de risco (consumo de álcool e produtos químicos, automutilação). (PINHEIRO, apud MINSK, 2006, p. 93).

Se no nosso cotidiano encontramos algum adolescente, jovem ou adulto com um desses sintomas, ou com o conjunto, devemos ficar atentos e oferecer ajuda, pois com o passar do tempo, com o aumento das investidas do agressor, de acordo com Minsk (2006), a vítima do *ciberstalking* vai desencadear problemas físicos, psicológicos e comportamentais.

Com a saúde física e psicológica fragilizada segundo pesquisas na área da saúde poderá haver comprometimento no rendimento escolar.

Os sintomas apresentados acima são os mais frequentes, porém como somos sujeitos que vivenciamos as experiências de maneiras distintas, as consequências também vão variar de indivíduo para indivíduo, assim, “dependendo da preparação psicológica e capacidade de resiliência de cada um, este tipo de violência pode desencadear diferentes desfechos, desde a superação do caso, ou caminhar para o isolamento” (PINHEIRO, 20016, p. 93).

A utilização dos recursos tecnológicos virou um imperativo na sociedade da informação e do conhecimento, a mudança da construção cultural no espaço virtual é uma realidade posta e não há como recuar. O desenvolvimento segue em frente, célere, frenético sendo facilitado pela internet. Esse desenvolvimento não pode, nem deve ser considerado o salvador, tão menos responsável pela destruição da humanidade. A seguir explanaremos sobre os avanços da legislação brasileira na busca de implementação de Leis que contribuam para o enfrentamento do *ciberstalking* no Brasil.

4.2 *Ciberstalking*: O que diz a legislação Brasileira

No Brasil, ainda não existem leis específicas que criminalizam a prática do *ciberstalking*. Nos últimos dez anos, foram apresentados na Câmara dos Deputados em Brasília, aproximadamente oito projetos de lei que abordam a temática devido ao aumento da prática desse fenômeno no país. Um desses Projetos de Lei é o nº 4805, elaborado pelo do deputado federal Flávio Augusto da Silva, que está tramitando desde o ano de 2016 por meio de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI).

O projeto visa a inclusão do *ciberstalking* na Lei 13.185¹³, sancionada pela ex-presidente da República Brasileira Dilma Rousseff, em 6 de novembro do ano de 2015. As requeridas alterações abordam as seguintes determinações:

Art. 4º, I - Prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (*bullying*) e da perseguição sistemática (*stalking*) em toda a sociedade;

VIII - Privilegiar mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;

¹³ Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*) em todo o território nacional.

IX - Promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (*bullying*) e perseguição sistemática (*stalking*), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar. (BRASIL, 2016).

Analisando o projeto do deputado Flávio Augusto Lima, entendemos que ele tem como objetivo central criar estratégias de conscientização e prevenção da prática de perseguição *on line* por meio de ações educativas em toda a sociedade.

Na prática do *ciberstalking*, o agressor se vale da condição de anonimato para perpetrar esse modelo de violência que no Brasil já é considerado crime. Igualmente informamos que a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), garante a liberdade de produzir e divulgar informações e proíbe de maneira expressa o anonimato do autor.

Art. 5º É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (*bullying*) e à perseguição sistemática. (*stalking*). (BRASIL, 2016).

Por entender que a conscientização e a prevenção de intimidações sistemáticas são de responsabilidade de toda a sociedade e não somente da escola, o projeto aborda de forma detalhada que nas relações sociais a prática do fenômeno pode ocorrer a partir de interações em qualquer espaço. Compreendemos que um dos maiores desafios aos utilizadores do ciberespaço é ponderar o que se faz na internet. O Art. 6º cita: “serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (*bullying*) e de perseguição sistemática (*stalking*) nos Estados e Municípios para planejamento das ações” (BRASIL, 2016).

Nesse Projeto de Lei, as penas sugeridas variam entre 1 a 8 anos de detenção para o agressor. O deputado federal Flávio Augusto Lima, justifica o pedido de alteração na lei já existente por entender que o Brasil precisa de leis específicas que regulem a ação de usuários da internet que utilizam a liberdade de acesso para perseguir as pessoas por *email* e redes sociais.

O parlamentar ressalta que o país vive um momento histórico de grandes transformações devido aos avanços tecnológicos e as leis precisam ser modificadas para acompanhar essa evolução auxiliando o combate e prevenindo as práticas ilícitas no ciberespaço.

Mesmo não havendo leis específicas que tipificam e criminalizam os praticantes do *ciberstalking* no Brasil, isso não significa que o agressor sairá ileso. Caso seja identificado poderá ser enquadrado no Art. 65, da Lei das Contravenções Penais (3.688), que diz: “Molestar alguém ou perturbar-lhe a tranquilidade, por acinte ou por motivo reprovável: Pena - prisão simples, de quinze dias a dois meses, ou multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis” (BRASIL, 1941).

As juristas Castro (2017) e Truzzi (2016), pesquisadoras do *ciberstalking*, afirmam que o texto da Lei de Contravenções Penais é do ano de 1941, ele não abarca a punição para um fenômeno complexo como o *ciberstalking*.

Segundo Castro (2017), outro fator que impede o combate a prática do *ciberstalking* no Brasil é a falta de conhecimento da vítima na hora do registro de ocorrência na delegacia sobre as características que determinam o fenômeno. Para a jurista esse é um dos principais motivos da vítima não obter proteção e do país não possuir uma base de dados sobre a incidência do *ciberstalking*.

Já Meira (2019), especialista em direito digital, ressalta que a falta de entendimento de quem recebe a vítima na delegacia também é um ponto negativo nesse enfrentamento, que a Lei de Contravenções Penais precisa ser reformulada, mas, nada impede que ela seja aplicada na sua estrutura atual.

Segundo Meira (2019), a conduta passa a considerar crime quando o *stalker* assedia e/ou ameaça outra pessoa, nesse caso pode ser aplicado o Art. 147; “ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa” (BRASIL, 1940).

Meira (2019), alerta que se o assédio e as ameaças intermitentes causarem danos à saúde mental da vítima pela pressão psicológica sofrida pode ser aplicado o Art. 129; “ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano” (BRASIL, 1940).

A especialista ainda esclarece que se a perseguição e as ameaças extrapolarem as barreiras do espaço virtual e vierem a acontecer no espaço físico e a vítima for do sexo feminino e for configurado que o agressor já manteve algum tipo de relacionamento íntimo ou fizer parte do círculo familiar, é possível aplicar a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), dependendo da análise de cada situação.

Numa outra perspectiva, caso a vítima seja do sexo masculino, abre-se outro debate entre os juristas sobre a aplicação Lei nº 11.340/2006¹⁴, uma vez que ela foi

especificamente criada para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Como se pode observar, já existe um coletivo, que não é apenas o acadêmico, preocupado com o assunto, considerando o aumento crescente de casos. Tudo isso, merece atenção da comunidade escolar, da sociedade. Seria relevante colocar o assunto em pauta nas escolas, conversar com alunos, professores, funcionários, conscientizar os pais. Ainda há muito que ser feito para frearmos essas ações.

Todas as ações de prevenção, divulgação do conhecimento são de extrema relevância para que a vítima esteja amparada. Caso o *ciberstalking* seja praticado por pessoas menores de 18 anos, a justiça brasileira sugere que o adolescente seja punido com medidas sócioeducativas, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90).

O desconhecimento do assunto contribui para a ocultação dos casos nas estatísticas, desse modo, o número pode ser ainda maior se considerarmos aquelas situações que não houve registro de queixa. Truzzi (2016), informa sobre as medidas a serem tomadas:

O que fazer?: No caso de uma pessoa estar sendo vítima de [...] *cyberstalking*, a advogada Gisele Truzzi orienta a vítima a fazer um boletim de ocorrência em delegacia, com a indicação do suspeito, se houver. "Jamais apague o conteúdo. Armazene o conteúdo, tire *prints* do material, com data e horário, e guarde isso tudo. Materialize a prova, isso será essencial", acrescentou. Também poderá ser necessário, de acordo com ela, entrar com ação judicial contra o provedor do serviço, como a operadora de telefonia, para que ela possa rastrear dados do responsável pelo conteúdo enviado. Conforme a especialista, descoberto o suspeito, caberá ação judicial na esfera cível, com indenização, e ação judicial na esfera criminal, para punição do agressor. "Existe também a possibilidade de exclusão do conteúdo, por meio de notificação extrajudicial aos sites que hospedam o conteúdo ofensivo", explicou. (BRASIL, 2016, grifo nosso).

Diante desse contexto, informamos que criar perfil social falso utilizando o ciberespaço para invadir redes sociais e correio eletrônico assediando, perseguindo, acuando, disseminando o ódio, causando pavor e medo, é crime, além de ser um tipo de violência psicológica. Para Brasil (2001):

Dentre as modalidades de violência é a mais difícil de ser identificada, apesar de ser bastante frequente, ela pode levar a pessoa a se sentir desvalorizada e adoecer com facilidade, se essas situações forem frequentes. Se agravadas, podem levar a pessoa a provocar suicídio. (BRASIL, 2001, p. 14).

¹⁴ Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. (BRASIL, 2006).

Um ponto em comum na análise de todo o material pesquisado para a elaboração do texto da dissertação é o discurso dos pesquisadores das diferentes áreas de atuação, seja educacional, direito, comunicação, saúde, é que a abertura para o diálogo nos mais diferentes espaços da nossa sociedade permitirá a construção colaborativa de conhecimento para o enfrentamento dessa realidade. Barbosa (2018), explica:

Como se nota, o tema é bastante delicado, mas é importante que quem sofra uma situação de perseguição não permaneça em silêncio e busque informações sobre como evitar que a conduta de seu agressor se perpetue e quais os mecanismos legais para enfrentar o problema. (BARBOSA, 2018, p. 1).

Segundo o especialista em direito penal, a superexposição da vida privada tem levado cada vez mais as pessoas a se sentirem parte da vida das outras, interferindo de maneira agressiva, hostil, direta, mas, ele lembra que “as mídias sociais possuem ferramentas para que o usuário limite a sua exposição, com avançadas definições de privacidade, o que pode evitar situações indesejadas e comportamentos obsessivos de potenciais *cyberstalkers*” (BARBOSA, 2018, p. 1). Para o jurista mais do que leis específicas para a criminalização precisamos compreender o fenômeno só assim poderemos avançar em práticas de combate e prevenção. No próximo subitem dissertaremos sobre o espaço escolar.

4.3 Espaço escolar: interação e clima

Escola é ...

O lugar que se faz amigos.
 Não se trata só de prédios, salas, quadros,
 Programas, horários, conceitos...
 Escola é sobretudo, gente
 Gente que trabalha, que estuda
 Que alegre, se conhece, se estima.
 O diretor é gente,
 O coordenador é gente,
 O professor é gente,
 O aluno é gente,
 Cada funcionário é gente.
 E a escola será cada vez melhor
 Na medida em que cada um se comporte
 Como colega, amigo, irmão.
 Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”
 Nada de conviver com as pessoas e depois,
 Descobrir que não tem amizade a ninguém.

Nada de ser como tijolo que forma a parede,
 Indiferente, frio, só.
 Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,
 É também criar laços de amizade,
 É criar ambiente de camaradagem,
 É conviver, é se “amarrar nela”!
 Ora é lógico...
 Numa escola assim vai ser fácil!
 Estudar, trabalhar, crescer,
 Fazer amigos, educar-se, ser feliz.
 É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo. (FREIRE, 1996).

Abrimos esse subtítulo pedindo licença poética a você leitor para definirmos na pesquisa a escola segundo Freire (1996), como espaço para a interação, para a socialização dos saberes, para a transformação da informação em conhecimento, para a formação humana. Por meio desse poema o autor demonstra sua preocupação de como se dá as relação no espaço escolar para que o processo de ensino/aprendizagem seja propício para professores e alunos uma vez que enquanto se ensina também se aprende.

A leitura do poema é um convite a nos colocar no lugar do outro, a ter empatia, criar laços de afetividade e compreender que o espaço escolar vai além de um ambiente de formação de sujeitos é um lugar de desejos, medos e emoções cotidianamente reveladas na aprendizagem dos alunos, no clima escolar.

Estudos recentes demonstram a relevância de se desenvolver pesquisas sobre o clima escolar nos diferentes níveis de ensino visto que a escola é um espaço de interação onde alunos, professores, coordenadores, gestores, demais funcionários e família convivem diariamente, o clima é o resultado dessas relações e da percepção que cada ator social tem da escola desde a gestão administrativa até as práticas pedagógicas dos professores dentro e fora da sala de aula. Luck (2011), diz:

O novo paradigma reconhece que a escola é uma organização social, um espaço sociocultural interativo que se constitui em um ambiente onde se manifestam múltiplas dimensões dinâmicas que se movimentam como expressão de vontades, interesses e intenções. (LUCK, 2011, p. 85).

Para compreender a dimensão da escola como organização social é fundamental pensá-la além da estrutura física e das condições materiais necessárias para o seu funcionamento, nesse espaço prevalece a dinâmica humana, não há como falar da escola sem aprofundar o conhecimento dessas relações uma vez que o modo de ser, de ter e de agir vão

traduzindo um conjunto de valores éticos, culturais e sociais a visão desses sujeitos em relação ao mundo que os cercam.

Nessas dinâmicas há representatividade de fatores positivos, negativos, internos e externos, pois os sujeitos que frequentam a escola, são os mesmos que compõem a sociedade. Nesse sentido, fenômenos como *ciberstalking* que vem invadindo o universo das relações escolares podem trazer incertezas, desafios e vulnerabilidade, transformando o clima, o espaço escolar em um cenário de conflitos comprometendo (in)diretamente a verdadeira função social da escola que é a socialização, a aprendizagem, a formação da consciência social e humana. Para Luck (2011), a escola é:

Uma organização social, isto é, uma coletividade dinâmica, intencionalmente organizada com o objetivo de promover com seus alunos o desenvolvimento de cidadãos críticos mediante sua compreensão do mundo, de si mesmos e de seu papel nesse mundo, pela vivência de experiências significativas. E é na medida em que estes resultados de fato orientam seu trabalho que se tem uma escola em seu sentido pleno. (LUCK, 2011, p. 85).

Pensando na coletividade, na intencionalidade do papel da escola na formação dos alunos para o exercício da cidadania, um dos fatores que nos levou nessa pesquisa a dar um lugar de fala aos professores e ao coordenador pedagógico é que acreditávamos que tê-los como sujeitos na pesquisa contribuiria de maneira significativa na busca de estratégias para a sensibilização, a prevenção do *ciberstalking* dentre e fora do espaço escolar, inclusive pelos saberes docentes que possuem.

Esses profissionais, por meio de suas práticas pedagógicas convivem diretamente com os alunos, funcionando como peças-chave para a formação, articulação e mediação pedagógica entre as diretrizes curriculares e as questões socioculturais escolares elementos que refletem no clima escolar. Compreendemos o clima como “[...] a percepção dos indivíduos sobre a qualidade de um ambiente e tem grande impacto sobre o trabalho que é desenvolvido nesse espaço” (PEREIRA e REBOLO, 2017, p. 95).

Adriano Moro, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas da Moral da Universidade de Campinas (GEPeM) e integrante do departamento de pesquisas da Fundação Carlos Chagas, aponta em sua tese de doutorado que após diversos estudos o GEPeM chegou a um consenso sobre o conceito de clima somente no ano de 2016, definindo que o clima é:

Constituído por avaliações subjetivas e refere-se à atmosfera psicossocial de uma escola, sendo que cada uma possui o seu clima próprio. Ele influencia na dinâmica escolar e, por sua vez, é influenciado por ela. Deste modo,

interfere na qualidade de vida e na qualidade do processo de ensino e de aprendizagem. (MORO, 2018, p. 1).

Considerando que temos construções históricas diferentes, vivemos em uma sociedade multicultural, racial, religiosa entre outras especificidades, quando o sujeito vai para a escolar independente do cargo que ocupa ou função que desempenha, ele possui sua individualidade. Nesse sentido, segundo Moro (2018), o papel do professor e do coordenador pedagógico como mediador, torna-se fundamental diante dessas dinâmicas interpessoais contribuindo para que todos os sujeitos convivam naquele espaço de maneira coletiva, ética, respeitosa colaborando para que os conhecimentos adquiridos na vida tenham significado na escola e os adquiridos na escola possam contribuir para possíveis evoluções na sua vida pessoal.

Para Freire (1996), o espaço escolar é um local privilegiado para a libertação por meio do diálogo, do debate e da problematização, por meio dessas dinâmicas seus atores sociais tem a possibilidade de compreender e transformar a realidade vivida dentro e fora da instituição é nesse sentido que o autor enxerga o espaço escolar como propício para o processo de ensino/aprendizagem por meio da troca de saberes, reflexões, acomodação para a construção de conhecimento onde o desejo de ensinar e aprender são mútuos.

Relacionando com o nosso objeto de pesquisa, o *ciberstalking*, caso o estudante esteja sendo perseguido física e/ou virtualmente a forma como ele se relaciona, se expressa, aprende e ensina segundo pesquisas na área da psicologia são afetados e por consequência refletem nas interações, em todos os espaços que ele convive, não só no escolar.

Freire (1996), ressalta que a escola não é um espaço destinado apenas a educação formal dos alunos, ele é imprescindível para a convivência social harmoniosa, a conversa, a troca de afetividade, a alegria e o bem estar, esses fatores contribuem não só para a manutenção, mas, a transformação social. “A escola não é só um espaço físico. É acima de tudo um lugar de ser, de ver” (GADOTTI, 2007, p. 12).

Para Luck (2011), A escola é composta por uma multiplicidade de forças variáveis: o currículo, as diretrizes educacionais, o PPP e o material didático, as interações, o clima dentre outros, quando são convergentes colaboram para o desenvolvimento dos alunos, para sua convivência em sociedade. Para a autora:

O clima e a cultura organizacional da escola expressam a personalidade institucional e determina a real identidade do estabelecimento de ensino, aquilo que de fato representa, uma vez que se constitui um elemento condutor de suas expressões, de seus passos, de suas decisões, da maneira

como enfrenta seus desafios, como interpreta seus problemas e os encara, além de como promove seu currículo e torna efetiva sua proposta político pedagógica. (LUCK, 2011, p. 30).

Segundo a autora, para compreender as interações, como funciona a instituição, quem são as pessoas que frequentam, que culturas os constituem, o que buscam, como ensinam, aprendem e onde querem chegar é necessário vivenciar o cotidiano institucional e dar lugar de fala a seus atores sociais.

Analisar o espaço escolar numa perspectiva crítica/reflexiva/humana, torna-se primordial para que o pesquisador(a) possa assimilar como gestores, professores e coordenadores enfrentam os desafios diários, na busca de tomadas de decisões para a resolução de problemas sem concepções rasas.

Compreendemos que a escola é um espaço onde todos os profissionais que atuam assumem responsabilidades, se expressam, constroem relações de afetividade e definem as de poder, influenciam, são influenciados e se comunicam, “a comunicação se presta a funções importantes dentro de uma organização: controle, motivação, expressão emocional e fornecimento de informações” (ROTHMANN e COOPER, 2009, p. 92).

Nesse sentido, o espaço escolar é vivenciado cotidianamente por gente que faz, que sente. Não há como ir a escolar e deixar em casa as experiências vividas, os problemas que passamos, os nossos medos e anseios, todos esses elementos influenciam nas interações, no espaço, no clima escolar.

Dados de pesquisas realizadas pelos autores Summer (2006) e Thapa et al. (2013), explicam que um clima escolar positivo gera segurança e previne a prática de fenômenos como o *bullying*. Para os autores a formação inicial e continuada é relevante para que os professores sintam-se preparados para enfrentar os desafios cotidianos presentes na escola.

Segundo Toschi (2016), quando é pensado na implementação de políticas públicas educacionais na busca da resolução de problemas o cenário é vertical de cima para baixo, sem consultar os profissionais envolvidos diretamente com a educação, sem conhecer os conflitos vivenciados no chão escolar.

As considerações de Toschi (2016), vão ao encontro da opinião de Nóvoa (2009, p. 23), quando diz: “falam os jornalistas, os columnistas, os universitários, os especialistas. Não falam os professores. Há uma ausência dos professores, uma espécie de silêncio de uma profissão que perdeu a visibilidade no espaço público”.

Para Libâneo (2012, p. 450), a participação democrática “é o principal meio de assegurar o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de

decisões e no funcionamento da organização escolar”. Se isso não acontece desconsideram-se as relações pessoais, pedagógicas, os atores sociais e o chão da escola, que é parte da cultura local. Luck (2011), ainda ressalta:

Cada escola tem uma personalidade própria, constituída coletiva e historicamente por seus atores, no enfrentamento dos desafios. Conhecer essa personalidade e alinhá-la a objetivos educacionais de elevado valor sociais é condição para a sua atuação mais efetiva. (LUCK, 2011, p. 30).

Se cada escola possui uma construção histórica única e diferenciada, não há como falar de um fenômeno complexo como o *ciberstalking* e de que forma ele interfere no espaço escolar sem compreender como os sujeitos agem e reagem no seu interior.

Segundo Gadotti (2007, p. 9), na sociedade da informação e da comunicação a escola precisa ser vivenciada como “um espaço organizador dos múltiplos espaços de formação, exercendo a função mais formativa do que informativa”, impregnando nos alunos a o respeito a diversidade de gênero, cultura, raças, credos, opiniões, modo de ser e viver que segundo as pesquisas presentes no estado do conhecimento são as principais causas da prática do *ciberstalking*.

Na perspectiva freiriana a escola é compreendida como um espaço de alegria onde precisa-se ter sensibilidade para enxergar sua “bonitesa” no ato de aprender, uma escola que estimule o espírito investigador, a criatividade, ensine o aluno a fazer a leitura de mundo para ter condições de transformá-lo com ética, com respeito a condição humana.

Para que isso ocorra, é fundamental que se “pratique uma pedagogia da pergunta, em que se ensine e se aprenda com seriedade, mas em que a seriedade jamais vire sisudez [...], uma escola em que “ao se ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine também a pensar certo, saber pensar e o pensar sobre o que se vai fazer” (FREIRE, 2001, p. 24).

Analisando as pesquisas selecionadas para o estado do conhecimento, notamos que ainda é muito forte a tendência de algumas escolas adotarem um novo discurso pós-moderno de pensar a educação a partir da realidade vivida por seus atores sociais e continuar presa em práticas pedagógicas onde a condição humana do aluno é posta em segundo plano.

Por séculos temos nos apegado na escola que queremos em um modelo ideal a ser seguido e esquecemos que as pessoas agem de acordo com os significados que elas atribuem as coisas. A seguir faremos uma breve abordagem sobre a função e a formação do coordenador pedagógico e do professor.

4.4 Coordenador pedagógico e o professor: Função e formação continuada

A maior riqueza do homem é a sua incompletude.
 Nesse ponto sou abastado.
 Palavras que me aceitam como sou – eu não aceito.
 Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que compra pão às seis horas da tarde, que vai lá fora, que aponta lápis, que vê a uva etc. etc.
 Perdoai. Mas eu preciso ser Outros. (BARROS, 2002b, p. 79).

Uma das funções fundamentais do coordenador pedagógico na escola é “cuidar da formação e do desenvolvimento profissional dos professores” (PLACCO, 2008, p. 57). A atuação desse profissional é de extrema relevância para o processo de ensino/aprendizagem tanto dos docentes quanto dos alunos, pois ele desempenha a função de um assessor diário, permanente para a melhoria do trabalho docente. Sobre a formação docente Placco (2008), fala que:

É fundamental pensar na formação como superação da fragmentação entre teoria e prática, entre escola e prática docente, de modo que as dimensões da sronicidade possam se revelar e integrar, na compreensão integrada de si mesmo, do processo de ensino/aprendizagem e das relações sociais da e na escola, síntese da formação e da prática docente como momentos com peculiaridades e especificidades que provocam continua mudança nos professores e em sua prática. (PLACCO, 2008, p. 57-58).

O coordenador pedagógico é um articulador que precisa ter consciência que seu trabalho é o elo entre a prática e desenvolvimento docente. Segundo a autora para que essa diade favoreça os professores se faz necessário que o coordenador reflita diariamente sobre suas ações, conduções para que esteja consciente que as relações no interior da escola podem tomar direções que não foram previstas no PPP, no planejamento semanal, bimestral, tão pouco nos documentos oficiais que regem a educação no nosso país.

O surgimento desses acontecimentos podem gerar conflitos, contradições e insegurança na orientação do coordenador pedagógico em relação aos professores para futuras tomadas de decisões na sala de aula. Placco (2008), esclarece que esses conflitos na maioria das vezes colocam em cheque valores, crenças e o que o profissional tem como caminho definido a ser seguido, nesse sentido é preciso haver rupturas de pensamentos para gerar novas ações de acordo com a realidade vivida no chão da escola.

Segundo Piletti (1998), para que o coordenador pedagógico busque novas estratégias e ações para auxiliar o corpo docente é necessário ter clareza de suas funções na escola, que para o autor são:

-Acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação;

-Fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional;

-Promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo;

-Estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem. (PILETTI, 1998, p. 125).

O autor é enfático em sua obra quando cita que o coordenador pedagógico por meio do planejamento, acompanhamento individual, coletivo participa diretamente das dificuldades vivenciadas pelos docentes. Tendo conhecimento dessas dificuldades terá condições de direcionar melhor o trabalho dos professores estimulando-os, formando-os para a superação desses problemas. Sobre a formação Nóvoa (2009), fala que:

Propostas teóricas só fazem sentido se forem construídas dentro da profissão, se forem apropriadas a partir de uma reflexão dos professores sobre o seu próprio trabalho. Enquanto forem apenas injunções do exterior, serão bem pobres as mudanças que terão lugar no interior do campo profissional docente. (NÓVOA, 2009, p. 19).

Segundo o autor, a escola ainda vive uma cultura individualista, pouco se opta pelo debate coletivo para a superação de conflitos. É fundamental que antes de pensar em formação continuada para o quadro docente o coordenador pedagógico crie um ambiente de escuta provocando os docentes a refletirem sobre suas práticas onde o resultado dessa ação possa favorecer a atuação profissional do professor e por consequência o desenvolvimento do aluno.

Quando as formações são pensadas de fora para dentro da escola dificilmente ocorrerão transformações, nesse cenário o coordenador pedagógico vai perdendo o poder de comunicação enfraquece a força de aprendizagem que possui sua profissão (NÓVOA, 2009).

Exercer a função de coordenador pedagógico é de uma complexidade desafiadora pela dimensão pessoal, política, administrativa e pedagógica que envolve sua atuação. Dados de pesquisas lidas para a construção desse subitem revelam que nas escolas públicas de uma forma geral é observado o desvio total das funções desse profissional.

Ao coordenador pedagógico é atribuído gerenciar todos os conflitos presentes na escola tais como; substituição de professores que faltaram, mediar conflitos por divergências entre alunos/alunos, alunos/pais, alunos/professores, supervisionar o pátio da escola, a cantina, a sala de tecnologia. Lima e Santos (2007), pontuam que na escola o coordenador pedagógico exerce a função de:

“bombril” (mil e uma utilidades), a de “bombeiro” (o responsável por apagar o fogo dos conflitos docentes e discentes), a de “salvador da escola” (o profissional que tem de responder pelo desempenho de professores na prática cotidiana e do aproveitamento dos alunos)”. Além destas metáforas, outras parecem definindo-o como profissional que assume uma função de gerenciamento na escola, que atende pais, alunos, professores e também se responsabiliza pela maioria das emergências” que lá ocorrem, isto é como um personagem “resolve tudo” e que deve responder unidirecional mente pela vida acadêmica da escola. (LIMA e SANTOS, 2007, p. 79).

Essa sobrecarga de funções que lhe é imposta cotidianamente consome uma parte significativa do seu tempo de trabalho impedindo que esse profissional desenvolva a sua principal função no universo escolar a de formador.

Esse desvio de função levou o próprio coordenador pedagógico a confundir qual o seu papel na escola. Por esse motivo, a formação continuada para coordenadores pedagógicos tem sido um caminho favorável na busca de um novo olhar para a relevância do seu trabalho na escola “mediado pelo equilíbrio de suas atribuições como um dos eixos imprescindíveis às práticas pedagógicas sistematizadas onde cada um e todos se tornam corresponsáveis pelo processo ensino-aprendizagem” (LIMA e SANTOS, 2007, p. 81).

Entendemos que os problemas, os conflitos que dificultam a aprendizagem dos alunos e a busca de soluções para os mesmos são de responsabilidade de toda a comunidade escolar. Entretanto, o professor por participar diretamente do processo de formação desses sujeitos possui maiores possibilidades de perceber quedas gradativas e/ou bruscas do rendimento escolar.

Colocar o assunto em pauta com o coordenador pedagógico problematiza-lo inesgotavelmente para que sejam entendidos pode ser um possível caminho para que em conjunto possam traçar estratégias norteadoras para futuras ações. Por outro lado, os alunos

devem estar abertos ao diálogo com os docentes estabelecendo um relacionamento de confiança o sucesso dessa relação é de responsabilidade mútua. Sobre a coordenação pedagógica Vasconcelos (2007), define como:

Articuladora do projeto político-pedagógico da instituição no campo pedagógico, organizando a reflexão, a participação e os meios para a concretização do mesmo, de tal forma que a escola possa cumprir sua tarefa de propiciar que todos os alunos aprendam e se desenvolvam como seres humanos plenos, partindo do pressuposto de que todos têm direito e são capazes de aprender. (VASCONCELOS, 2007, p. 87).

A escola tem a função social de formar seus sujeitos para o exercício da cidadania onde o coordenador pedagógico é um articulador dessa formação por ser o elo entre professores, diretrizes, o PPP e as problemáticas surgidas que interferem nesse processo, a atuação planejada desse profissional é indispensável para o desenvolvimento da aprendizagem de professores, de alunos, da instituição.

Vale ressaltar que também é função desse profissional dialogar com os pais sobre as questões pedagógicas que envolvem os estudantes tais como; o desempenho escolar, a disciplina e sua participação efetiva na vida escolar dos filhos.

Portanto, a função do coordenador pedagógico vai além de uma ação cotidiana metódica, ela está diretamente ligada a construção do conhecimento participativo com os professores por meio das formações, diálogos e das práticas pedagógicas que sejam capazes de transformar a visão de mundo desses sujeitos. A formação continuada desse profissional é primordial para o desenvolvimento dos professores, dos alunos, do processo de ensino/aprendizagem, da escola.

Observamos em todo o ciclo de pesquisa para a construção da dissertação que não há como falar de formação escolar dos alunos sem mencionar o professor e o coordenador pedagógico de maneira basilar, essas relações estão diretamente entrelaçadas, interligadas onde o objetivo maior é a aprendizagem com intencionalidade, com planejamento pré-definido.

Se a atuação do coordenador pedagógico é complexa, igualmente encontrar equilíbrio para exercer a docência no cenário contemporâneo é um verdadeiro desafio devido às exigências e às cobranças diárias sobre sua atuação, sua qualificação por toda a sociedade. Toschi (2016), explica:

O trabalho docente é sabiamente importante. Ninguém discorda disso; mas, ao mesmo tempo, é um trabalho desconhecido pela maioria. Poucos conhecem as especificidades, os saberes requeridos pela profissão, os múltiplos e variados desafios diários que o professor enfrenta. Ao mesmo tempo que se sabe disso, há desconfiança também generalizada de que o professor não é bem formado, que não é comprometido o quanto precisaria ser, que trabalha pouco, que tem regalias, que é responsável pelas mazelas da educação. (TOSCHI, 2016, p. 11).

De acordo com a autora, na cibercultura essas imposições e cobranças tomaram uma proporção acentuada. Da comodidade do lugar de onde falam os sujeitos planejam o destino da vida pessoal e profissional dos professores sem os consultar, mas ninguém que assumir o seu lugar. Tanto barulho sobre a atuação, as práticas pedagógicas do professor talvez possa ser explicado pelo incomodo que a formação crítica desperta no aluno, o poder da indagação, da indignação.

Formar sujeitos por meio de práticas intencionais é uma das funções sociais do professor, mas, é preciso ter ciência para qual sociedade, para qual prática social, para nós, esse é o sentido da ação educativa. Para Franco (2012), essa intencionalidade acontece quando:

O professor que está imbuído de sua responsabilidade social, que se vincula ao objeto do seu trabalho, que se compromete, que se implica coletivamente ao projeto pedagógico da escola, que acredita que seu trabalho significa algo na vida dos alunos, tem uma prática docente pedagogicamente fundamentada. (FRANCO, 2012, p. 160).

Entretanto, é preciso ter ciência que a oferta de formação continuada onde a voz dos professores não são ouvidas a tendência predominante é que os avanços na educação ocorram de forma isolada em um caminho de mão única, ao agir nessa perspectiva desconsideram as relações professor/coordenador, professor/aluno em um processo de formação impregnado de significados construídos por eles ao longo de toda a vida e que “embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (FREIRE, 1997, p. 25).

Relações vividas dia-a-dia por sujeitos multiculturais, sociais que defendem ideais e valores diferentes. A escola não pode ser entendida apenas como um lugar formal onde crianças, jovens e adultos o frequentam apenas para aprender a ler, a resolver as operações básicas da matemática, a escola é um espaço de socialização, de formação para a cidadania, respeito aos saberes, as diferenças, sejam elas quais forem.

É preciso assegurar que a formação de professores possibilite ao profissional docente saber lidar com o processo formativo dos alunos em suas várias dimensões, além da cognitiva, englobando a dimensão afetiva, da educação dos sentidos, da estética, da ética e dos valores emocionais. (GHEDIN; ALMEIDA; LEITE, 2008, p. 31).

Com a evolução da sociedade da informação e comunicação surgem novos problemas, os alunos presentes nos bancos escolares não possuem o mesmo perfil de 5, 6, 7 anos atrás conseqüentemente a escola é convidada a mudar a forma de educar seus alunos por meio da redefinição do modelo de formação do professor, “em outras palavras a nova era requer um profissional da educação diferente” (IMBERNÓN, 2000, p. 12).

É fundamental entender o que significa esse diferente, vivemos em uma sociedade capitalista, onde a competitividade, o sucesso e o lucro mudam as relações e moldam os sujeitos para atender as demandas do mercado com isso perde-se a visão humana ao olhar a figura do professor.

Espera-se que seja um expert da prática, da ação e do desempenho, profissional competente no uso de seus saberes experienciais e no de sua inteligência para resolver problemas em “situações complexas” e imprevisíveis de seu cotidiano. (MORAES e SOARES, 2005, p. 270).

As autoras, não mencionaram que também é exigido a esses profissionais a destreza ao utilizar os artefatos tecnológicos em sala de aula. Aos professores que não abarcam todas essas qualidades é destinado a crítica da desmotivação, da desvalorização, da incompetência a eles cabem a aposentadoria em toque de retirada. Fica para nós uma reflexão; preocupação com uma educação emancipadora de qualidade, com a formação para a cidadania ou visam apenas atender as demandas de formação para a lucratividade do mercado neoliberal.

Nóvoa (1992, p. 9), fala que “não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores”. Já Silva, Aguiar e Monteiro (2014, p. 750), esclarecem que a formação “não garante por si só a qualidade do ensino; no entanto, considerando a complexidade da docência, admite-se que ela é um requisito imprescindível”.

Diante desse contexto, com o desenvolvimento da pesquisa, queremos dar lugar de fala aos professores e ao coordenador pedagógico para construirmos em conjunto novas possibilidades para resolução de problemas com ética, com respeito, valorizando os acertos, o

conhecimento pessoal, profissional, acolhendo suas fragilidades, erros, fugindo de julgamentos desnecessários que em nada contribuem para os avanços da educação.

Nessa pesquisa enxergamos a figura do professor pelos olhos de Tardif (2002) quando sabiamente fala que esses profissionais constituem em razão de seu número e da função que desempenham um dos mais importantes grupos ocupacionais e uma das principais peças das sociedades moderna, pós-moderna.

Igualmente, numa visão ampla a função social do professor nessa pesquisa é entendida por meio “da relação trabalho e educação, da sua conexão com o todo social, para além da estrita função de ensino”. Não pode haver função docente desvinculada da ação dos homens e mulheres que atuam nessa profissão, um “exercício profissional, mas também humano. Educação e trabalho, como atividade produtora da vida”, para a vida (SILVA, 2004, p. 2). No próximo capítulo apresentaremos os dados obtidos na pesquisa de campo.

CAPÍTULO V - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO CONHECIMENTO PRODUZIDO

A vivência é produto da reflexão pessoal sobre a experiência. Embora a experiência possa ser a mesma para vários indivíduos (irmãos numa mesma família, pessoas que presenciam um fato, por exemplo) a vivência de cada um sobre o mesmo episódio é única e depende de sua personalidade, de sua biografia e de sua participação na história. Embora pessoal, toda vivência tem como suporte os ingredientes do coletivo em que o sujeito vive e as condições em que ela ocorre. (MINAYO, 2012, p. 622, grifo nosso).

Caminhando para o final desse ciclo da pesquisa, apresentamos nesse capítulo a análise do conhecimento produzido no campo empírico. Como cita a autora, as experiências que vivenciamos ainda que sobre o mesmo episódio serão únicas porque temos construção histórica distinta. Iniciaremos com a explanação dos dados coletados nos documentos norteadores da escola o Projeto Político Pedagógico (PPP) e os livros didáticos.

Segundo dados de pesquisas científicas em diferentes áreas do conhecimento, os documentos que definem e reconhecem as leis, as normas de convivência de uma sociedade abrangem o caráter político, social, econômico e humano. A organização da escola não foge a esse padrão social acrescentando, a esses documentos norteadores, a dimensão pedagógica do processo de ensinar e aprender.

5.1 O Projeto Político Pedagógico (PPP)

O primeiro objetivo específico da pesquisa é: Analisar se no Projeto Político Pedagógico (PPP) e nos livros didáticos consta a temática *ciberstalking* e/ou estratégias e ações que norteiam os professores para a sensibilização, a prevenção e o combate desse fenômeno nos anos finais do ensino fundamental.

Para responder esse objetivo começamos pela apresentação da análise do PPP que é um documento norteador que reflete a proposta educacional, política e social da instituição,

tendo como base para futuros avanços a história, a identidade e a realidade do espaço escolar. Sua construção requer:

Uma profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicação do seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em um compromisso político e pedagógico coletivo. (VEIGA, 2006, p. 8).

O PPP da escola pesquisada, revela que o documento foi atualizado no final do ano de 2019. Consta no texto que sua reestruturação foi proposta na última reunião do Colegiado Escolar, onde foi apresentado pela gestão anterior um relatório das metas alcançadas tais como: acesso à internet para os alunos e a reforma dos banheiros masculino e feminino. E o que também não foi possível ser concretizado, como a instalação de aparelhos de ar condicionado central em todas as salas de aula.

Segundo o documento norteador da escola, as ações e metas definidas para ano de 2020, foram apresentadas e discutidas em várias reuniões durante o ano de 2019 e aprovadas pela instância do colegiado escolar, organização essa composta por membros que representam cada segmento da comunidade escolar, como a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF). Assim, afirma o PPP da escola pesquisada:

Todas as atividades discutidas na comunidade estão aqui elencadas, tendo a necessidade de um acompanhamento e coordenação na sua implantação e concretização. Não é nada pronto e acabado, tudo é possível de nova avaliação e redirecionamento, visando aperfeiçoar o trabalho docente. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2020, p. 1).

É por meio do PPP que a escola demonstra o que ela idealiza. Quando a instituição prioriza o debate democrático, abre possibilidades para que toda a comunidade escolar possa não só compreender, mas, reconhecer os problemas existentes. De posse desse entendimento, terá maior clareza da realidade do espaço escolar, fomentando a elaboração de critérios e objetivos ao planejar suas ações ao buscar subsídios teóricos, materiais e humanos visando possíveis soluções de problemas já existentes.

Para Freire (2001, p. 44), se a concepção educativa da escola é fundamentada na formação e desenvolvimento do ser humano “não há para nós forma mais adequada e efetiva de conduzir o nosso projeto de educação do que a democratização do diálogo aberto

corajoso”. Os dados levantados demonstraram que o planejamento minucioso do documento dessa escola tem a finalidade de:

Assegurar e fundamentar o funcionamento da unidade escolar desde a sua estrutura física funcional até as práticas pedagógica desenvolvidas no seu interior assumindo o compromisso de trabalhar para transformar a realidade existente pela desejada. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2020, p. 1).

O documento norteador da escola expõe detalhadamente o plano de ação que será desenvolvido durante o curso do ano letivo tais como: projetos que envolvem a família na escola, a formação continuada de professores, reunião de pais e mestres, atividades extras e curriculares, ou seja, práticas intencionais que visam atender e desenvolver a comunidade escolar.

Para Gadotti (1994, p. 579), “todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro [...], com a sua elaboração [...] as promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores”. Segundo o autor, é fundamental que toda a comunidade escolar, assuma, o compromisso pelo pensar e fazer da escola, o trabalho coletivo traz a possibilidade para que os objetivos propostos sejam atingidos.

No PPP é apresentado como missão da escola: “[...] educar com qualidade para que todos os estudantes tenham oportunidades iguais ao escolherem seu futuro” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2020, p. 1). Segundo o que consta no documento para que a missão seja alcançada faz-se necessário ter consciência de questões internas e externas que desafiam e interferem as práticas educativas.

Grande parte dos nossos estudantes é proveniente de vários bairros de nossa cidade, distritos vizinhos, chácaras, da área rural, fazendas e assentamentos e também de municípios vizinhos. Essa diversificação social e cultural torna a padronização metodológica um tanto complexa, já que podemos ter, por exemplo, uma turma (ou parte dos alunos da turma) com acesso a cultura e ótimas condições de aprendizagem e outra turma (ou parte dela) com defasagem e dificuldades básicas para acompanhar os conteúdos. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2020, p. 3).

Segundo o documento citado, o atendimento a um público tão diverso requer que a escola busque continuamente refletir sobre seu papel social, de modo que possa oportunizar a todos os alunos condições semelhantes de se desenvolverem e dar continuidade aos seus estudos, formando também para o trabalho. É evidenciada a ação pedagógica que também é

um ato político, uma vez que ela contribui para a formação de cidadãos que atenda às demandas de uma sociedade em constantes transformações.

Segundo Freire (2001), para que uma escola pública tenha o ensino para a autonomia, para a libertação é fundamental que ela respeite a forma de ser e estar, a cultura, os saberes e os valores que os alunos carregam consigo.

As reflexões contidas no PPP (2020), se estendem também à formação continuada de todos os profissionais envolvidos com o processo de ensino/aprendizagem para que estejam preparados não só para o bom desenvolvimento de suas práticas pedagógicas, mas, também para buscar possíveis soluções de conflitos que possam vir a surgir no espaço escolar, de modo que não evoluam para a prática de atos violentos como brigas verbais e/ou físicas e a prática de fenômenos contemporâneos como o *bullying*.

Sabemos que, a obrigatoriedade do PPP de uma escola é assegurada pela LDB (9394/96), em todo território nacional, por ser considerado um documento fundamental para o funcionamento e desenvolvimento da instituição. Porém, é relevante que a escola possua autonomia e liberdade para construir o seu PPP, levando em consideração que essa autonomia não pode infringir as leis que regulamentam e direcionam o ensino a nível nacional, estadual e/ou municipal. Garcia (2004), explica:

A outorga da autonomia escolar confere legitimidade e fundamento legal para que as escolas as exercitem. Contudo precisa ser construída paulatinamente no cotidiano escolar, por meio da participação coletiva e da interação comunicativa, defendendo as concepções educacionais que os agentes escolares elegem para nortear seu trabalho. (GARCIA, 2004, p. 42).

A construção coletiva do documento, possibilita a aproximação da escola com a comunidade, é por meio dessas interações que nascem as reflexões que serão transformadas em metas, objetivos e propostas centradas em interesses comuns. As propostas pedagógicas servirão como base teórico/metodológica para nortear o trabalho de todos os membros que compõem a comunidade escolar.

Para Freire (2001), é fundamental que os membros que estão à frente da gestão, dos conselhos e das associações presentes nas escolas, sintam-se integrados e percebam a necessidade de contribuir com a (re)organização da escola. O que coincide com a fala de Lima (2011, p. 41), quando diz que: “é preciso pensar na grandiosidade das ações pensadas e executadas de forma participativa, em que, sem medo, mas, com coragem, os envolvidos elaboram e reelaboram o conhecimento”. Nesse sentido, o PPP da escola, foi pautado:

Em cima de grandes reflexões sobre as finalidades da escola, o seu papel social, a definição de caminhos e ações que serão executadas por toda a comunidade escolar, já que sua construção teve apoio da APMF, Conselho Escolar, professores, Funcionários e estudantes. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2020, p. 1).

É fundamental que o documento norteador da escola tenha sua dimensão política e pedagógica bem definida onde a reflexão deve ser um ato constante. O PPP não pode ser construído somente para ser apresentado como prova de cumprimento de burocracias e depois arquivado, ele precisa ser vivenciado cotidianamente por todos os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem. Assim sendo, para Veiga (2000), o PPP:

Em sua dimensão política se vincula ao compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. [...] Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. [...] Político e pedagógico têm assim uma significação indissociável. Nesse sentido é que se deve considerar o Projeto Político Pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade. [...] Por outro lado, propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. Pode parecer complicado, mas trata-se de uma relação recíproca entre a dimensão política e a dimensão pedagógica da escola. (VEIGA, 2000, p. 13).

O PPP da escola apresenta sua dimensão política e pedagógica alinhada a LDB nº 9394/96, ao Plano Nacional de Educação (PNE), aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao Plano Estadual de Educação (PEE) e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entretanto, nossas análises demonstram que a construção do documento vai além de um simples agrupamento de leis, metas e atividades que serão executadas ao longo do ano.

A escola assume o compromisso com os conteúdos curriculares e com a “formação de alunos críticos, éticos, conscientes do seu papel social” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2020, p. 1). Ao optar pela formação crítica, a escola, por meio de sua proposta pedagógica, cria possibilidades para que os alunos desenvolvam a capacidade de observação, análise e reflexão para futuras tomadas de decisões, formando-os para serem cidadãos ativos capazes de compreender as práticas sociais da sociedade em que vivem.

Estamos vivendo uma era em que o frenético desenvolvimento científico e tecnológico vem exigindo novas formas de atuação das instituições sociais, pelas mudanças no cenário político, econômico, cultural e social e com a escola não é diferente. Segundo o

documento norteador, a formação do aluno-cidadão nos tempos atuais precisa lhe conferir condições básicas para o seu desenvolvimento de maneira positiva.

Antenados com a rapidez da evolução científica e tecnológica da atualidade, entendemos que é preciso repensar constantemente a escola, posto que o ambiente escolar reúne educandos com diversas concepções de valores, famílias, culturas, religiões, raças e saberes. Essa diversidade exige que a escola esteja preparada por meio de práticas pedagógicas para oportunizar e vivenciar as diversas experiências e modos de vida de sua comunidade respeitando a diversidade cultural. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2020, p. 2).

Percebemos pela citação, a preocupação da escola com as transformações sociais resultantes do desenvolvimento científico/tecnológico quando ela se dispõe a refletir criticamente sobre a formação escolar dos alunos como meio de prepará-los para respeitar a diversidade de raças, religiões e saberes dentro outros presentes no espaço escolar. Segundo Lima (2011, p. 41), faz-se necessário “formar cidadãos capazes de desvelar e enfrentar os desafios sociais expressos na desigualdade social, na exploração dos homens, no aumento da violência”.

Essa instituição possui sala de tecnologia e disponibiliza o acesso a internet para as aulas e pesquisas, proporcionando oportunidade dos alunos incorporarem ao ensino novas linguagens, ao mesmo tempo, integrando aqueles que não possuem condições financeiras de possuir esse aparato tecnológico que já faz parte da realidade dessa sociedade informatizada que exclui e segrega milhões de estudantes no mundo inteiro a cada novo avanço tecnológico.

Ao integrar os alunos nesse movimento tecnológico, a escola cumpre a sua missão em proporcionar igualdade de oportunidades a todos os estudantes e oportuniza ao professor utilizar as TIC como artefatos pedagógicos que podem colaborar com a aprendizagem dos estudantes, mas, é necessário investimento em formação inicial e continuada uma vez que apenas o acesso ao computador não garante a construção do conhecimento pelos alunos e sim a maneira como o professor vai utilizar esse recurso em suas práticas pedagógicas.

Sendo o professor um dos atores principais na mediação do saber, sua capacitação é fundamental para que possa auxiliar o aluno no processo de construção colaborativa do conhecimento com o auxílio das TIC. Igualmente, no sentido contrário das possibilidades que se abrem para o processo de ensino/aprendizagem com o uso dos artefatos tecnológicos está a prática de atos violentos de intimidação e perseguição emergidos da internet denominado de *ciberstalking*, um fenômeno que se caracteriza “pela tentativa

persistente de uma pessoa (o *ciberstalker*) em assediar outra (a vítima) recorrendo ao uso da internet” (VALQUARESMA, 2016, p. 16).

Verifica-se já hoje em dia uma elevada frequência de situações de intimidação, insinuações e insultos praticados por crianças e jovens entre si através de mensagens eletrônicas; é também comum a divulgação no *You Tube* de pequenos vídeos de situações de aulas e de outras situações da vida na escola, tornando-se alguns deles, objeto de reparo e de divulgação nos meios de comunicação social. (AMADO et al., 2009, p. 302-303).

Segundo os autores, a utilização das TIC para a prática da intimidação, perseguição e divulgação de conflitos que acontecem no cotidiano escolar já é uma realidade entre os adolescentes. Dados de pesquisas recentes como das autoras Pereira e Matos (2015), apontam que com a célere difusão das TIC a prática do *ciberstalking* tem aumentado consideravelmente, despertando a preocupação de pais, professores, juristas e profissionais da área de saúde.

Pereira e Matos (2015, p. 59), citam que “é importante entender o impacto destas relações precoces e potencialmente desestruturantes nas estruturas cognitivas e afetivas dos adolescentes de modo a atuar-se mais eficazmente”, uma vez que frear essas ações é demasiadamente complexo pela dificuldade de localizar os agressores que podem trocar de *email* e número de celular a qualquer momento, tornando-se um inimigo invisível.

Face ao exposto, é necessário um debate crítico sobre a vitimação *on line* entre os adolescentes e as suas implicações para a saúde e o bem-estar global dos mesmos. O reconhecimento dessa dimensão, das suas configurações possíveis e do seu potencial impacto só é possível através do investimento científico em metodologias abrangentes conceberem objetivos mais inovadores e desafiantes. (PEREIRA e MATOS, 2015, p. 59).

Para as autoras, debater sobre temáticas contemporâneas como o *ciberstalking*, fenômeno caracterizado pela perseguição *on line*, é pensar na formação de uma juventude consciente de suas ações e das implicações que podem vir a surgir em sua vida, na vida do outro. Como consequência da perseguição a vítima pode vir a desenvolver sérios problemas de saúde física e mental.

O *ciberstalking* é um fenômeno complexo e desafiador. Um possível caminho para compreender a sua dimensão e avançar no combate e na prevenção desse mal social seria o investimento em pesquisas nas mais diferentes áreas do conhecimento para que a sociedade pudesse buscar estratégias mais eficazes de enfrentamento (PEREIRA e MATOS, 2015).

Conscientizar a juventude para a utilização das TIC de forma positiva tem sido uma tarefa desafiadora em uma sociedade que vive uma crise ética, econômica, política, financeira, existencial e de valores, onde as pessoas têm recorrido cada vez mais à internet com o uso de suas máquinas pessoais (*tablet, notebook, celular*) para expressar seu lado mais desumano. Alguns pesquisadores têm se questionado se é possível “formar pessoas na perspectiva de construir solidariedade, autonomia e respeito mútuo” em meio a esse caos onde a inveja e o individualismo viraram meta (MOREIRA e KRAMER, 2007, p. 1052).

É fundamental que a escola por meio de suas práticas intencionais tentar desenvolver nos alunos “sentimentos de simpatia, aceitação e confiança mútua, uma forma preventiva de trabalhar comportamentos violentos e antissocial” (AMADO et al. 2009, p. 313). Cada aluno é único e dentro de suas especificidades merece ser acolhido, respeitado, motivado a se desenvolver só assim sentirá prazer em fazer parte da escola, tudo isso conduz a humanização.

No entanto, a escola não pode ser atribuída toda a responsabilidade dessa formação, “a salvação, não está apenas na escola democrática, formadora de cidadãos críticos e capazes, mas, passa por ela, necessita dela, não se faz sem ela”, governo e família precisam partilhar a corresponsabilidade das problemáticas, das dificuldades que envolvem o trabalho docente cotidianamente (FREIRE, 1993, p. 88). O documento ressalta ainda que;

Os conflitos são constantes, é preciso mediar, adaptar, renovar o que já não faz mais sentido. Planejar coletivamente e cuidadosamente os objetivos e ações que serão desenvolvidas no ambiente escolar. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2020, p. 2).

É notória a preocupação da escola com os conflitos presentes no espaço escolar pela diversidade do público que atende. Não só a juventude, mas, todos nós somos convidados a compreender que a pessoa possuir características físicas, culturais, classe social, ideias diferentes das nossas ou ainda o término de um relacionamento fato muito comum nessa fase da adolescência nos conferi o direito de perseguir, assediar, amedrontar, acuar o outro.

Atos de intimidação, depreciação e perseguição são conflitos que em algum momento fizeram e fazem parte do cotidiano escolar, a violência não é uma temática nova, mas a sua transposição para o espaço virtual tem desafiado a sociedade, a escola a buscar subsídios teóricos-metodológicos para compreender essa evolução que interferem de maneira negativa nas interações, na aprendizagem e no clima da escolar.

Na análise do PPP, também ficou evidenciada a consciência da instituição da imersão da juventude na cultura digital e a busca por estratégias para que as práticas de intimidação como o *bullying*, citado no documento segundo a lei nº 13.185/15, não evolua para o ciberespaço, “é necessário repensar as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola diariamente para que os alunos utilizem as TIC de maneira positiva e ética favorecendo sua formação” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2020, p. 3). De maneira indireta, o documento norteia os professores a formar o cidadão crítico como prático de prevenção para o combate também do *ciberstalking*.

Após análise detalhada, afirmamos que no PPP da escola não constam estratégias e ações explícitas que norteiam os professores para a sensibilização, a prevenção e o combate do *ciberstalking* nos anos finais do ensino fundamental, entretanto quando a escola prioriza a formação do cidadão crítico, reflexivo consciente do seu papel social ela também forma o aluno solidário, tolerante, capaz de viver a coletividade respeitando a vida humana. Nesse sentido “a escola, inserida nesse contexto, pode construir outro conceito de educação, assumindo sua responsabilidade nesse processo histórico” (CAMPOS, 2008, p. 8).

Finalizamos a análise do documento conscientes que a construção democrática do Projeto Político Pedagógico de forma ampla, minuciosa, coerente com as condições físicas, materiais e humanas da escola é o meio legal que a instituição possui de se desenvolver e acompanhar às constantes transformações sociais, políticas e econômicas, formando jovens críticos/reflexivos com capacidade e vontade de transformar a escola, a sociedade em um espaço de convivência melhor para todos. No próximo item, explanaremos as análises realizadas nos livros didáticos.

5.2 O Livro Didático

Os dados coletados por meio do questionário sócio-profissional e da entrevista semiestruturada demonstraram que os professores utilizam os mais diferentes recursos pedagógicos impressos e tecnológicos, mas, o livro didático é citado por todos os docentes como um material de apoio fundamental, base para a elaboração de suas aulas favorecendo de maneira ímpar o desenvolvimento do seu trabalho.

Analisando o contexto da história da educação no Brasil notamos que o registro da presença de livros impressos no Brasil é datado do ano de 1549. As obras chegaram ao país sob a responsabilidade de cinco jesuítas liderados pelo padre Manoel de Nóbrega em uma

expedição marítima que trazia o primeiro governador-geral do país nomeado pela coroa portuguesa, Tomé de Sousa.

Durante séculos no Brasil, os livros foram instrumentos utilizados para o fortalecimento do conhecimento cultural, econômico e social da classe dominante hegemônica eurocêntrica como forma de se perpetrar no poder. Pouco se pensava no desenvolvimento, numa proposta política de inclusão do contingente populacional excluído e marginalizado, aos indígenas, filhos de colonos e pequenos produtores eram ensinados conhecimentos básicos como ler, escrever e contar.

A começar pela bíblia obra de maior circulação no mundo, notamos que os livros de maneira geral são utilizados como meio de reflexão sobre o contexto histórico de uma determinada época das sociedades, essa característica traz um valor incalculável para o cenário educacional.

A necessidade de registrar é uma atividade milenar imprescindível para a evolução humana. Os livros, a “escrita para a humanidade trouxe a possibilidade da preservação dos fatos, das narrativas para as futuras gerações” (ROSA, 2009, p. 77). A evolução científica tecnológica dando novo sentido à comunicação.

Após a leitura de pesquisas na área da história da educação no país, notamos que os livros têm sua principal origem cultural no âmbito escolar, tornando-se desejo de leitura dos alunos, peças preciosas de bibliotecas, objetos de domínio do saber para o exercício do poder na transmissão do conhecimento. Os livros exerceram também o papel de “fiel depositário das verdades científicas universais” (GATTI JUNIOR, 2004, p. 36). Paradigma muito questionado na atualidade.

Como o nosso foco nesse item é analisar se nos 28 livros didáticos utilizados pelos anos finais do ensino fundamental é abordada a temática *ciberstalking* e/ou estratégias e ação que norteiam os professores para a sensibilização, a prevenção e o combate desse fenômeno, buscamos nos embasar no que diz o órgão responsável pela distribuição de livros no Brasil, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Criado por meio do Decreto n. 91542, em 19 de agosto de 1985, o Art. 2º explica sua atuação: “[...] O Programa Nacional do Livro didático será desenvolvido com a participação dos professores do ensino de 1º grau, mediante análise e indicação dos títulos dos livros a serem adotados” (BRASIL, 1985). As escolhas devem atender os seguintes critérios:

§ 1º. A seleção far-se-á por escola, série e componente curricular, devendo atender às peculiaridades regionais do País;

§ 2º. Os professores procederão a permanentes avaliações dos livros adotados, de modo a aprimorar o processo de seleção. (BRASIL, 1985).

Segundo Pretto (1995), o PNLD traz significativos avanços ao incluir o professor no processo de escolha dos livros didáticos, abrindo espaço para que possam opinar sobre as lacunas encontradas e possíveis mudanças no intuito de melhorar a qualidade daqueles livros que foram mal avaliados.

O decreto ainda ressalta os cuidados para a conservação por parte dos alunos na utilização do material de modo que com qualidade ele possa ser reutilizado no ano seguinte por outros estudantes do mesmo ano ou faça parte de um banco de dados para futuras pesquisas pedagógicas favorecendo toda a comunidade escolar.

Mas o que seria denominado como “Livro Didático” ? Para Neto e Fracalanza (2003, p. 154), é “um material de consulta e apoio pedagógico à semelhança dos livros paradidáticos e outros tantos materiais de ensino”. Já para Romanato (2004, p. 5), “o livro didático é um eficiente recurso de aprendizagem no contexto escolar”. Sua eficiência depende, todavia de uma adequada escolha e utilização.

Segundo Cassiano (2003, p. 20), o livro didático pode vir a ser uma “poderosa ferramenta de unificação até de uniformização nacional, linguística e ideológica”, se a sua escolha não estiver previamente articulada com a formação docente, o currículo, o chão da escolar.

Como podemos perceber o livro didático em si é um instrumento norteador de apoio e a forma como ele será utilizado deve ser pensada de maneira planejada adaptando as temáticas inseridas no material para a realidade vivenciada na escola, mas optar somente por esse material segundo alguns autores restringe o processo de ensino/aprendizagem.

Silva (2012, p. 806), pontua que o livro didático tem sido utilizado como “principal ou, até mesmo, o único instrumento a auxiliar o trabalho nas salas de aula”. Para o autor, numa sociedade em que o conhecimento está em constante movimento faz-se necessário recorrer a outras fontes, como revistas, jornais, filmes, vídeos, entre outros, possibilidades estas que não necessitam de grandes investimentos financeiros por parte da escola.

Reconhecemos a relevância do livro didático e dos demais materiais pedagógicos citados acima no contexto escolar, pois eles diversificam, movimentam, hibridizam o processo de ensino aprendizagem. Na opinião de Lajollo (1996), o livro didático deve ser utilizado em sala de aula como instrumento de apoio formativo, contribuindo para o

desenvolvimento do professor, do aluno. No quadro abaixo, apresentaremos os resultados das análises dos livros didáticos utilizados pelos anos finais do ensino fundamental da escola pesquisada. (Quadro 6).

Quadro 6: O Livro Didático e o <i>Cyberstalking</i>				
LIVROS	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
PORTUGUÊS SE LIGA NA LÍNGUA: LEITURA PRODUÇÃO DE TEXTO E LINGUAGEM ED. MODERNA	*Porque fechei meu <i>blog</i> para comentários	*Serginho entrevista vítima de <i>bullying</i>, *Lei Nº 13.185/2015 p.79		
A CONQUISTA DÁ MATEMÁTICA ED. FTD				
ARARIBÁ MAIS CIÊNCIAS ED. MODERNA			*A juventude e as redes sociais.	*O que fazemos na internet.
HISTÓRIA SOCIEDADE E CIDADANIA ED. FTD				
ARARIBÁ MAIS GEOGRAFIA ED. MODERNA				*O mundo digital e as redes sociais.
WAY TO ENGLISH FOR BRAZILIAN LEARNERS ED. ÁTICA				*Cyberbullying -<i>Cyberstalking</i>
ARTES ED. BRASIL				
PROJETO INTEGRADO ED. BRASIL				
* TEMAS QUE SE APROXIMAM - OBJETO DA PESQUISA				

Fonte: organizado pela autora em 24 jul. 2020.

A coleção de livros de português escolhida pelos professores para ser trabalhado nos anos finais do ensino fundamental no quadriênio (2020-2023), foi elaborada pelos autores

Ormundo e Siniscalchi (2018). O material traz em seu contexto propostas de conteúdos a serem explanados que se aproximam da realidade vivida na escola como questões étnicas, socioeconômicas e suas relações com desenvolvimento científico articulado com o uso dos artefatos tecnológicos (celulares, computadores e etc.) dentro e fora do espaço escolar.

No livro utilizado pelo 6º ano, Ormundo e Siniscalchi (2018), trazem um texto com a temática; Por que fechei meu *blog* para comentários, onde Leonardo Sakamoto no dia 17 de março do ano de 2015 relata os motivos de ter pedido a empresa brasileira de conteúdos e serviços de internet UOL (*Universo On Line*) para fechar seu *blog* de maneira que os visitantes não pudessem mais comentar as matérias que ele publicasse.

Segundo Sakamoto (2015), os motivos que o levaram a tomar a decisão de transformar um espaço de interação rico como um *blog* estático foi a intolerância frente a opinião do outro, as ofensas gratuitas, os perfis falsos e verdadeiros utilizados por pessoas para denegrir, desrespeitar os direitos humanos. Para Sakamoto (2015, p. 1), o *blog* passou a ser “um lugar em que todos gritam e poucos escutam”. Ormundo e Siniscalchi (2018), esclarecem:

Comentários preconceituosos, agressivos ou mentirosos, estão sujeitos a sanções legais. A internet e as novas tecnologias criam a sensação de anonimato, mas hoje é possível localizar quem praticou crimes digitais. (ORMUNDO e SINISCALCHI, 2018, p. 216).

Na página seguinte, a atividade proposta é o debate sobre a nossa conduta em sociedade, no espaço físico e virtual, levando os estudantes a refletirem criticamente de que maneira as experiências vividas podem contribuir ou não com a formação escolar. Estamos vivenciando um período histórico onde a disseminação de notícias falsas, menosprezar, perseguir, diminuir o outro em nome do politicamente correto está se naturalizando, todos nós devemos estar atentos a essas mudanças culturais.

Esse texto não se refere diretamente ao fenômeno pesquisado o *ciberstalking*, mas abre possibilidades para trabalhar a temática, esclarecendo os caminhos que devem ser seguidos para quem estiver sofrendo algum tipo de perseguição ou intimidação possa se informar através do debate, dos links presentes no livro, encorajando a vítima a pedir ajuda por diferentes caminhos.

Para Faria (2017, p.23), na prática pedagógica o “livro didático pode se constituir em uma dessas fontes mobilizadoras de construção e reconstrução de saberes para esses professores no decorrer de suas trajetórias”, e os alunos podem vir a ser multiplicadores

desses saberes essenciais para a formação humana, para a convivência social, para o respeito e a empatia.

Já no livro de português do 7º ano, Ormundo e Siniscalchi (2018), trazem a transcrição de uma entrevista com a jovem Manoela Sales, exibida no programa *Alta Horas* da TV Globo, no dia 20 de fevereiro do ano de 2016, onde o tema da conversa é o *bullying*, a intolerância, o preconceito e o racismo praticado no espaço escolar.

O texto relata que Manoela Sales é uma jovem preta, filha da classe operária. Em busca da sonhada educação de qualidade como garantia do futuro da filha os pais resolveram matricular a adolescente em uma escola particular, onde a classe social, a cor e o assunto são eurocentricamente padronizados, classe A, pele branca, e os bens que a família possui serve como crivo para ser aceito no grupo de alunos e professores.

A jovem conta na entrevista que desde o início não foi aceita pelos colegas de sala de aula, atitudes como ridicularizar suas perguntas e bater em sua carteira eram constantes até chegar ao extremo dos colegas cuspirem, jogarem lixo e lhe dirigirem palavras ofensivas. Sobre a violência, Mitiko e Camacho (2001), explicam:

É equivocado pensar que ela se vincula apenas e diretamente à pobreza, [...] verifica-se, por exemplo, o crescimento das práticas da violência entre os jovens de classes médias e de segmentos privilegiados da sociedade, nos seus diferentes espaços de atuação: na família, na escola ou na rua. (MITIKO e CAMACHO, 2001, p. 2).

A citação acima é embasada pelo relato de Manuela, Segundo a jovem uma parte significativa dos insultos e intimidações sofridos por ela era presenciado pelos professores que ao optarem por não intervir contribuíam diretamente para o avanço das agressões que culminaram com a segregação da aluna. Segundo o texto toda a sala de aula parou de falar com Manoela que entrou em um processo de tristeza, apatia e crises de choro frequentes como consequência dessas vivências seu rendimento escolar caiu. Manoela não resistiu a pressão, voltou para a escola pública.

O desafio central da escola, dos professores, no caso de Manoela, era a inclusão, o enfretamento do preconceito. Segundo Ormundo e Siniscalchi (2018), um caminho a ser tomado na busca da solução do problema era utilizar o que estava acontecendo com a aluna como pauta para trabalhar as diferenças, a empatia, a diversidade racial. Uma das funções sociais da escola é preparar os alunos para a vida no que tange a convivência social individual e coletiva.

Para os autores, gestão, coordenação pedagógica e professores precisam estar atentos a fatores internos e externos que interferem no processo de ensino/aprendizagem buscando condições de oferecer aos seus alunos atitudes concretas para a resolução dos problemas que vão surgindo no espaço escolar. Nem sempre vamos acertar na tomada de decisões, mas é fundamental tentar.

Ornundo e Siniscalchi (2018), citam a Lei nº 13.185/15, sancionada pela ex-presidente da república Dilma Rulsef, em 6 de novembro do ano 2015. A lei foi criada para combater a prática do *bullying* e posteriormente o *ciberbullying*. A sanção da lei é recente, apenas cinco anos, entendemos que para que os governantes pensassem na elaboração e sanção da mesma um longo caminho foi percorrido onde milhares de crianças, jovens e adultos passaram e passam por esse tipo de perseguição depreciativa cotidianamente.

Segundo dados do Instituto de Pesquisas e Inteligência de Mercados (IPSOS, 2018), o Brasil ocupa o segundo lugar a nível mundial na prática de ofensas virtuais, onde as redes sociais é o meio mais utilizado pelo agressor e a vítima, na maioria dos casos, é um colega de sala de aula. A Formação continuada de professores, dos funcionários e a aproximação da família com a escola é importante para que todos se sintam preparados para intervir com um trabalho educativo de mediação e prevenção.

Araribá mais ciências é o título da obra coletiva desenvolvida e produzida pela editora moderna. O livro do 8º ano traz o texto de autoria da jornalista Isabel Ferrari, da Rede Brasil Sul TV, do dia 30 de outubro do ano de 2017, intitulado “a juventude e as redes sociais”. O texto faz referência a uma campanha elaborada pelo Ministério Público do estado do Rio Grande do Sul, alertando sobre os riscos de uma prática que vem se tornando comum entre adolescentes na faixa etária entre 10 a 15 anos, o envio de fotos íntimas por meio de aplicativo de mensagens.

Na reportagem, a jornalista cita a fala da coordenadora do Centro de Apoio da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, na qual ela enfatiza que as fotos íntimas “uma vez colocado na internet, seja nos grupos de *Facebook* ou aplicativos, pode vazar. E uma vez que vazou, nada é privativo. E a retirada disso do ar é algo muito complexo” (VILELA, 2018, p. 114).

O mesmo texto do livro aborda um caso que veio a público e tomou proporções a nível nacional, refere-se a uma adolescente da cidade de Encantado no Vale do Taquari no estado de Rio Grande do Sul que ao ver suas fotos íntimas circulando no aplicativo de mensagens *WhatsApp* cortou os pulsos. O enfoque do texto é uma reflexão crítica sobre os riscos do uso da internet por meio dos dispositivos eletrônicos.

O uso das redes sociais deve ser dosado para evitar danos a saúde dos adolescentes. Além dos riscos do compartilhamento de conteúdos íntimos, existe a possibilidade de isolamento social e do vício em internet, que pode acarretar doenças psicológicas, como ansiedade, insegurança e até mesmo depressão. A melhor forma de prevenir esses problemas e equilibrar o uso das redes sociais com outras atividades não virtuais. (MODERNA, 2018, p. 115).

Nos últimos dez anos, têm-se observado um crescimento considerável em pesquisas sobre a relação de adolescentes em fase escolar e os perigos da superexposição da vida privada na internet. Segundo dados da pesquisa realizada no Brasil pelo *Tic Kids On Line* (2016), 56% dos jovens entrevistados utiliza a rede para a divulgação de fotos e/ou vídeos, alguns deles expõem pessoas em situações constrangedoras nos mais diferentes espaços sociais, inclusive o espaço escolar.

As interações ocorridas no espaço escolar na contemporaneidade movem-se com facilidade para os grupos de *WhatsApp*, para as redes sociais *Facebook*, *Instagram* e tantos outros canais de comunicações utilizados pelos jovens. Com o desenvolvimento científico e o uso das TIC, estamos diante da comunicação em movimento, de novas formas de aprendizagens, mas também de uma crescente onda de crueldade social. Para Amado et al. (2009, p. 304), “o anonimato possível e facilitado nas comunicações e interações através da Internet acarreta novos aspectos e novos problemas”.

O que fazemos na internet? É o título do texto analisado no livro de ciências do 9º ano, nele é apresentado dados estatístico de uma pesquisa realizada no Brasil pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação e Comunicação - CETIC (2016), com 23.677.796 jovens, na faixa etária entre 9 e 17 anos, com o objetivo de descobrir quais as principais atividades eram realizadas por eles na rede e como reagiam aos riscos e as possibilidades de uso.

O método utilizado para a coleta de dados foi à entrevista presencial domiciliar, com autopreenchimento, utilizando como recurso o *tablet*, no período de novembro do ano 2016 a junho do ano de 2017, os dados revelaram que:

- 23% compartilharam o endereço residencial no perfil;
 - 28% deixam o número do telefone;
 - 42% divulgam o nome da escola;
 - 31% postaram ou compartilharam na internet o local onde estavam;
 - 49% deixam o perfil aberto para qualquer usuário;
 - 32% não sabem mudar as configurações de privacidade em redes sociais;
 - 42% já tiveram contato com a alguém que não conheciam pessoalmente;
 - 22% já encontraram pessoalmente com alguém que conheceram na internet.
- (MODERNA, 2018, p. 170-171).

Nos últimos anos as redes sociais têm se tornado um espaço muito utilizado para a interação social, por meio da troca de mensagens e arquivos digitais crianças, jovens e adultos expressam suas ideias e sentimentos, porém os dados da CETIC (2016), revelaram que se faz necessário ter mais cuidado com o material que postamos na rede. Os jovens de maneira geral têm o hábito de compartilhar informações pessoais como endereço, número de telefone e nome da escola onde estudam com a localização.

Dados compartilhados abertamente a quem visitar o perfil nas redes sociais, informações que segundo a pesquisa não revelariam a um estranho em uma interação face-a-face. Essa superexposição, pode vir a ser um facilitador para chamar a atenção de conhecidos que por nós não tem apreço e a estranhos mal-intencionados. Fazendo um elo de referência com a nossa pesquisa lembramos que o *ciberstalking* é praticado por esse “amigo oculto”, adicionado ou não as nossas contas na internet.

Quando as formas básicas de segurança disponibilizadas para navegação na rede são ignoradas e/ou desconhecidas, podemos estar contribuindo diretamente com o a prática do *ciberstalking*, ainda que essa não seja a nossa intenção. De fato, quem quer ser perseguido? Amedrontado? Acreditamos que ninguém. Pinheiro (2016, p. 80), fala que “a Internet é condicionada pela utilização que o homem faz dela e, ao mesmo tempo, condicionante de ação devido a esse mesmo uso. O que é condicionado e replica esse mesmo condicionamento não é neutro porque recebe e transmite, induz e influencia”.

Segundo Pinheiro (2016, p. 80), “a internet não sente emoções, mas as pessoas que a utilizam sentem, manipulam e influenciam”. Não estamos aqui tomando atitudes extremas condicionando um recurso rico para o processo de ensino/aprendizagem escolar como a internet minimamente como boa ou má, estamos propondo a reflexão crítica do seu uso de suas possibilidades.

O resultado de nossas análises aponta que dos 28 livros didáticos que estão sendo utilizado pelos anos finais do ensino fundamental no ano de 2020 pela escola onde a pesquisa foi realizada, o livro *english for brazilian learners*, do autor Franco (2018), é o único que aborda explicitamente o objeto de nossa dissertação o *ciberstalking*.

O texto intitulado; *What is cyberbullying exactly?*¹⁵, inserido para a pauta de estudos aborda os conceitos de *ciberbullying*, *ciberstalking*, formas de prevenção e dicas de como agir caso a criança ou adolescente venha a se tornar uma vítima. Franco (2018), explica:

¹⁵ O que é *cyberbullying* exatamente?

É considerado *cyberbullying* quando uma criança, adolescente ou pré-adolescente é humilhado, envergonhado ou de outra forma visado por outra criança, pré-adolescente ou adolescente usando a internet, tecnologias interativas e digitais ou telefones celulares. (FRANCO, 2018, p. 170).

No texto, o *cyberbullying* é caracterizado como um fenômeno virtual praticado entre crianças, adolescentes e pré-adolescentes, ou seja, agressor e vítima precisam ser menores de idades. O autor faz um alerta que em muitos casos de vítima, o jovem pode passar vir a se tornar um agressor e virse-versa, e perpetrar a prática do fenômeno como uma forma de punir outras pessoas pelo o que aconteceu com ele. Assim, como as vítimas do *ciberstalking*, as vítimas do *ciberbullying*, não aguentando a pressão, podem vir a cometer suicídio.

As implicações negativas que o autor traz como alerta é um dos pontos que aproxima a prática do *ciberbullying* com a do *ciberstalking*. O texto também ressalta que muitas vezes os pais se atentam a monitorar as postagens e/ou acesso dos filhos ligados a conteúdos vulgares, não levando em consideração as postagens de cunho agressivo que constringem, humilham e perseguem o outro.

Segundo Lima (2017, p. 1), mesmo que o *ciberbullying* e o *ciberstalking* apresentem características que os aproximam por serem fenômenos praticados por meio da internet e sua incidência trazerem implicações negativas na vida da vítima causando-lhes sérios problemas psicológicos, “no *cyberbullying* o sofrimento da vítima é o fim pretendido, ao passo que no *cyberstalking* o sofrimento é apenas o meio utilizado pelo perseguidor para alcançar desígnios não consentidos pela vítima”.

Sem o apoio da família, as estratégias utilizadas para sensibilização e prevenção tendem a não evoluir uma vez que “quando as escolas tentam se envolver disciplinando o aluno por ações de *cyberbullying* que ocorreram fora da instituição e do horário escolar, muitas vezes são processadas por exceder sua autoridade e violar o direito de liberdade de expressão do aluno” (Franco, 2018, p. 170).

No texto, o nosso objeto de pesquisa o *ciberstalking* é definido como um “[...] assédio cibernético ou perseguição cibernética” (FRANCO, 2018, p. 170). O autor ainda afirma que para ser considerado *ciberstalking* a vítima ou agressor precisa estar na fase adulta da vida.

Discordamos do autor, pesquisas de autoras como Mattos e Pereira (2015), demonstraram que a prática do *ciberstalking* acontece entre pessoas de diferentes faixas etárias, mas, que tem avançado consideravelmente entre adolescente em idade escolar. Os

motivos vão desde a idealização ou rompimento de um relacionamento, conflitos que começam no espaço escolar ou outro espaço social por divergências de ideias, despreço à condição social, ao gênero, à raça, até uma simples brincadeira.

Embasadas nos estudos de Misnk (2006), ressaltamos que a vítima do *ciberstalking*, ao sofrer a perseguição por um inimigo invisível e desconhecido, sente medo, receio e pavor. Se a perseguição for intensificada pode desencadear problemas físicos e psicológicos, levando a vítima ao isolamento social.

As pessoas tendem a projetar os fenômenos sociais na Internet, identificar que o livro didático dos anos finais do ensino fundamental contempla a temática é perceber que o autor e os professores por meio da escolha estão atentos aos conflitos atuais presentes na fase da adolescência, que há um longo caminho a ser percorrido e juntos vamos avançando.

O espaço escolar é um espaço rico para debater questões que os adolescentes costumam enfrentar cotidianamente e relacioná-las com a ciência de modo que a formação escolar lhe forme também para a cidadania, para a vida em sociedade pode ser um possível caminho para coibir a prática do *ciberstalking*.

Diante da pesquisa feita para a construção do estado do conhecimento de nossa dissertação nos mais diferentes bancos de dados como a CAPES e o *Google Acadêmico* dentre outros verificamos que o número de pesquisas na área de ciências humanas relacionadas ao espaço escolar sobre o *ciberstalking* no Brasil ainda é pequeno.

Enquanto construímos essa dissertação, milhares de jovens podem estar sendo perseguidos, acuados por algum *stalker* e esse e tantos outros conflitos podem vir a influenciar de forma negativa a convivência humana, o clima escolar, o processo de ensino/aprendizagem.

Segundo Pinheiro (2016, p. 88), “a internet abre um mar de possibilidades para um *stalker*, haverá, portanto, tendência para que o fenômeno abrace este novo contexto de incidência”. O *stalker* é um inimigo *on line* perspicaz, segundo Finn (2004), algumas de suas estratégias de atuação são:

- Envio repetido de *email* ou mensagens instantâneas que podem ou não ameaçar o destinatário;
- Encher a caixa de *email* da vítima com mensagens indesejadas, enviando arquivos com vírus;
- Usar o endereço de *email* da vítima para inscrevê-la em vários sites ou comprar livros, revistas ou outros serviços em seu nome; Enviando

desinformação e mensagens falsas pra redes sociais, site de namoro de namoro ou local de trabalho;

-Roubar a identidade *on line* da pessoas para postar informações falsas, enviando o endereço da vítima, imagens de orientação sexual ou pornográficas;

-Buscar copilar várias informações que uma vítima possa ter postado em redes sociais com a intenção de localizar informações pessoais e usar estas informações para assediar, ameaçar e intimidar a vítima, seja *on line* ou no mundo real. (FINN, 2004, p. 469).

Nenhum usuário da internet está livre de uma dessas ações e a qualquer momento podem vir a ser uma vítima do *stalker*. Até que possa compreender o que de fato está acontecendo, as implicações negativas na vida social, familiar e afetiva podem tomar uma proporção assustadora. Segundo Pinheiro (2016, p. 91), “enquanto o mundo dorme embalado pela maravilhosa sensação da presença humana à distância de um clique, uma parte de seus habitantes sofrem de insônia aterrorizados com essa mesma presença humana ao alcance de um clique”.

Pinheiro (2016, p. 88), explica: “[...] o *cyberstalking* é de uma violência psicológica devastadora, mas não só: é igualmente passível de engendrar repercussões na vida real que à partida não se equacionariam, como a síndrome do pânico e sensação de se estar a ser vigiado” continuamente. Baseadas na citação da autora, entendemos que um adolescente que está sendo vítima de uma perseguição tão cruel, possivelmente terá comprometimento no rendimento escolar.

Na cibercultura, a utilização das TIC pelos jovens para estudar, pesquisar, se relacionar ou para a prática de fenômenos como o *ciberstalking*, traz novos desafios à formação, à atuação do professor em sala de aula. Diante de tantos compromissos pedagógicos e conflitos que surgem cotidianamente no espaço escolar, há momentos em que os docentes se sentem impotentes e, ao contrário do que possa parecer, não intervêm por medo ou por omissão, na realidade não sabem como agir.

Demonstrar essa fragilidade não coloca o docente em uma posição desfavorável ao aluno, aos desafios presentes no espaço escolar, pois é humano aceitar que não sabemos tudo, nem precisamos, mas todos os dias somos convidados a aprender. A seguir apresentaremos o resultado das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa.

5.3 Compreensão e relações: o coordenador pedagógico, os professores e o *ciberstalking*

O que se pretende investigar, realmente, não são os homens, como se fossem peças anatômicas, mas o seu pensamento-linguagem referido à realidade, os níveis de sua percepção desta realidade, a sua visão do mundo, em que se encontram envolvidos seus “temas geradores”. (FREIRE, 1975, p. 50).

Nesse subitem, serão apresentados os dados coletados por meio da entrevista semiestruturada realizada com os professores e o coordenador pedagógico. A seleção dos sujeitos ocorreu de acordo com os seguintes critérios de inclusão:

- 1- A formação inicial pertencer às áreas de conhecimentos previamente selecionadas (ciências exatas, humanas, linguagens);
- 2- Ser professor dos anos finais do ensino fundamental;
- 3- Ter respondido ao questionário disponibilizado pelas pesquisadoras.

Depois que recebemos os questionários os dados foram analisados, quantificados e apresentados em forma de quadro e números para que se pudesse conhecer o perfil sócio/profissional dos sujeitos tais como: Nome, idade, gênero, função, formação inicial, formação continuada e tempo de atuação na docência. Incluímos no quadro nessa fase da pesquisa as datas em que as entrevistas foram realizadas. (Quadro 7).

Quadro 7: Sujeitos da pesquisas							
NOME	IDA DE	GÊ NE RO	FUN ÇÃO	FORM. INICIAL	FORM. CONTINUADA	TEMPO ATUAÇÃO	DATA ENTRE VISTA
Maria	44 anos	F	P	Biologia Física	Pós-graduada em Biologia	4 anos	12/05/2020
Ismael	35 anos	M	P	Letras Inglês		5 anos	14/05/2020
Daenerys	33 anos	F	P	História	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em História da América/ Mestrado em Estudos Culturais	4 anos	19/05/2020
Leila	49 anos	F	P	Letras Português	Pós-Graduação em Educação Ambiental	20 anos	20/05/2020
Alto	39 anos	M	CP	Ed. Física	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Docência do Ensino Superior	4 anos	27/05/2020

Fonte: elaborado pela autora em 12 jun. 2020.

Os sujeitos da pesquisa são quatro docentes e o coordenador pedagógico dos anos finais do ensino fundamental. Sendo dois professores do sexo masculino e três do sexo

feminino. Os professores são formados em biologia, letras/inglês, história, letras/português e o coordenador pedagógico é formado em educação física. A maioria dos professores possui pós-graduação *lato e stricto sensu*, a média de tempo de atuação varia de 4 a 20 anos, todas as entrevistas foram realizadas no mês de maio do ano de 2020.

Segundo pesquisas científicas na área educacional, com o advento da internet e a democratização do acesso às TIC, as pessoas de maneira global estão cada vez mais interligadas, conectadas, dessas interações emergem fenômenos da cibercultura como o *ciberstalking*, um fenômeno praticado segundo pesquisas científicas por sujeitos das mais variadas classes sociais, gêneros, idades, porém sua prática tem avançado consideravelmente entre adolescentes.

Por entender, que no espaço escolar se faz presente uma parcela significativa dessa juventude antenada, destemida, conectada em rede e que “o contexto educacional está imerso em diferentes interesses e valores, muitas vezes contraditórios, e os professores precisam ter condições de realizar análises críticas dentro desse cenário” (ALMEIDA, 2019, p. 37), que trazemos como segundo objetivo: Investigar a compreensão do(o) coordenador(a) pedagógico(a) e dos professores dos anos finais do ensino fundamental sobre o conceito do *ciberstalking*. A professora Maria fala:

Eu já li sobre o cyberstalking numa reportagem no site UOL, ele é um fenômeno dessa sociedade fruto da exposição exagerada da população na internet. O que nós escutamos também é que as pessoas ficam stalkeando o Facebook vendo, buscando o que as outras postaram, mas eu nunca vi acontecer dessa forma com alguém. (MARIA).

A professora Maria, relata que já teve acesso a informações sobre o *ciberstalking* em uma reportagem na plataforma da UOL (Empresa Brasileira de Produtos e Serviços de Internet). Ela compreende o *ciberstalking* como um fenômeno social resultante da cultura da superposição dos sujeitos contemporâneos na rede. Segundo a docente, os sujeitos têm utilizado como estratégia, na atualidade, suas contas nas redes sociais como o *facebook* para acompanhar a vida de outras pessoas. Que é do seu conhecimento a ação de *stalkear*, mas não associada à prática de perseguição virtual.

A democratização da informação por meio da internet permitiu que os sujeitos se organizassem em torno de interesses comuns e as redes sociais surgem desses movimentos colaborativos. Segundo Torres (2009, p. 113), as redes sociais são “[...] sites ou recursos que permitem a interação e troca de informações entre pessoas, ou melhor, das redes de pessoas formadas por meio dos recursos dos sites que participam”.

Nos últimos anos, presenciamos a propagação de várias redes sociais, *Facebook*, *Twitter*, *Snapchat* e *Tik tok*, dentre outras que são utilizadas por milhares de pessoas diariamente como espaço de socialização, entretenimento, trabalho e formação. O *Facebook* citado pela professora Maria consiste em “um dos maiores repositórios de fotografias [...], nesse universo *on line* as imagens vão dando [...] forma aos nossos modos de imaginar, produzir, conceber e ser” (MELO, 2002, p. 60). E, também vão nos expondo.

A prática da publicação simultânea de imagens do cotidiano da vida privada em diferentes redes sociais tem se intensificado entre os sujeitos de todas as faixas etárias nos últimos dez anos. Postam-se imagens do interior da casa no café da manhã, a saída e chegada à escola, na academia, no trabalho e no *shopping* com os amigos. Sibilia (2008), fala que nessa sociedade prevalece o imperativo da visibilidade, que é a necessidade de expor a vida privada na internet, ou seja, só existe no ciberespaço quem é visto.

De acordo com Sibilia (2008), essa necessidade exagerada de exposição vem para suprir a falta de comunicação pessoal. Nesse intuito, as pessoas vão postando imagens, pensamentos e ideias que expressam sua personalidade, individualidade, como elas são fisicamente, o que fazem, o que pensam com a intenção que outros perfis se identifiquem abrindo caminho para novas relações.

Imersos na cultura da superexposição, sem perceber as pessoas de todas as faixas etárias, inclusive a juventude, passa a quem tiver acesso a suas redes sociais um roteiro de informações pessoais que favorece a ação de criminosos, pedófilos e *stalkers* e “estas novas redes sociais dão total abertura para a divulgação das mesmas” (CARVALHO et al., 2017, p. 20). Já o professor Ismael (2020), diz:

O termo cyberstalking eu ainda não tinha ouvido falar, mas, stalkear sim, na universidade no curso de letras português/inglês o professor comentou sobre ir ao perfil da pessoa no Facebook e fazer análise saber como ela é. Ele comentou que fora do Brasil essa prática é comum e é utilizada por influencers para saber o que você gosta, o que não gosta, o que você curti, o que não curti com a finalidade de oferecer algum produto. Agora em relação a esse tipo de perseguição que essas pessoas fazem eu nunca tinha ouvido falar. (ISMAEL).

Cada ser humano possui construção histórica e cultural distinta. Durante as suas vivências, nas interações sociais, vão despertando interesses diferentes por arte, profissão, relacionamentos, educação, lazer e política dentre outros. Baseados nesses gostos e aptidões empresas de comunicação, prestação de serviços e venda de produtos diversos optam como

estratégia *stalkear* o perfil das pessoas nas redes sociais para ter embasamento de suas preferências para futuras ofertas de produtos e serviços.

O professor Ismael fala que já tinha obtido informações no espaço acadêmico sobre ação de *stalkear*, mas, para fins comerciais. Na sociedade capitalista, as TIC têm servido principalmente aos interesses, objetivos e ambição de expansão de diversas empresas pela quebra de barreiras físicas. Com relação à prática de *stalkear* como meio de perseguição para a manipulação e intimidação *on line*, a ele era indiferente.

Entretanto, ressaltamos que as estratégias utilizadas para fins comerciais são as mesmas usadas pelo agressor; “buscar ou copilar várias informações que uma vítima possa ter postado em redes sociais com a intenção de localizar informações pessoais e usar estas informações para assediar, ameaçar e intimidar a vítima, seja *on line* ou no mundo real (FINN, 2004, p. 469). Com relação ao *ciberstalking* a professora Leila fala:

Já ouvi a palavra soando em alguns espaços (noticiário, roda de conversa). Compreendo como uma forma de coação e manipulação de pessoas frágeis por pessoas que não aceitam ser rejeitadas ou a quebra de um relacionamento afetivo ou amizade com a vítima. Entendo que o stalker tem um objetivo claro de vencer pela insistência e pressão psicológica de forma a desestabilizar a vítima. Percebe-se que ao ser perseguida a vítima acaba por desenvolver um sentimento de impotência e medo do desconhecido, desencadeando diversos problemas psicológicos e emocionais. (LEILA).

A professora Leila, teve acesso ao nosso objeto de pesquisa pelos mais diferentes meios de comunicação. Para a docente, o *ciberstalking* consiste no ato de intimidar, ameaçar a vítima tendo como objetivo exercer controle sobre suas ações. Segundo a professora, o *ciberstalking* é praticado por pessoas que possuem dificuldades de aceitar a negação e/ou a ruptura de relação entre amigos e/ou parceiros amorosos.

A fala da professora Leila, vai ao encontro com a de Spitzberg e Hoobler (2002, p. 69), quando dizem que: “a maioria dos casos de perseguição evolui de relacionamentos anteriores em que uma das partes está realizando esforços para restabelecer intimidade ou vingança exigente por ter a intimidade removida de suas vidas”.

Sobre a compreensão do fenômeno *ciberstalking*, a professora Leila fala que ao aceitar participar da pesquisa se sentiu provocada e foi pesquisar sobre o assunto na internet “o novo assusta, porém eu estava disposta a aprender, acredito que de alguma forma todos nós compreendemos o quão assustador é ser perseguido em qualquer espaço” (LEILA).

O diálogo entre homens que têm como bem comum o saber agir só será estabelecido se tivermos a humildade de aceitarmos as contribuições do outro sem temer, sem

definhar com a possibilidade da superação do velho. Isto não significa descartar os conhecimentos já existentes, mas nos apropriarmos daquilo que nos serve para seguir adiante (FREIRE, 1975).

Outra consideração da professora Leila é que a vítima de *ciberstalking* é geralmente uma pessoa frágil, isso não é um imperativo. Segundos as pesquisas analisadas, não é que todas as vítimas são frágeis, elas se tornam frágeis e inseguras pela perseguição que sofrem cotidianamente “dado que os perseguidores se valem de tais táticas múltiplas de intrusão e invasão por períodos tão duradouros, que tal invasão terá impactos significativos em suas vítimas” (SPITZBERG e HOOBLER, 2002, p. 69).

O *stalker* não mede esforço para alcançar seu objetivo “durante esse período, o perseguidor tortura psicologicamente o objeto de afeto através de chamadas incessantes em todas as horas, com notas e presentes indesejados aparecendo em lugares surpreendentes, como no trabalho, na escola, nos locais de recreação, socialização e em casa” (SPITZBERG e HOOBLER, 2002, p. 70). Já a professora Daenerys fala:

Esse termo sobre os stalkers eu já tinha ouvido falar pela internet no portal UOL e pelo Instagram que é a rede social que eu utilizo onde o noticiário falava de pessoas que ficam de certa forma cercando, querendo saber tudo da vida de outras pessoas. Ano passado eu assisti uma matéria no fantástico sobre o ciberstalking. Depois umas amigas da pós-graduação falaram: Gente vocês precisam assistir a série You na Netflix!”. Meu filho assistiu e comentou: nossa! têm pessoas muito doentes, fazem de tudo para saber e controlar a vida do outro. Esse termo é americanizado, mas, eu entendo que tudo se dá pelas relações sociais, pelo excesso de exposição que as pessoas fazem de sua vida privada sem fazer o devido filtro para o conteúdo ser visualizado somente por quem lhe conhece. (DAENERYS).

As considerações da professora Daenerys, reforça o que já contextualizamos durante toda a construção da dissertação, que o *ciberstalking* já é uma realidade no Brasil e que o debate sobre o fenômeno vem acontecendo nos mais diferentes espaços sociais, acadêmico, familiar, jurídico, educacional, de diferentes formas, reportagens em sites e na televisão por meio da exibição séries dentre outros.

Para Daenerys, a prática do *ciberstalking* é o resultado negativo da cultura da superexposição da vida privada nas redes sociais sem as devidas configurações de segurança disponibilizada pelas plataformas. Segundo Spitzberg e Hoobler (2002), quanto mais uma pessoa se expõe e permite que anônimos tenham acesso a suas publicações de atividades rotineiras, maior o risco de sofrer perseguição.

Adicionar as configurações de privacidade dificulta a ação de estranhos, mas, não é um impeditivo se o *stalker* fizer parte do círculo de convivência social da vítima, esse é o alerta que a professora faz: “*temos que ter cuidado com pessoas aquelas que vimos duas ou três vezes e já nos consideram amiga daí lhe mandam convite e por educação você acaba aceitando*” (DAENERYS).

Para a docente algumas pessoas acreditam que ao aceitar sua solicitação de amizade nas redes sociais “*você lhe concede o poder de invasão, pessoas que fogem de sua própria realidade e escolhem sua vida para viver de alguma forma, isso é assustador*” (DAENERYS). Segundo Spitzberg e Hoobler (2002), uma parcela significativa de *stalkers* tende a praticar a perseguição com amigos, familiares e ex-parceiros afetivos. Já o coordenador Alto, diz:

Confesso a você que eu não tinha conhecimento sobre a denominação ciberstalking. Nós sabemos que têm pessoas que perseguem à outra uma vez que ouve ou vê daí simpatiza e/ou não simpatiza e começa uma perseguição na rede, na vida. Um caso muito conhecido por mim é o daquela modelo Ana Hickmann que foi atacada por um homem e o cunhado conseguiu tomar a arma e o matou. foi uma perseguição que começou no espaço virtual e foi para o físico. Agora com sua pesquisa entendo que se tratava de um caso de ciberstalking. (ALTO).

O coordenador pedagógico revela que não tinha conhecimento que a prática de perseguir outra pessoa no ciberespaço era denominada de *ciberstalking*. Para ele, alguns casos de perseguição começam nas interações da vida cotidiana. Alto, passa uma parte significativa do tempo que concedeu a entrevista correlacionando à pesquisa com os conhecimentos que já possuía sobre as diferentes formas de perseguição relatando casos e fatos que teve acesso nos mais diferentes espaços sociais.

Escolhemos para compor o texto da dissertação uma fala em que o coordenador Alto, reflete sobre o caso de *ciberstalking* vivido pela modelo, apresentadora de TV e empresária do ramo da moda Ana Hickmann. A nível mundial, a maioria dos artistas utiliza como estratégia para a divulgação de seu trabalho, a interação com os fãs e a geração de capital a criação de páginas em diferentes redes sociais.

Segundo Moreira et al. (2017, p. 110), “*não há um encontro de corpos no ambiente virtual, mas de imagens, e essa prevalência do registro imaginário deixa exposta a imagem como constitutiva do eu, que sustenta a identificação imaginária*”. Para os autores, a utilização das TIC permite que os sujeitos na atualidade reconstruam as formas de se relacionarem com o outro mesmo à distância.

Nessas interações vão utilizando as redes sociais como “um espaço de digitalização da vida cotidiana, na verdade, na maioria das vezes sem regras, ao léu” (SANTOS, 2017, p. 26). Nesse sentido, Carvalho et al. (2017, p. 27), pontuam que as interações nas redes sociais ou comunidades virtuais nunca são puras porque elas são cercadas de sentimentos e atitudes intencionais onde “os laços de uma comunidade estão sempre associados a estratégias, conflitos ou mesmo à violência”.

Nesse sentido, Paulo (nome fictício), um dos milhões de seguidores de Ana Hickmann, começou a despertar a preocupação da modelo, de seus familiares e amigos pelo comportamento obsessivo demonstrado por meio de mensagens insistentes, repetidas e agressivas enviadas para os diversos meios de comunicação que ela utilizava. Diante da recusa de Ana Hickmann em responder suas mensagens e o que ele determinava a perseguição evoluiu do ciberespaço para o espaço físico.

Em maio do ano de 2016, na cidade de Belo Horizonte, o fã totalmente descontrolado invadiu o apartamento em que a modelo se hospedou com a família, com o intuito de fazer valer sua vontade e passou horas com uma arma apontada para a cabeça da modelo ameaçando tirar sua vida. Não conseguiu, foi morto antes. Para Spitzberg e Hoobler (2002, p. 68), “com o aumento da comunicação interpessoal aumenta o potencial para a intrusão tornando a perseguição e intrusão relacional obsessiva”. Segundo Alves (2004):

É através da mixagem das linguagens oral, escrita e digital, bem como do próprio corpo, que muitos jovens comunicam os seus desejos, raivas e frustrações, o que, muitas vezes, se manifesta através de uma violência simbólica ou até mesmo concreta. (ALVES, 2004, p. 77).

Entretanto, associar a utilização das redes sociais somente à cultura da superexposição, à postagem de banalidades, à prática de fenômenos virtuais como o *ciberstalking*, onde a violência psicológica é uma de suas características, é um erro. As redes sociais também se constituem como espaços de construção de conhecimento, de compartilhamento e difusão de informações de interesses comuns para a sociedade como campanhas de vacinação, prevenção da dengue entre outras. As interações nas redes sociais “é um caminho sem volta, e como todo caminho, tem suas pedras” (SANTOS, 2017, p. 92).

De acordo com os dados coletados, a maioria dos professores demonstraram compreensão sobre o fenômeno, se surpreenderam com os perigos implicados por meio da prática do *ciberstalking* e os transtornos cognitivos causados na vida da vítima. No diálogo ficou evidenciada a tensão, a preocupação com possíveis casos que podem estar acontecendo

com os alunos da escola e devido à correria do dia-a-dia e o excesso de trabalho docente os casos estarem passando despercebidos.

São vários os desafios enfrentados por nós todos os dias, mas, penso que o maior deles é formar os alunos para o respeito e a aceitação das diferenças para a convivência harmônica dentro e fora do espaço escolar. Procurar estratégias de frear o bullying praticado entre os adolescentes já é um preocupação da escola, mas, o cyberstalking causa uma dimensão ainda maior de sofrimento. Algum aluno pode estar sofrendo com essa situação e o excesso de trabalho contribui impedindo-nos de enxergar isso é angustiante acredito que precisamos refletir melhor sobre tudo isso. (LEILA).

Compartilhando do pensamento da professora Leila, o coordenador pedagógico afirmou algumas vezes durante a entrevista: *“precisamos de tempo para assimilar todas as informações que tivemos acesso durante o período que foi desenvolvido a pesquisa e quem sabe utilizá-las para traçar estratégia para o espaço escolar”* (ALTO). O envolvimento dos sujeitos que participaram da pesquisa aconteceu de forma contínua e aos poucos eles iam assimilando, refletindo, acomodando, socializando, contribuindo.

Demonstrando preocupação uma das professoras fala: *“É preciso pensar em formações continuadas com essas temáticas contemporâneas referentes ao uso das TIC, todos os dias somos surpreendidos no espaço escolar”* (LEILA). Os vários fenômenos sociais, culturais e políticos resultantes da cultura digital trazem para a educação momentos de incertezas, nesse sentido os docentes anseiam por mudanças, mas, às vezes é difícil definir o caminho a seguir.

Em uma sociedade em constantes transformações sociais, a formação de professores assume o papel fundamental de ultrapassar a visão do ensino para a “mera atualização científica, pedagógica e didática e se transforma na possibilidade de criar espaços de participação, reflexão e formação para que as pessoas aprendam e se adaptem para poder conviver com a mudança e a incerteza” (IMBERNÓN, 2000, P.15). De modo que possibilite, segundo Ghedin, Almeida e Leite (2008):

Ao profissional docente saber lidar com o processo formativo dos alunos em suas várias dimensões, além da cognitiva, englobando a dimensão afetiva, da educação dos sentidos, da estética, da ética e dos valores emocionais. (GHEDIN; ALMEIDA LEITE, 2008, p. 31).

As formações continuadas se forem planejadas de acordo com a realidade vivida no espaço escolar favorecem o trabalho docente, pois ao pensarem em suas práticas

pedagógicas, os professores terão embasamento teórico-metodológico que lhes possibilitem transcender a visão conteudista do processo de ensino, formando o aluno na dimensão humana, social e política para o convívio em sociedade, para o exercício da cidadania.

Pensar na formação humana, crítica e reflexiva dos alunos em uma sociedade em que os conflitos presentes no espaço escolar agora evoluem para o ciberespaço é relevante, uma vez que a cultura da superexposição associada a esses conflitos podem gerar sérios problemas como a prática do *ciberstalking*. *“É impressionante como os alunos postam tudo que fazem de forma sequenciada com hora, local e data. Eles não sabem os riscos que correm que podem estar colaborando com o agressor”* (MARIA). Segundo a docente:

É preciso trabalhar melhor a educação digital, ensiná-los a questionar o uso das tecnologias, que não se pode percorrer qualquer caminho, os porquês das coisas, o valor, o respeito à vida humana como exercício da cidadania para a convivência social, formar esses sujeitos para aprender a lidar com as diferenças, entender que as pessoas que possuem ideias contrárias as suas não são inimigas. (MARIA).

Segundo a professora Maria, é preocupante a forma desprendida que a juventude navega no ciberespaço, construindo as próprias estratégias de maneira superficial. Para a docente, é fundamental conduzir a formação escolar dos alunos para a educação digital, ou seja, ensiná-los a aproveitar a hiperconectividade para desenvolver habilidades cognitivas que vão além da destreza em manusear computadores e *smartphones* tornando, as práticas de aprendizagem mais dinâmicas, favorecendo a transformação da informação que têm acesso em conhecimento.

Para a docente, *“o estreitamento dos laços de afetividade e o diálogo podem abrir espaço para a descoberta de casos de ciberstalking e/ou de outras problemáticas que os alunos possam estar vivenciando e poder ajudá-los de alguma forma”* (DAENERYS). Concordamos com a professora e referenciamos o nosso pensamento em Siemens (2006), quando diz:

O artista da aprendizagem enxerga beleza no diálogo, na interação, nas conexões formadas entre o que é sabido e o que venha a ser sabido, ou seja, a necessidade de valorizar a beleza do incerto e a aprendizagem como um processo inacabado. (SIEMENS, 2006, p. 108).

A sociedade da informação e comunicação induz os professores a um novo modo de pensar e fazer a educação porque “somos constantemente mediatizados pelo mundo, aquele que nos afeta e que afetamos” (PANIAGO, 2016, p. 17). Não há como negar a imersão dos

jovens nessa cultura digital, os diferentes usos que fazem por meio de seus artefatos tecnológicos, suas causas e efeitos. Nesse sentido, a professora Maria, diz:

Eu vejo que os jovens hoje usam muito facilmente os recursos eletrônicos nas aulas, nas pesquisas, nas interações dos grupos de WhatsApp, na vida. Essa característica é diferente de qualquer outro tempo isso é bom para a formação. Por outro lado me preocupa como eles utilizam as redes sociais e acabam colocando tudo que está acontecendo em suas vidas passo a passo; vai à esquina, tira a foto e posta que está lá. Um faz o outro vê e faz também. Claro que isso é um direito deles, mas, também abre portas para quem tem esse problema de estar investigando sabendo tudo que o outro faz para perseguir. (MARIA).

Segundo a professora Maria, os jovens dessa sociedade se diferem das demais pela destreza que possuem ao utilizarem as TIC. Para a docente, essa característica favorece o processo de ensino/aprendizagem. A docente, ainda ressalta, que é preocupante como os alunos na atualidade compartilham detalhes da vida cotidiana de forma sequenciada, cronológica nas redes sociais. Essa exposição influência e vira tendência entre os adolescentes, o espaço virtual torna-se um cenário de manifestações individuais abrindo caminho para que o *stalker* sinta-se à vontade para agir.

O *ciberstalking*, é praticado por um agressor sem rosto, que se utiliza da internet para a pesquisa, a invisibilidade, a persistência associados as dificuldades presentes que levem a sua descoberta e localização, todos esses fatores contribuem para a perpetração dos seus atos que podem ser realizados da sala de tecnologia da escola, da sala de aula com o uso do aparelho celular e/ou da comodidade do seu lar.

O *stalker* não dimensiona os prejuízos de ordem social, física e emocional causados na vida da vítima. A prática do *ciberstalking*, é um verdadeiro desafio ao monitoramento, a intervenção e atribuição legal de responsabilidades, por se sentir livre o agressor continua atuando. Certo é que ainda temos muito que avançar em termos de pesquisa com relação ao estudo desse fenômeno.

Franklin (2019, p. 142), cita que “a liberdade de expressão dentro dessas tecnologias permitiu a expansão de diversas questões, como o discurso de ódio, o *cyberbulling* e as *fake news*, mas também abriu portas para novos diálogos sobre questões coletivas antes vistas como individuais”. A relação homem máquina a cada novo avanço tecnológico gera muitas discussões dentro e fora do Brasil, nesse sentido o professor Ismael fala:

Esse fenômeno, infelizmente, é um fenômeno da relação ser humano/máquina, no meu ponto de vista nós ainda não sabemos utilizar a máquina em si, os benefícios que ela traz para nossas vidas, as informações, esse mundo de opções, variedades que nos podemos analisar, pesquisar, buscar entender onde usar no trabalho, na escola, na vida. Nós não sabemos nos relacionar ainda um com o outro o ser humano tem essa dificuldade de relacionamento e aí a máquina entra e aparentemente ela ajuda, mas, nesses casos vemos que ela atrapalha, traz problemas se não for utilizada da maneira correta. Então eu vejo de forma negativa a utilização da mídia social, das redes sociais para essa finalidade a prática do cyberstalking. Nós dizemos que somos livres e no final das contas não somos ou qual é o ponto de estar livre e/ou estar preso? Posso posta uma foto da minha família no facebook, instagram, no twitter ou em outro lugar e não ter a dimensão se estou sendo stalkado por alguém e em qual momento isso vai me trazer algum problema. Infelizmente agente tem que ser um pouco limitado com relação a interação nas mídias sociais. (ISMAEL).

Para o professor Ismael, o *cyberstalking*, é um fenômeno social que surge da relação superficial do homem com a máquina. Que ainda não compreendemos os inúmeros benefícios que a utilização das TIC traz para nossa vida se nos propusermos a analisar o universo de informações a qual temos acesso e buscarmos entender a melhor forma de aplicá-las para o nosso desenvolvimento pessoal, profissional e acadêmico.

Segundo Ismael, os sujeitos possuem dificuldades de se relacionarem uns com os outros no espaço físico, a máquina entra como um facilitador dessas relações no espaço virtual. Nesse contexto “as ações dos atores podem expor a necessidade de somar e construir um laço social ou enfraquecer e destruir outro laço [...], onde [...] cada ator agirá sem intermediário, quando quiser, sem filtro e hierarquia e em tempo real” (CARVALHO et al., 2017, p. 24).

A busca pela interação no espaço virtual se dá também pelo “o aprofundamento do sentimento de solidão dos indivíduos, que ressoam do afrouxamento das relações familiares desde a Revolução Industrial” (CARVALHO et al., 2017, p. 24). Igualmente o autor informa que essa tomada de decisão abre sérios precedentes para a ciberviolência como a prática do *cyberstalking*.

O professor Ismael reflete que não temos como controlar o teor crítico, as análises que a pessoa que visualizou a foto em nosso perfil fará de nós, o que vai fazer com essas informações, que temos liberdade para utilizar as redes sociais como quisermos uma liberdade vigiada que a qualquer momento pode nos causar sérios problemas. Já o coordenador Alto diz:

Muitos jovens não têm conhecimento, noção dos perigos existentes na internet eles entram em sites, perfis falsos, dão telefones, postam fotos de tudo que fazem, interagem com pessoas que não conhecem depois fica complicado para saírem dessa situação. A grande exposição começa deles vejo como uma fragilidade essa parte tecnológica onde na maioria das vezes os jovens são induzidos a cometer erros, o uso das tecnologias precisa ser trabalhado melhor, escola e família precisam caminhar juntas. (ALTO).

O coordenador pedagógico, pontua que a superexposição nas redes sociais, associada ao espírito aventureiro típico dos jovens em desbravar espaços desconhecidos e fazer novas amizades pode levá-los a compartilharem informações pessoais que resguardam sua segurança. Família e escola precisam trabalhar em conjunto para que os jovens compreendam como utilizar as TIC com responsabilidade.

Na cibercultura “as redes sociais permitem que as pessoas tenham uma ideia de integração mundial, repleta de sonhos, capacidade criativa para criação e compartilhamento de conteúdos e poder democrático” (CARVALHO et al., 2017, p. 28). Essa sensação de pertencimento, de liberdade e segurança na visão do coordenador “*podem ser fatores que influenciam esses sujeitos tanto a praticar o cyberstalking como vir a ser uma possível vítima*” (ALTO).

Os adolescentes que têm acesso a internet, passam uma parte significativa do seu tempo diário imersos em ambientes virtuais conectados a tantos outros adolescentes simultaneamente ligados em uma teia comunicacional a nível mundial. Jenkins (2006, p. 42), argumenta que essa juventude ao fazer “uma lição de casa pode trabalhar ao mesmo tempo em quatro ou cinco janelas no computador: navegar na internet, ouvir e baixar vídeos mp3, bater papos com os amigos, digitar um trabalho e responder *emails*, alternando rapidamente as tarefas”

Diante desse contexto, Freire (1997, p. 53), diz: “não tenho dúvida nenhuma do enorme potencial de estímulos e desafios que a tecnologia põe a serviço das crianças e adolescentes das classes sociais chamadas mais favorecidas”. Foi esse motivo que o levou enquanto secretário de educação da cidade de São Paulo a oportunizar as crianças da rede municipal de ensino o acesso ao computador, “a curiosidade instigada pelos computadores com os quais convivem convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca do perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser” (FREIRE, 1997, p. 53). É fundamental que o professor que lida cotidianamente com essa juventude seja:

Um eterno pesquisador. Um profissional que se reinventa a cada dia, que aceita os desafios e imprevisibilidade da época para se aprimorar cada vez mais, que procura conhecer-se para definir seus caminhos, a cada instante. (KENSKI, 2003, p. 90).

Para aprimorar o trabalho docente, o professor tem buscado cada vez mais participar de cursos de formação continuada, porém o professor se faz na prática cotidiana, tentando, criando, recriando, errando, acertando onde os saberes adquiridos pelas experiências pessoais e profissionais vão lhe constituindo. Compreendemos que “muita coisa da profissão se aprende com a prática, pela experiência, tateando, descobrindo, em suma, no próprio trabalho” (TARDIF, 2002, p. 86).

Nós enquanto professores não precisamos saber tudo, nem devemos nos colocar nessa posição de salvador dos problemas da humanidade, do mundo, mas, devemos estar abertos a novos diálogos, a novas aprendizagens de acordo com as demandas educacionais que vão surgindo. Nessa perspectiva “podemos não saber exatamente e com precisão o porquê de alguma coisa, mas podemos enxergar ou ousar e sentir que nós mudamos, crescemos e nos desenvolvemos e é esta a magia da aprendizagem” (SIEMENS, 2006, p.21).

Segundo Freire (1975, p. 97-98), “a educação autêntica, repitamos, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo [...], onde temos diferentes percepções dos acontecimentos, essas percepções são [...] impregnadas de anseios e dúvidas, de esperanças, que implicam temas significativos, à base dos quais se constituirá o conteúdo pragmático da educação”.

Acreditamos que a aplicação do conhecimento produzido será relevante para a compreensão conceitual e a conscientização social desse fenômeno tão complexo para além dos muros institucionais, fomentando o debate, visando a prevenção precoce de novos casos e a intervenção com mais segurança em casos já existentes. É essencial pensar a formação dessa juventude para o desenvolvimento pessoal, social, educacional de forma positiva. A seguir explanarem as reflexões dos professores em resposta ao terceiro objetivo específico da pesquisa.

5.4 Práticas pedagógicas e o *ciberstalking*

Para responder o terceiro objetivo específico de nossa pesquisa que é; Compreender como os professores dos anos finais do ensino fundamental abordam o tema *ciberstalking* em suas práticas pedagógicas, trazemos para análise textual do discurso dos

docentes a inspiração nos escritos de Freire (1996), que se refere à prática pedagógica como uma relação dialógica onde a construção do conhecimento é concebida por alunos e professores baseada na leitura da realidade vivida por esses atores de forma crítica.

Compartilhando das ideias de Freire (1996), Fernandes (1999), cita que a prática pedagógica é uma:

Prática intencional de ensino e aprendizagem não reduzida à questão didática ou às metodologias de estudar e de aprender, mas articulada à educação como prática social e ao conhecimento como produção histórica e social, datada e situada, numa relação dialética entre prática-teoria, conteúdo-forma e perspectivas interdisciplinares. (FERNANDES, 1999, p. 159).

De acordo com Fernandes (1999), as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores desde o planejamento até sua concepção em sala de aula devem ser pensadas para além da transmissão de conhecimento, cumprimento do currículo, planos, metas e métodos. Antes se deve analisar o contexto social que a escola esta inserida, qual o papel da educação formal nesse contexto e o que deve ser priorizado, abrindo espaço para questionamentos, provocando concepções acríicas dos alunos para a transformação social, nessa relação dialógica, “quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE 1997, p. 25).

Todavia, esse não é o único caminho seguido nas escolas “há prática docentes construídas pedagogicamente e há práticas docentes construídas sem perspectiva pedagógica, num agir mecânico que desconsidera o ser humano [...], ao agir de forma puramente técnica em sala de aula o professor desconsidera [...] a vigilância crítica, a responsabilidade social” (FRANCO, 2016, p. 514-535).

Veiga (1992, p. 16), define a prática pedagógica como “[...] uma prática social orientada por objetivos, finalidades conhecimentos e inserida no contexto da prática social. A prática pedagógica é uma dimensão da prática social”, permeada pelas contradições, pelas exclusões, pela marginalização social, econômica, cultural onde todos esses fatores foram dimensionados pelo uso das TIC.

Para Garcia (1999, p. 243), prática pedagógica é “[...] um conjunto de atividades pré, inter e pós-ativas que os professores têm de realizar para assegurar a aprendizagem dos alunos”. Já para Franco (2008):

A prática pode ser tanto uma circunstância para transformar a própria prática e os sujeitos que dela participam como, paradoxalmente, a prática pode ser, também, a circunstância para reificar a própria prática e, assim, blindar o

sujeito, impedindo-o de receber da prática seus ingredientes fertilizantes e formadores. (FRANCO, 2008, p.111).

Segundo o autor, a prática intencional que favorece a transformação de si e do outro vai além da aplicação de procedimentos teóricos-metodológicos. Ela necessita estar impregnada de representações coletivas que fundamentam a tomada de decisão do docente frente às demandas institucionais. Franco (2008), explica, que alguns professores colocam-se numa posição de conforto e agem de forma puramente técnica por entenderem que não possuem conhecimentos científicos para enfrentar os desafios da realidade educativa.

Precisamos ter ciência que não importa a profissão que exercemos, nunca alcançaremos a totalidade de nada que nos propusermos a fazer, mas, acreditamos que dentro das condições físicas e materiais disponibilizados nas escolas e universidades públicas e privadas do Brasil, a classe docente tem avançado consideravelmente em suas práticas pedagógicas nos últimos anos.

Partindo de todas essas considerações, em resposta ao último objetivo específico que visa; Compreender como os professores dos anos finais do ensino fundamental abordam o tema *ciberstalking* em suas práticas pedagógicas, a professora Maria fala:

Eu abordaria em sala de aula em forma de debate mostraria vídeos e ia ver o feedback dos alunos: como eles gostariam de dialogar? O que eles acham? É correto? Não é correto? Que sentimentos desperta neles? O que poderia ser feito para evitar a invasão da liberdade do outro. Aguardaria o retorno deles para juntos buscarmos uma compreensão do fenômeno mais viável para todos nós. (MARIA).

Ao assumir essa postura, a professora Maria opta por diagnosticar a percepção cognitiva e afetiva reconstruindo o conhecimento com os alunos a partir do que foi a princípio compartilhado, ao assumir essa postura a docente conduz a aula de forma democrática e se exime do papel de detentora do conhecimento, foge da educação bancária e instiga os alunos a pensar por meio da problemática apresentada demonstrando respeito ao diálogo e aos saberes de todos os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem.

Nogueira e Oliveira (2011), citam que existem educadores que visualizam o aluno como o principal agente no processo de construção do conhecimento e que suas preocupações fundamentalmente são auxiliá-los para o desenvolvimento de suas capacidades e aptidões através de suas expectativas e interesses. Já o professor Ismael diz:

Em sala de aula, eu abordaria os pontos negativos, porquê, quando você começa a querer ser um intruso, coletar informações da vida da pessoa sem

a permissão dela e/ou com a permissão na rede social é crime. O que eu vejo é que as pessoas ainda não sabem utilizar as ferramentas de segurança das páginas, porque o facebook tem todo o suporte na configuração dele para você bloquear pelo menos diretamente quem pode ver seu post, compartilhar, ver sua linha do tempo, ver sua foto de capa, quem você vai receber, quem você não quer na sua página. A interação do ser humano com as redes social ela muito ruim porque ela é volátil, ele tem pressa quer utilizar, mas não quer aprender sobre o que ela traz de bom ou ruim. (ISMAEL).

O professor Ismael, menciona, que iniciaria sua aula explicando para os alunos que estarmos adicionados ou não às redes sociais de outras pessoas não nos concede o direito de usurpar informações pessoais, que essa prática é ilícita. Depois abordaria as implicações negativas da cultura da superexposição *“um post realizado na rede não tem volta, ainda que você apague, sua imagem continua circulando, pois outras pessoas já podem ter compartilhado ou tirado print, isso é muito sério”* (ISMAEL).

De acordo com o professor interação do homem com as redes sociais é inconstante *“a informação chega e o homem só quer ver e compartilhar”* (ISMAEL). Para o docente, o homem contemporâneo é imediatista, por ter pressa ele não quer perder tempo aprendendo como utilizar os artefatos tecnológicos, o que eles trazem de configuração, os benefícios e as implicações negativas.

Para Ismael é fundamental ensinar os jovens como utilizar as redes sociais com segurança, para estudar, trabalhar, interagir, se divertir:

Dentro de sala é necessário abordar como utilizar com segurança o WhatsApp e as outras mídias sociais em todas as dimensões do trabalho ao entretenimento. Eu faço isso, mas abordo de maneira geral não dizendo cuidado com a prática do bullying, do cyberbullying, do cyberstalking e outros problemas. É tanto trabalho, tanta correria, mas, eu levaria o meu próprio perfil do facebook e por meio do projetor do data show mostraria os pontos de configurações para a segurança e qual o caminho de uma postagem com segurança, e as formas diferentes como as pessoas veem e reagem as nossas postagens. (ISMAEL).

Ao tomar como ponto de partida da aula, a exposição do próprio perfil na página do *facebook*, o professor se coloca em posição de igualdade com os alunos por vivenciar as mesmas experiências que eles nas redes sociais. Essa tomada de decisão, segundo Sacristán e Gómez (1998), pode contribuir para que o que foi planejado pelo professor de maneira intencional, a utilização das TIC com segurança, se materialize contribuindo para a mudança de atitudes dos alunos.

Verdum (2013, p. 95), baseada nos escritos de Freire (1986), pontua que em sala de aula o professor não ensina apenas os conteúdos de uma disciplina “suas atitudes falam, seus gestos falam [...], nesse sentido [...] ensinam modos de ser e de estar no mundo atitudes em relação à realidade e à convivência social”. A prática pedagógica intencional visando a formação crítica dos alunos está intimamente relacionada a forma concreta como ela se realiza.

Segundo Finn (2004, p. 410), “os alunos podem ser especialmente vulneráveis ao *ciberstalking* porque vivem em comunidade relativamente fechada onde horários de aulas, telefones e *email* são fáceis de encontrar”. A prática do *ciberstalking* tem avançado consideravelmente nessa instituição e o enfrentamento torna-se uma ação complexa porque a convivência cotidiana no espaço escolar facilita o acesso a todas essas informações.

Partilhando do pensamento do professor Ismael o site *Privacy Rights Clearinghouse* informa que não existe espaço social totalmente seguro, mas, para quem decidir continuar navegando no ciberespaço precisa adotar algumas medidas de prevenção que podem tornar a utilização dos sites e redes sociais um pouco mais seguras, são elas:

-Aproveite as configurações de privacidade. Em alguns sites de redes sociais, você pode tornar seu perfil totalmente privado simplesmente marcando uma caixa. Com outros, como o Facebook, as configurações de privacidade podem ser complexas de navegar;

-Aproveite as vantagens das configurações de segurança adicionais. Um dos melhores exemplos é a autenticação de dois fatores. Ao ativar isso, sua conta exigirá que você forneça algo que você conhece (como uma senha) com algo que você possui (como um dispositivo específico). Portanto, se alguém obtiver sua senha, não será capaz de fazer login na conta sem o código específico que o serviço envia para o seu dispositivo;

-Limitar a quantidade de informações pessoais que você postar em nas redes sociais. Por exemplo, você pode não querer incluir informações de contato, sua data de nascimento, a cidade em que nasceu ou nomes de membros da família;

-Não aceite "pedidos de amizade" ou "pedidos para seguir" de estranhos. Se você reconhece a pessoa que está Aproveite as configurações de privacidade. Em alguns sites de redes sociais, você pode tornar seu perfil totalmente privado simplesmente marcando uma caixa. Com outros, como o Facebook, as configurações de privacidade podem ser complexas de navegar;

-Aproveite as vantagens das configurações de segurança adicionais. Um dos melhores exemplos enviando a solicitação, entre em contato com ela *off-line* para verificar se ela enviou a solicitação;

-Avise seus amigos e conhecidos para não postar informações pessoais sobre você, especialmente suas informações de contato e localização;

-Evite enquetes ou questionários online, especialmente aqueles que solicitam informações pessoais;

-Não publique fotos de sua casa que possam indicar sua localização. Por exemplo, não poste fotos mostrando o número de uma casa ou um ponto de referência de identificação no fundo;

-Tenha cuidado ao ingressar em organizações online, grupos ou "páginas de fãs". Nunca responda publicamente a eventos exibidos online;

-Tenha cuidado ao conectar seu telefone celular à sua conta de rede social. Se você decidir conectar seu telefone celular à sua conta online, tenha extremo cuidado ao fornecer atualizações ao vivo sobre sua localização ou atividades;

-Evite postar informações sobre suas localizações atuais ou futuras, ou fornecer informações que um perseguidor possa usar posteriormente para aprimorar sua localização, como uma resenha de um restaurante perto de sua casa;

-Sempre use senhas forte e exclusiva para cada site de rede social. (PRIVACY RIGHTS CLEARINGHOUSE, 2018).

Não é uma tarefa fácil para os docentes assimilar todas essas informações em meio às constantes transformações sociais, planejá-las, adaptá-las à realidade do espaço escolar para a construção de novos conhecimentos que favoreça o processo de ensino/aprendizagem, mas, é relevante tentar. “O papel do professor em todas as épocas é ser o arauto permanente das inovações existentes. Ensinar é fazer conhecido o desconhecido [...], assim esse profissional vai atuando como um [...] agente das inovações por excelência o professor aproxima o aprendiz das novidades, descobertas, informações e notícias orientadas para a efetivação da aprendizagem” (KENSKI, 2001, p.103).

Durante todo o processo de escrita dessa dissertação foram surgindo várias inquietações tais como; quem forma o professor terá noção que a sua atuação profissional precisa alcançar toda essa dimensão? Nesse sentido, trazemos a fala da professora Leila, que propõe uma prática pedagógica envolvendo a comunidade escolar e outros atores sociais:

Primeiramente, conversaria com todos os professores da turma para saber se o aluno ou os alunos mudaram de comportamento só na minha aula, uma maneira de tentarmos também assimilar quem poderia ser o stalker e a vítima. Posteriormente, levantaria a temática na sala de aula e pediria que trouxessem uma pesquisa sobre a temática. Depois pediria que um estudante assumisse o papel de stalker e outro estudante de vítima por uma semana, onde o stalker deveria perseguir a vítima e não dar paz à mesma (de preferência com estudantes que tenham pouca intimidade uns com os outros). Nesta semana pediria que registrassem em um diário de bordo o que fizeram e como se sentiram no momento em que estavam sendo vítimas e stalker. Em seguida faríamos a apresentação de como foi stalkear e ser

stalkeado, ouvir os relatos de como lidaram com a situação e o que fariam em situações de perseguição extrema onde o medo começasse a fazer parte do seu dia a dia. Para finalizar, faria parceria com a Promotoria Pública de forma a receber uma fala jurídica sobre invasão de privacidade e importunação prevista em lei, convidaria psicólogos da região para debater a temática com os alunos coletando as impressões por eles relatados de forma a também ajudar o estudante que está sofrendo com esta situação real e alertar os outros alunos. (LEILA).

Na proposta de atuação da professora Leila é possível identificar uma prática pedagógica baseada na ação/reflexão/ação envolvendo os saberes profissionais e os adquiridos na sua construção histórica, convivência humana, valorizando outros pontos de vista, outras percepções de alunos, professores, psicólogos e juristas.

A reflexão para ação é uma tentativa que o professor faz buscando superar os desafios que permeiam seu trabalho levando sempre em consideração seus limites e os fatores sociais, culturais e políticos que envolvem e condicionam sua profissão, “o importante é que a reflexão seja um instrumento dinamizador entre teoria e prática” (FREIRE, 2001, p. 39). Questionada sobre o motivo de propor uma prática com essa dimensão a docente continua:

Penso eu que a partir do momento que o estudante está sob o efeito do medo e de pressões psicológicas, este pouco conseguirá envolver-se com a aprendizagem desenvolvida em sala, sem contar que pode desenvolver um processo de reclusão ou mesmo uma fobia social, desencadeada pela situação vivenciada. (LEILA).

A professora Leila, reflete sobre os possíveis problemas que a prática do *ciberstalking* pode desencadear na vida social, acadêmica e na saúde da vítima e que todos esses fatores podem vir a comprometer a aprendizagem do aluno. Segundo Spitzberg e Hoobler (2002, p. 70), a vítima de *ciberstalking* pode desenvolver níveis elevados de “medo, ansiedade, insônia, síndrome de estresse pós-traumático, depressão, desconfiança”. As considerações da professora Leila vão ao encontro com as do coordenador pedagógico quando ele fala:

Fico preocupado porque eu não tenho a menor dúvida de que há uma perda em relação a aprendizagem desses alunos. Aqui na escola temos jovens adolescentes, pré-adolescentes que apresentam grandes problemas de estrutura psicológica, não generalizando, mas, uma boa parcela sim, de repente se deparar com a perseguição de um stalker vão apresentar alteração comportamental em todo o seu convívio social, isso é preocupante. (ALTO).

Segundo o coordenador pedagógico, nessa instituição, há um número significativo de alunos, de diferentes faixas etárias, que enfrentam problemas psicológicos por motivos diversos. Que a possibilidade desses mesmos estudantes tornarem-se vítima da prática do *ciberstalking* lhes causariam danos psicológicos ainda maiores interferindo na aprendizagem e no convívio social.

Dados de várias pesquisas desenvolvidas sobre o *ciberstalking* têm demonstrado que a perseguição do *stalker* “gera um desgaste emocional intenso na vítima, pois há sempre a incerteza do que pode vir a ser a próxima agressão, situação que aumenta o nível de ansiedade e preocupação [...], resultando em implicações que levam [...] à diminuição da concentração e produtividade no trabalho e pode causar, ainda, medo de sair de casa para as atividades mais simplórias” (LIMA, 2017, p.1).

O coordenador pedagógico, volta a refletir sobre as informações que já possuía sobre o *ciberstalking*, envolto em um momento de tensão em meio aos seus pensamentos para por uns instantes e recomeça a falar:

Assisti uma matéria do Fantástico de uma professora da universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ, que sofreu a prática do ciberstalking. Uma mulher adulta que durante todo o ciclo de perseguição desenvolveu problemas psicológicos sérios e precisou pedir licença para cuidar da saúde. Imagina os adolescentes que ainda estão formando a personalidade eles não têm estrutura para suportar esse tipo de pressão. Eu falo para eles: “Cuidado com o que vocês fazem, e com quem interagem na internet”. Agora fico pensando isso é suficiente? (ALTO).

O homem se diferencia dos animais pela racionalidade que possui e pelas relações que faz do mundo com sua realidade, essas características lhe possibilita ser um indivíduo que constrói, que transforma o ambiente em que vive de acordo com os desafios que vão surgindo. Para Freire (1975, p. 191), “os homens são seres da práxis. São seres do que fazer, diferentemente, por isto mesmo dos animais, seres do puro fazer”.

A preocupação do coordenador Alto é relevante uma vez que os adolescentes são considerados como uma população suscetível à prática e à vitimação do *ciberstalking*, mas, todos nós, independentes da classe social, da faixa etária, da profissão que atuamos, da etnia que pertencemos, da orientação sexual, podemos em algum momento da nossa trajetória de vida vir a ser uma possível vítima dessa prática obsessiva. Sobre as práticas pedagógicas, a professora Daenerys fala:

Vamos agindo no automático na escola, preocupados com horários, conteúdos. não pensei que poderia um dia ter essa demanda com um estudante, mas, agora parando para pensar eu achei muito interessante, relevante fazer intervenções na sala nesse sentido, porque eu vejo que os jovens se expõem cada vez mais na internet, no Dix, no Instagram. Eu descobri recentemente que até nudes são enviados nessas contas teoricamente secretas onde só entram aqueles que são teoricamente permitidos, mas, precisamos parar para pensar no seguinte: Qual critério de segurança utilizamos para decidir se a pessoa que pode ver é confiável ou não, Então vai ser muito interessante a partir de agora pensar em algo de forma direta nesse sentido. Vi que tem vários vídeos na plataforma digital You Tube sobre o assunto seria uma opção de passar para os alunos assistirem e debater sobre o que é um stalker no sentido de fazer os alunos perceberem quem realmente merece a confiança deles e o quão perigoso é essa exposição na internet. O que eu vejo é que abordamos questões sobre o uso das TIC como perigos, possibilidades, violência, exposição, perseguição, manipulação, chantagem, porém de forma bem comedida. (DAENERYS).

Os compromissos que envolvem o trabalho docente ocupam boa parte do tempo do professor, na correria cotidiana para dar conta de todas as atividades que lhes é atribuída às vezes falta tempo até mesmo para a reflexão, fator fundamental para o bom desenvolvimento da prática pedagógica.

A professora Daenerys, fala que ainda não tinha pensado na possibilidade que algum aluno poderia estar sendo vítima da prática de *ciberstalking*, que após refletir, ela compreendeu a relevância de futuramente abordar a temática de forma explícita em sala de aula por meio da apresentação de vídeos, dando abertura ao diálogo para que os alunos possam perceber as implicações presentes no envio de fotos íntimas e na prática da superexposição da vida nas redes sociais.

No município em que a escola está inserida os casos de *ciberstalking* que se tornaram público foram praticados entre adolescentes dos anos finais do ensino fundamental. Em um deles a foto íntima de um(a) estudante foi utilizada como instrumento para a manipulação e ameaças, a problemática foi resolvida entre as famílias de vítima e agressor.

A falta de discussão sobre o fenômeno em todos os espaços sociais para a compreensão de suas causas e efeitos na vida da vítima, de medidas de segurança que podem ser tomadas ao utilizar a internet e as atribuições legais que podem frear as ações do agressor podem esta colaborando com futuras práticas de *ciberstalking*. Já o coordenador Alto fala:

Eu como coordenador em relação ao aluno que está sofrendo algum tipo de perseguição faria uma reunião com a gestão administrativa e pedagógica. De imediato convocaria a família do aluno, em seguida o conselho tutelar. Dentro da escola essas medidas precisam ser tomadas para que os mesmos

possam assim como nós ter entendimento dessa situação e aí vão ver quais os procedimentos legais que eles vão tomar, depois reuniríamos com os professores da turma. Também entendo que se o agressor não for alguém da escola perdemos um pouco a autonomia para resolução. Ano passado foi descoberto a perseguição de um aluno com um dos professores nos mais diferentes meios digitais o aluno desqualificava e ameaçava o professor criando figurinhas, ele ficou muito assustado. (ALTO).

A fala do coordenador pedagógico aponta para uma lista procedimental que já existe na escola e precisa ser rigorosamente cumprida, não criticamos a atitude desse profissional porque ele foi instruído para agir assim, são normas da escola, porém o aluno e sua angústia, dor e medo foi isolado e a solução do problema é transferida ao Conselho Tutelar e a família.

O coordenador pedagógico também fala de como é desafiador o enfrentamento do *ciberstalking* se o agressor não for um dos membros da comunidade escolar. Depois esse profissional volta a refletir sobre outro caso de *ciberstalking*, agora envolvendo professor e aluno. Perguntei como foi resolvido, ele respondeu: *“eles conversaram e se entenderam. Agora percebo que precisamos pensar em estratégias para uma intervenção mais efetiva envolvendo toda a escola, os pais, a sociedade”* (ALTO).

Sobre abordar a temática *ciberstalking* em suas práticas pedagógicas a professora Maria, levanta outro questionamento:

Percebo que colocar esse em pauta para o debate é importante, mas também pode reacender o sofrimento de quem já passou por esse problema. Eu não contextualizo sobre o ciberstalking diretamente, mas falo dos perigos da rede, da exposição exagerada da vida nas redes sociais que uma hora isso pode ser usado contra eles, vou dando toques. (MARIA).

Todas as ponderações da professora Maria são importantes, tivemos acesso durante a construção da pesquisa aos possíveis distúrbios que a vítima pode vir a desenvolver e o quão sofrido e angustiante é passar por uma situação de perseguição seja *on line*, seja no espaço físico, porém “por que não estabelecer uma necessária intimidade entre os saberes curriculares fundamental aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?” (FREIRE, 1996. p. 17).

Coletivamente a comunidade escolar pode pensar em estratégias e ações concretas para a sensibilização, a prevenção e o combate da prática do *ciberstalking* e tantas outras práticas de violência vividas pelos estudantes, tornando-os multiplicadores dessa aprendizagem em outros espaços sociais.

Sobre a pesquisa uma das professoras falou: *“vejo de forma muito positiva as pesquisas desenvolvidas na escola, da aproximação entre universidade e educação básica, entre teoria e prática, na troca de saberes e experiências entre professores e pesquisadores”* (LEILA).

Em todas as etapas que a pesquisa foi desenvolvida no campo empírico procuramos agir de forma respeitosa e ética. Durante os diálogos queríamos despertar inquietações na busca de estratégias para a solução de problemas já existentes naquele espaço escolar, para nós, esse é o verdadeiro sentido da palavra inovação.

Finalizamos nossas análises com Freire (1996), acreditando que nós enquanto seres humanos ao nos colocarmos humildemente na posição de inacabamento compreendermos a beleza de sermos eternos aprendizes. A seguir apresentaremos as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história confirma que o convívio em sociedade de forma organizada, tem levado o homem por ser racional a realizar descobertas, aprimorar recursos já existentes e utilizá-los de forma individual e posteriormente coletiva para o bem comum, partindo a princípio de alguma fonte de inspiração, das agruras de um dia de trabalho árduo sem grandes avanços ou de uma situação de tensão em que a vida humana estava em risco como em períodos de pandemia, podemos utilizar como exemplos a produção de vacinas, a descoberta do fogo e a criação da internet.

Vimos que com a popularização da internet e a utilização das TIC pelo homem são incontáveis os benefícios que a nós foram proporcionados por vivermos em uma sociedade conectada em rede e como todas essas transformações facilitam o nosso dia-a-dia favorecendo as interações humanas, o trabalho e a produção de novos conhecimentos no espaço físico e virtual, também chamado de ciberespaço.

Imersos na internet para realizarmos as mais diferentes atividades da vida cotidiana construímos coletivamente um novo modelo cultural a cibercultura. Uma cultura participativa, universal, mutante, inacabada onde todos são convidados a contribuir com essa rede comunicacional de inteligência coletiva. Todos esses avanços fomentam as diferentes áreas do conhecimento inclusive a educacional, mas não impedem que ao mesmo tempo em que sejamos beneficiados também entremos em conflitos, tensões.

Esses conflitos podem ocorrer quando decidimos utilizar artefatos tecnológicos ricos em possibilidades para a produção do conhecimento como a internet para satisfazer impulsos irracionais onde submeter o outro a constrangimentos, pressões psicológicas, perseguições pode ser considerado um delírio utópico de pensar erroneamente que na

sociedade da informação e comunicação a liberdade de acesso e a conexão em rede nos dê o direito de invadir a vida privada do outro.

Pesquisas sobre o *ciberstalking* apontam que a superexposição da vida privada na rede abre espaço para a vigilância equivocada da conduta humana, do que é certo ou errado para os determinados padrões sociais já existentes, muitos casos de *ciberstalking* partem de concepções onde eu decido impor ao outro como ele têm que agir segundo os meus desejos, anseios, paixões, desilusões, expressando por meio dessa comunicação unilateral agressividade, violência exercendo domínio.

O *ciberstalking* é um fenômeno complexo e sua prática entre adolescentes em idade escolar é uma realidade. Por entendermos que o ciberespaço é uma extensão da sociedade e que nas interações humanas há possibilidades de afetar e sermos afetados por experiências boas e ruins, o problema que a nossa pesquisa visou analisar foi: Quais as implicações do *ciberstalking* no espaço escolar?

Para responder ao objetivo geral da pesquisa traçamos três objetivos específicos. O primeiro foi: Analisar se no Projeto Político Pedagógico (PPP) e nos livros didáticos constava a temática *ciberstalking* e/ou estratégias e ações que norteavam os professores para a sensibilização, a prevenção e o combate do fenômeno nos anos finais do ensino fundamental.

O resultado da análise documental demonstrou que o PPP da escola pesquisada versa sobre o *ciberstalking* de forma implícita ao discorrer sobre a proficiência das TIC e a primordialidade de formar alunos críticos/reflexivos para a promoção de uma educação cuja finalidade maior é o respeito à diversidade religiosa, social, cultural, racial e de gênero para o exercício da cidadania. Todavia, no documento norteador, não constam estratégias e ações explícitas que norteiam os professores para a sensibilização, a prevenção e o combate do *ciberstalking* nos anos finais do ensino fundamental.

Diante do contexto, sugerimos para a escola, a inclusão no PPP de estratégias que direcionassem a comunidade escolar em ações intersetoriais centradas em políticas e práticas pedagógicas, a uma abordagem direta para a sensibilização, a prevenção e a redução de casos de *ciberstalking*, uma vez que a prática desse fenômeno vem crescendo consideravelmente nos últimos anos nesse município.

Em relação a análise dos 28 livros didáticos utilizados pelos anos finais do ensino fundamental, informamos que todas as obras apresentam conteúdos acerca do desenvolvimento científico/tecnológico e suas implicações positivas e negativas nas mais diferentes áreas do conhecimento social, cultural, política, econômica, saúde e educacional. Na maioria das obras é disposto no final dos capítulos o endereço eletrônico para que os

alunos possam acessar os conteúdos que foram explanados em sala de aula física na internet, uma forma do conhecimento que foi produzido continuar em movimento na rede.

Como delineamos na metodologia, as análises das obras foram centradas nos conteúdos que se correlacionavam com o objeto da dissertação o *ciberstalking*. Compuseram a pesquisa os livros das disciplinas de ciências, português e geografia. Os capítulos selecionados explanavam questões sobre o *bullying*, o *ciberbullying*, o uso das TIC e a cultura da superexposição dos jovens na rede dentre outros. Todas essas temáticas contribuem de forma indireta para nortear os professores a criarem estratégias para trabalhar o fenômeno, mas informamos que dos 28 livros didáticos apenas o livro *way to english for brazilian learners*, da editora Ática, utilizado pelo 9º ano, refere-se especificamente ao objeto da dissertação o *ciberstalking*.

O segundo objetivo específico da pesquisa foi: Investigar a compreensão do (a) coordenador (a) pedagógico (a) e professores dos anos finais do ensino fundamental sobre o conceito do *ciberstalking*. As análises das interlocuções demonstraram que os docentes tiveram acesso ao objeto da pesquisa em diferentes meios de comunicação e espaços sociais, que esses profissionais já conheciam o conceito do *ciberstalking* e a partir do desenvolvimento da pesquisa sentiram-se instigados a buscar novas informações sobre o fenômeno.

Já o coordenador pedagógico manifestou na entrevista desconhecer o conceito do fenômeno, todavia com a continuidade do diálogo, ao entender seu significado, passou a correlacionar a prática do *ciberstalking* a múltiplos acontecimentos cotidianos que teve acesso, pondera que a compreensão do fenômeno requer uma ação cognitiva intensa não sendo processada de forma imediata.

Nesse sentido, os dados da investigação revelaram que a maioria dos professores compreende o *ciberstalking* como um fenômeno social, um tipo de violência psicológica resultante da destreza dos jovens em utilizar as TIC para a cultura da superexposição da vida privada nas redes sociais, do espírito aventureiro, da ingenuidade típica da idade e da falta de educação digital.

O último objetivo específico da pesquisa foi: Compreender como os professores dos anos finais do ensino fundamental abordavam o tema *ciberstalking* em suas práticas pedagógicas. Os resultados evidenciaram que os professores, sujeitos da pesquisa, até aquele momento, não discorreram sobre a temática de forma intensa no espaço escolar.

O *ciberstalking* é um fenômeno complexo e seu entendimento para o enfrentamento no espaço escolar é um verdadeiro desafio para todos aqueles que são/estão

envolvidos com a educação, mesmo assim, os professores demonstraram abertura e interesse para trabalhar o fenômeno em suas práticas pedagógicas utilizando diferentes materiais didáticos que favoreça a identificação da informação, a aproximação com a realidade vivida, a problematização a partir de casos existentes e o diálogo no sentido que os conhecimentos adquiridos levem os alunos a refletirem criticamente sobre a utilização das TIC com segurança e ética para coibir a prática do *ciberstalking*.

Todavia, segundo os docentes, é necessário ofertar formação continuada sobre a temática, à professora Maria vai além, e pontua que com a cibercultura a educação digital é o elemento-chave e condição fundamental para que os alunos estejam aptos a lidar com os novos caminhos disponíveis para a aprendizagem com liberdade, autonomia e responsabilidade social.

É relevante ter consciência que quando se fala em educação digital não significa apenas fornecer artefatos tecnológicos a professores e alunos. Nesse momento, torna-se fundamental que todos os envolvidos no processo educativo tenham definidos os objetivos que se pretende alcançar e de que forma os aplicativos e plataformas podem contribuir com a aprendizagem.

Na cibercultura, faz-se necessário a escola voltar seu olhar para além dos artefatos tecnológicos e entender que os alunos mudaram de comportamento, de postura e isso interfere diretamente na forma como se relacionam e aprendem. A escola que não se atentar a essas mudanças culturais pode perder a clareza de onde quer chegar e que aluno pretende formar.

Em resposta ao objetivo geral da pesquisa que foi: Analisar as implicações do *ciberstalking* no espaço escolar, concluímos nossas análises afirmando que as principais implicações negativas são de ordem pessoal, pois ao ser perseguida por um inimigo invisível, a vítima desenvolve sentimentos como medo e angústia desencadeando sintomas como perturbação do sono (pesadelo, insônia), distúrbios alimentares (perda do apetite ou ingestão excessiva de alimentos), depressão e esgotamento, caso a perseguição se intensifique, a vítima pode se automutilar e até mesmo provocar o suicídio.

As implicações negativas também são de ordem social uma vez que a vítima pode vir a desenvolver comportamentos antissociais como a agressividade podendo também caminhar para o isolamento, interferindo na forma que interage com seus pares. Igualmente informamos que em muitos casos de vítima, o jovem pode vir a se tornar um agressor e vice-versa, perpetrando a prática do fenômeno como uma forma de punir outras pessoas pelo o que aconteceu com ele, esse dado é preocupante.

Todos esses fatores levam ao adoecimento da vítima causando-lhe sérios problemas psicológicos, com o cognitivo afetado pode haver quedas bruscas no rendimento da aprendizagem do aluno pelo comprometimento causado a saúde física, mental, a condição humana.

Compreendemos que nessas dinâmicas há representatividade de fatores internos e externos, pois os sujeitos que frequentam a escola são os mesmos que compõem a sociedade. Nesse sentido, fenômenos como *ciberstalking* podem trazer incertezas, desafios e vulnerabilidade transformando o clima, o espaço escolar em um cenário de conflitos comprometendo (in)diretamente a verdadeira função social da escola que é a socialização, a aprendizagem, a formação da consciência social e humana.

Se o clima é a percepção que os sujeitos têm sobre a qualidade de um determinado lugar e tem grande impacto sobre o trabalho que é desenvolvido nesse espaço e os dados obtidos com a pesquisa concluem que o *ciberstalking* interfere de forma negativa no clima escolar. Entendemos que a prática do *cibertalking* entre adolescentes traz implicações que afetam toda a comunidade escolar, a sociedade de maneira geral, pois, contribui para a redução da sensibilização, da solidariedade, da empatia, reduzindo a qualidade de vida de todos os envolvidos, enfraquecendo as interações no espaço escolar.

Diante do exposto, compreendemos que possivelmente poderá haver implicações no desenvolvimento das práticas docentes, por que as interações vivenciadas no espaço escolar afetam (In) diretamente a comunicação, o trabalho pedagógico individual e coletivo do processo de ensino/aprendizagem desses sujeitos. Esse dado abre caminho para uma nova pesquisa. A prática do *ciberstalking* traz novos desafios não só ao professor e ao coordenador pedagógico, mas para a comunidade escolar, acadêmica, para a sociedade.

Depois de analisar os resultados obtidos e o conhecimento produzido refletimos sobre as nossas escolhas em analisar os documentos da escola (PPP e livros didáticos), os instrumentos utilizados para a coleta de dados (questionário sócio/profissional, entrevista semiestruturada, diário de bordo) considerando também os apontamentos dos sujeitos da pesquisa. Com o exercício das análises entendemos que os documentos da escola norteiam (in)diretamente os professores a trabalharem em diferentes momentos com anos finais do ensino fundamental as implicações positivas e negativas do uso das TIC, o letramento informacional e digital.

Todavia, segundo os sujeitos da pesquisa, não é ofertada formação continuada com temáticas contemporâneas, assim como as duras jornadas de trabalho, a visão conteudista do processo de ensino, juntamente com as cobranças por prazos e metas estabelecidas pelas

instâncias educacionais superiores, fatores que pouco contribuem para enfrentamento dos conflitos presentes no espaço escolar. Entretanto, isto não impede que esses profissionais busquem outras formas de obter condições basilares para desenvolverem práticas pedagógicas libertadoras, em tempos digitais, que valorizem a condição humana dos alunos formando-os para enfrentar os desafios do século XXI.

Percebemos que a escolha da entrevista semiestruturada foi assertiva e proporcionou momentos valiosos de interação com os professores e o coordenador pedagógico nos permitindo aprender, reconhecer, compreender e refletir por meio do diálogo, do silêncio e da tensão associado às leituras, a escrita e as nossas vivências no espaço escolar sobre os desafios que permeiam o exercício da profissão docente no contexto da cibercultura.

Diante desse cenário, informamos que nossa pesquisa produziu conhecimentos relevantes que serviram para que os professores e o coordenador pedagógico tivessem uma compreensão aprofundada sobre o fenômeno *ciberstalking*, os problemas físicos e psicológicos que podem vir a serem desenvolvidos pela vítima, as possíveis causas que motivam a prática pelo agressor, bem como técnicas de prevenção para o uso das TIC com segurança.

Acreditamos que a aplicação do conhecimento produzido será relevante não só para a compreensão, mas, para a conscientização social desse fenômeno tão complexo para além dos muros institucionais, fomentando o debate, visando à prevenção precoce de novos casos e a intervenção com mais segurança em casos já existentes.

O conhecimento produzido contribuiu também para que esses profissionais reconhecessem que o ciberespaço apresenta características específicas que o distingue de outros espaços pela ausência de limites com relação a barreiras físicas e que as interações ocorridas no espaço virtual como a prática do *ciberstalking* entre adolescentes pode se transpor para o espaço físico.

As reflexões ocorridas de forma contínua por meio dos diálogos formais e informais favoreceram também a percepção dos professores e do coordenador pedagógico sobre a necessidade de se trabalhar o uso das TIC no espaço escolar de maneira abrangente, urgente e profunda em todas as dimensões do entretenimento ao trabalho.

Informamos ainda, que a decisão de analisar as implicações do *ciberstalking* no espaço escolar despertou nos sujeitos da pesquisa a reflexão sobre o papel de cada um na busca da produção e disseminação de conhecimento científico por meio de suas práticas pedagógicas de maneira que favoreça a formação dos alunos sujeitos dessa sociedade informacional a praticarem uma pedagogia da autonomia no sentido freiriano onde se

questione cotidianamente o uso das TIC (para que? Como? Por quê?), de modo que a cultura do ódio, da superexposição, do individualismo não sirva de combustível para fomentar a degradação humana.

Destacamos o quão relevante foi a aproximação entre universidade e educação básica, pesquisadora e sujeitos. Dessas interações foram geradas novas ideias, abrindo outras possibilidades para atuação dos docentes, da pesquisadora.

Pontuamos que por meio da escrita documentamos todo o processo que posteriormente pode vir a servir como base de acesso de conhecimentos pertinentes para a comunidade escolar, para a sociedade.

Certo é que não podíamos ficar indiferentes à prática desse fenômeno que vem se alastrando no espaço escolar, a construção da dissertação é a nossa forma de colaborar com a modificação de alguns espaços, cenários.

Outrossim, evidenciamos que o ofício expedido pela Secretaria de Educação do Estado ressaltou a relevância do trabalho desenvolvido por nós e sugeriu que os dados obtidos fossem compartilhados com a pasta que responde pela formação de professores.

Igualmente, informamos que após depositar a dissertação para a qualificação no PPGE/UCDB, a gestão pedagógica da escola me convidou para integrar o conselho escolar da instituição. O objetivo central do convite foi a solicitação da utilização dos dados obtidos na pesquisa na busca de embasamento teórico que lhes possibilite elaborar e incluir estratégias e ações norteadoras no PPP visando a sensibilização, a prevenção e combate do *ciberstalking* para aquele espaço educacional.

Caminhando para o encerramento, conscientes que a pesquisa mesmo na forma de inacabamento, dá seguimento a trabalhos já realizados por outros pesquisadores, desejamos que as possíveis fissuras encontradas tais como analisar outros materiais pedagógicos (vídeos, revistas, jornais e etc.), investigar quais as implicações que a prática do *ciberstalking* traz às práticas pedagógicas, dar lugar de fala aos alunos para compreender as suas atitudes e ações, dentre outras, sirvam para o recomeço de uma nova pesquisa na busca de ampliar, completar os dados ora apresentados. Sinto-me feliz por encerrar esse ciclo acadêmico e inquieta para começar um novo desafio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; ASSIS, Maria Paulina de. Integração da web 2.0 ao currículo: a geração web currículo. *La educ@cion*, n. 145, mai. 2011.

ALMEIDA, Simone Jaqueline Ferreira de. **As tecnologias digitais na formação inicial: implicações na prática pedagógica dos professores**. Dissertação (mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. 2019.

ALVES, Lynn Rosalina Gama. **Game over: jogos eletrônicos e violência**. Universidade Federal da Bahia. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

ALVES, F. C. Diário – um contributo para o desenvolvimento profissional dos professores e estudo dos seus dilemas. *Millennium; Journal of International Studies*, p. 222-239, 2004.

AMADO, João; MATOS, Armanda; PESSOA, Teresa; JÄGER, Thomas - Cyberbullying: um desafio à investigação e à formação. **Revista Interações**, v. 13, p. 301-326, 2009.

ARARIBÁ mais : Ciências. (Org) Moderna. DELLORE, Cezar Brumini. **O que fazemos na internet**: Moderna. 1ª ed, v. 3, cap. 7, p. 170-171, 2020/2023.

BARBOSA, Gustavo Alves Parente. **Cyberstalking: da curiosidade ao crime**. 2018. Disponível em < <https://canaltech.com.br/internet/cyberstalking-da-curiosidade-ao-crime-121992/>>. Acesso: 24 mai. 2020.

BARROS, Manoel de. **Retratos do artista quando coisa**. Rio de Janeiro: Record, 2002b.

BAUER, M; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** / Martin W. Bauer, George Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Rumo A uma sociologia crítica: um ensaio sobre o comum sentido e a emancipação**. Londres: *Routledge*, 1976.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BELLONI, M. L. A integração das Tecnologias da Informação e Comunicação aos Processos Educacionais. In: BARRETO, R. G. PRETTO, N. de L. et al (Org.). **Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas**. Rio de Janeiro: Quartet, p. 54-73, 2001.

BERTONI, A. **As imagens contam a história da pérola verde, município de Riccione**. Diário de bordo, 2004.

BOCIJ, P; MCFARLANE, L. *Cyberstalking: The technology of hate*. *The Police Journal*, v. 76, n. 3, p. 204–221, set, 2003.

BONILLA, Maria Helena. **Escola Aprendiz: para além da sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETO, Nelson De Luca. Política educativa e cultura digital: entre práticas escolares e práticas sociais. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 499-521, mai./ago. 2015.

BUZATO, M. E. K. **Letramento e Inclusão na Era da Linguagem Digital**. IEL/UNICAMP: Mimeo, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: 5 de outubro de 1988**. Disponível em: < <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/155571402/constituicao-federal-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>>. Acesso em 22 abr. 2020.

_____. **Decreto-Lei nº 3688, de 03 de outubro de 1941**. Dispõe sobre a Lei das Contravenções Penais. Disponível em: < [_____. **Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940**. Dispõe sobre a Lei das Contravenções Penais. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10624164/paragrafo-5-artigo-129-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940/jurisprudencia>>. Acesso em 14 de abr. 2020.](https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/110062/lei-das-contravencoes-penais-decreto-lei-3688-41#:~:text=Direito%20Penal-Lei%20das%20Contravencoes%20Penais%20%2D%20Decreto%2Dlei%203688%2F41%20%7C,3%20de%20outubro%20de%201941&text=t%C3%B3pico%20(79%20documentos)-,Art.,ser%20dispensado%20o%20isolamento%20noturno.>>. Acesso em 14 de abr. 2020.</p>
</div>
<div data-bbox=)

BRASIL. **Decreto nº 91542, de 19 de Agosto de 1985**. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/199754/politicadolivrodidatico.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso: 01 de Mar. 2020.

_____. **Lei nº 13.140 de 07 de agosto de 2006**. Lei Maria da Pena. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 14 abr. 2020.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 de maio de 2016.

BRASIL. **Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso: 26 abr. 2020.

_____. **Lei n. 13185 de 6 de novembro de 2015.** Lei do Bullying. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113185.htm>. Acesso em 22 abr. 2020.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar:** orientações para a prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. (Caderno de Atenção Básica, 8) Disponível em: < http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf>. Acesso em 11 de mar. 2020.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Sociedade da informação no Brasil:** livro verde/ organizado por Tadao Takahashi. Ministério da Ciência e Tecnologia.. – Brasília. 2000. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cidadania/wp-content/uploads/2014/04/Livro-verde.pdf>>. Acesso em 24 mai. 2020.

_____. **Projeto de Lei 4805 de 2016.** Câmara dos Deputados. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2080265>>. Acesso em 24 ago. 2019.

_____. **TIC Kids Onl ine:** pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil 2016 = *ICT Kids On line Brazil : survey on Internet use by children in Brazil 2016 /* Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. SP. Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017.

BRYMAN, A. *Quantily and quality in social research.* London. Unwin Hyman: LTD, 1988.

CÂNDIDO, Tainá da Silva; PEREIRA, Antônio Serafim. A inovação educativa do colégio de uma universidade catarinense: questões sobre a continuidade. **Textura**, v. 21, n. 45, p. 294-311, jan./mar, 2019.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **Circulação do livro didático:** entre práticas e prescrições: políticas públicas, editoras, escolas e o professor na seleção do livro escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A Era da Informação:** economia, sociedade e cultura, v. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

_____. **A galáxia internet;** reflexões sobre internet, os negócios e a sociedade. RJ: Jorge Zahar, 2003.

CARDOSO, Eloir F. M; PEREIRA, Antonio S. Problematização e pesquisa no ensino fundamental: critérios e interrogações. **Roteiro.** Joaçaba, v. 35, n. 2, p. 343-362, jul./dez, 2010.

CARVALHO, Thatyane Gama et al. Elementos, finalidades e consequências da superexposição de usuários nas redes sociais. **Revista Científica de Comunicação Social do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH) e-Com.** Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 16-30, 2017.

CARVALHO, Célia Sofia de Carvalho. **Cyberstalking: prevalência na população universitária da Universidade do Minho.** Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia). Escola de Psicologia, Universidade do Minho, 2011.
RepositóriUM. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/1822/18638> > . Acesso em 25 ago. 2019.

CATANI, Denice Bárbara; BUENO, Belmira Oliveira; SOUSA, Cynthia Pereira; SOUZA, M. Cecília C.C. (Org.) **Docência, Memória e Gênero – Estudos sobre formação.** 2 ed. São Paulo: Escrituras, 2000.

COUTINHO, C; LISBÔA E. Sociedade da informação, do conhecimento e da Aprendizagem: desafios para educação no século XXI. Braga: **Revista de Educação**, v. 18, n. 1, 2011.

CUNHA, Marcela Brandão. Possíveis relações entre percepções de violência dos alunos, clima escolar e eficácia coletiva. **Educação e Pesquisa.** *Ahead of print.* São Paulo, mar, 2014.

CASTRO, Ana Laura Camargo de; SYDOW, Spencer Toth. **Stalking e cyberstalking: Obsessão, internet, amedrontamento.** [Coleção *Cybercrimes*] - Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

DRUCKER, Peter F. **The Age of Discontinuity.** Routledge; 1ª ed, 1966.
ESCUADERO, J. M; BOTIA, B. **Inovação e formação centrada na escola.** Uma perspectiva da realidade espanhola. In: AMIGUINHO, A.; CANÁRIO, R. (Orgs.). **Escolas e mudança: o papel dos Centros de Formação.** Lisboa: Educa, 1994.

FANTE, C. **fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas.** 2. Ed. Campinas: Verus, 2005.

FARIA, Gabriel Duarte. **O livro didático e os processos de autoformação: narrativas de professores de história.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, 2017.

FERNANDES, Cleoni. **À procura da senha da vida-de-senha a aula dialógica?** In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Aulas: gênese, dimensões, princípios e práticas.** Campinas Papius, 1999.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade,** São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago, 2002.

FINN, J. Uma pesquisa de assédio online em um campus universitário. **Jornal de Violência Interpessoal,** v. 4, ed. 19, p. 468-483, abr, 2004.

FINN, J.; BANACH, M. *Victimization online: The downside of seeking human services for women on the Internet.* **Cyberpsychology & Behavior,** v. 3, n.5, p. 785-797, mar. 2004

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Tradução Roberto Cataldo Costa; Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, Cláudio. *Eay to english for brazilian learnrs. What is cyberbulling, exactly?*. 2ª ed. São Paulo: Ática, v.4, Cap. 3, p. 170-171, 2018.

FRANCO, Maria Amelia do Rosário. Entre a lógica da formação e a lógica das práticas: a mediação dos saberes pedagógicos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.1, p. 109-126, jan./abr, 2008.

FRANCO, M. A. R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Estudos RBEP**. Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016.

FRANCO, M. A. R. S. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

FRANK, Alejandro G. Formatos alternativos de teses e dissertações. **Ciência Prática**. Disponível em: <<https://cienciapratica.wordpress.com/2013/04/15/formatos-alterativos-de-teses-e-dissertacoes/>>. Acesso em 13 de ago. 2019.

FRANKLIN, Camila Fortes Monte. Transtornos mentais nas redes sociais: da invisibilidade à superexposição. **Rev. Episteme Transversalis**. Volta Redonda - RJ, v.10, n.1, p.141-162, abr. 2019.

FREIRE, P. Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo. **Revista de Cultura da Universidade do Recife**. Nº 4; Abril-Junho, 1963.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Professora sim tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 2. ed. São Paulo: Olho d'Água, 1993.

_____. **À Sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo : Ed UNESP. 2000.

_____. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez. 2001.

FREIRE, P; SHOR, Ira . **Medo e ousadia: O Cotidiano do Professor**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

FREITAS, Adriano Vargas; LEITE, Lígia Silva. **Com giz e laptop: da concepção à integração de políticas públicas de informática**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar / Moacir Gadotti**. - 1ª ed. - São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo. GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GARCIA, M. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 1999.

GARCIA, Luciane Terra dos Santos. **Projeto político-pedagógico: instrumento da ação na Escola Municipal Ascendino de Almeida**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento Informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem**. Brasília : Faculdade de Ciência da Informação / Universidade de Brasília, 2012.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2007.

GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil**. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

GAUTHIER, B. *Recherche sociale de la problématique à la collecte des données*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1984. In: A. Cellard. **A análise documental**. In: J. Poupard et. al. (Org.). *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1984.

GEOGRAFIA, Arariba: mais. **O mundo digital e as redes sociais**. Moderna, 1ª ed. São Paulo, cap. 3, p. 55-57, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GHEDIN, Evandro; ALMEIDA, Maria Isabel de; LEITE, Yoshie Ussami Ferrari. **Formação de professores: caminhos e descaminhos da prática**. Brasília: Liber Livro Editora. Cap. I, p. 23-48, 2008.

GLISTER, P. **Digital Literacy**. New York: Wiley, 1997.

HAJE, Lara. **Legislação atual já pune cyberbullying e cyberstalking, diz advogada à CPI**. 2015. Disponível em: < <https://cd.jusbrasil.com.br/noticias/312013400/legislacao-atual-ja-pune-cyberbullying-e-cyberstalking-diz-advogada-a-cpi> >. Acesso: 25 abr. 2020.

HUBERMAN, A. M. **Como se realizam as mudanças em educação: subsídios para o estudo da inovação**. São Paulo: Cultrix, 1973.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IPISOS. **Brasil é o 2º país com mais casos de *bullying* virtual contra crianças.** Tecnologia e Ciência. Disponível em: < <https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/brasil-e-o-2-pais-com-mais-casos-de-bullying-virtual-contra-criancas-11072018>>. Acesso em 28 jun. 2020.

JENKINS, H. **Cultura da convergência.** 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JENSON, B. ***Cyberstalking*: Crime, fiscalização e responsabilidade pessoal no mundo online,** 1996.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** Campinas: Papirus, 2003.

_____. **O papel do Professor na Sociedade Digital.** In: CASTRO, A. D, 2001.

_____. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

KLEIMAN, A. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola.** In: A., KLEIMAN (Org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, p. 15-61, 1995.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO Danusa de Lara, Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigação UNAB**, v. 14, n. 2, jul./dez. 2015.

LAJOLO, M. **Livro didático: um (quase) manual de usuário.** Em Aberto, Brasília, ano 16, n. 69, jan./mar, 1996.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre; Sulina, 2010.

LEMOS, A. LÉVY, P. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia.** São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, P. **A revolução digital só está no começo.** Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/2015/04/7087/pierre-levy-a-revolucao-digital-so-esta-no-comeco/>>. Acesso em 14 Jun. 2019.

_____. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIBÂNEO, José C. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Carlos Magno Moulin. Liberdade de expressão: a perseguição na internet. **Revista âmbito jurídico**, n. 162. Ano XX. Jul, 2017.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS Sandra Mendes dos. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. **Educar e et educare: Revista de Educação**, v.2, n.4, p.77-90, jul./dez, 2007.

- LIMA, Maria de Sousa. **Projeto político pedagógico na perspectiva freiriana: participação e diálogo**. Dissertação (mestrado em Educação e Currículo) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.
- LOVITTS, B. E. *Making the implicit explicit: creating performance expectations for the dissertation*. Virginia: Stylus, 2007.
- LUCK, Heloisa. **Gestão da cultura e do clima organizacional da escola**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MACHLUP, Fritz. *The production and distribution of knowledge in the United States*. Princeton: Princeton University Press, 1962.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica: Atlas**, 2010.
- MARTIN, A.; GRUDZIECKI, J. *DigEuLit: Concepts and tools for digital literacy development*. *Innovation in Teaching and Learning in Information and Computer Sciences*, v. 5, n. 4, p. 249-267, 2006.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, mai./ago. 2004.
- MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.
- MANZINI, E. J. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. Unesp. Marília, 2003.
- MEIRA, Daniela. *Cyberstalking: saiba quando a conduta vira crime*. Disponível em: <https://danivmeira.jusbrasil.com.br/artigos/784929070/cyberstalking-saiba-quando-a-conduta-vira-crime?ref=feed>. Acesso: 22 mai. 2020.
- MELO, Alexandre. **Globalização Cultural**. Lisboa: Quimera, 2002.
- MELO, Simone Gomes; MORAES, Alessandra de. Clima escolar como fator protetivo ao desempenho em condições socioeconômicas desfavoráveis. **Cadernos de Pesquisa**. v. 49, n. 172, São Paulo. Abr./jun, 2019.
- MESSINA, G. Investigación en o investigación acerca de la formación docente: un estado del arte en los noventa. *Revista Iberoamericana De Educación*, v. 19, p. 145-207, 1998.
- MERCADO, L. P. L. **Formação docente e novas tecnologias**. Brasília. In V Congresso RIBIE, 1998.
- MERIJE, Wagner. **Mobimento: educação e comunicação mobile**. São Paulo: Peirópolis, 2012.
- MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.

MINSKY, M. *The emotion machine*. New York: Simon&Schuste, 2006.

MITIKO, Luiza; CAMACHO, Yshiguro. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. **Educuação e Pesquisa**. São Paulo, v. 27, n.1, jan./jun. 2001.

MORAN, José Manuel. Como utilizar a Internet na educação: relatos de experiências. **Ciência da Informação**, Brasília, v.26, n.2, p. 146-153, maio/ago. 1997.

MORAN, José Manuel. Mudar a forma de ensinar e aprender: Transformar as aulas em pesquisa e comunicação presencial-virtual. **Revista Interações**, v.5, p. 57-72, São Paulo, 2000.

MORAES, Maria Célia Marcondes; SOARES, Kátia Cristina Dambisk. Cenas empobrecidas do conhecimento e do trabalho docentes. **Educação**. Porto Alegre, v. 56, n. 2, p. 265-281, mai./ago. 2005.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. KRAMER, Sônia. Contemporaneidade, educação e tecnologia. In; **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1037-1057, out. 2007.

MOREIRA, Et al. O amor e o *stalkeador*: novos recursos para a vigilância nas redes sociais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 106-122, jan. 2017.

MORO, Adriano. **A construção e as evidências de validade de instrumentos de medida para avaliar o clima escolar**. Tese (Doutorado em educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2018.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014.

NOVO, Fábio Jorge Ribeiro. **Ciberagressões**, Adolescência e Envolvimento Parental. Dissertação. Dissertação (Mestrado integrado em psicologia) - Universidade do Minho, Portugal, 2014.

NÓVOA, Antônio. **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

_____. **Formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, A. (coord.) Os professores e sua formação. 2 ed., Lisboa, Portugal: Dom Quixote, p. 13-33, 1995.

_____. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

NÓVOA, Antônio. **Vidas de Professores**. Portugal: Porto, 1992.

NOGUEIRA, Regina Silva; OLIVEIRA, Ernesto Borba. **A importância da didática no ensino superior**. 2011. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-importancia-didatica-no-ensino-superior.htm>>. Acesso em 24 mai. 2020.

OLIVEIRA, Adriana da Silva Ramos. Formação de professores *on line* com/para a utilização de tecnologias digitais em classes hospitalares: implicações na prática pedagógica. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. 2019.

ORMUNDO, Wilton; SINISCALCHI, Cristiane. Se liga na Língua: leitura. Produção de texto e linguagem. **Porque fechei meu blog para comentários**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, v. 1, cap. 7, p. 216. 2018.

_____. Se liga na Língua: leitura. Produção de texto e linguagem. **A presidenta da República**. 1 ed. São Paulo: Moderna, cap. 2, v.2, 2018.

_____. Se liga na Língua: leitura. Produção de texto e linguagem. **Serginho entrevista vítima de bullying**, 1 ed. São Paulo: Moderna, cap. 2, v. 2, p. 54-55, 2018.

PANIAGO, M. C. L. **Educação na era digital: entrelaçamentos e aproximações**. Movimentos colaborativos em uma formação continuada de professores mediada pelo facebook: de grupo a comunidade de prática. / Maria Cristina Lima Paniago, Kátia de Godoi e Silva, (org). Curitiba: CRV, p. 15-22, 2016.

PELLICER, Esther Gispert. *La Moda tecnológica en la educación: peligros de un espejismo*. *Revista de Medios y Educación*, n. 9, p. 81- 92, jun.1997.

PERREIRA, Fátima; MOURAZ, Ana. **Crise da educação escolar e percepções dos professores sobre o seu trabalho: identidade profissional e clima de escola em análise**. *Educação em Revista*, v. 31, n.1. Belo Horizonte. Jan./mar, 2015.

PEREIRA, F.; MATOS, M. *Cyberstalking* entre adolescentes: uma nova forma de assédio e perseguição?. *Psicologia, Saúde & Doenças*, Lisboa, v. 16, n. 1, p. 57-69, mar. 2015.

PERREIRA, Peter Paul; REBOLO, Flavinês. Clima escolar e suas implicações para o trabalho docente. *Série Estudos – Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, v. 22, n. 46, p. 93-112, set./dez. 2017.

PILETTI, N. **Estrutura e funcionamento do ensino fundamental**. São Paulo: Ática, 1998.

PINHEIRO, L. O. *Cyberbulling e cyberstalking*. Tese (doutorado em Ciências da Comunicação) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho da Universidade do Minho, Portugal, 2016.

PIRES, Sara Alexandra Massa. **Stalking e Cyberstalking: Estudo sobre a ocorrência e os Padrões de Vitimação em Estudantes do Ensino Universitário**. Dissertação (Psicologia Jurídica) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2016.

PLACCO, V. M. N. de S. **O coordenador pedagógico no confronto com o cotidiano da escola**. In: PLACCO, V. M. N. de S.; ALMEIDA, L. R. de. (Orgs). *O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola*. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

PRETTO, N. de L. **A ciência nos livros didáticos**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP; Salvador: CED/UFBA, 1985.

PRENSK, Mark. **“Não me atrapalhe, mãe – estou aprendendo!”: Como os videogames estão preparando os nossos filhos para o sucesso do século XXI e como voe pode ajudar!** São Paulo: PHORTE, 2010.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional na web 2.0. **E-Compós**. Brasília, v. 9, p. 1-21, 2007.

PROJETO, Político Pedagógico da Escola. **Um caminho em construção**, 2020.

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. (Coleção Trajectos). Lisboa: Gradiva, 4. Ed, 2005.

RENO, J. **Relatório sobre cyberstalking: um novo desafio para a aplicação da lei e para a indenização**. 1999. Disponível em:<<http://www.clintonlibrary.gov/assets/storage/Research%20-%20Digital%20Library%20ClintonAdminHistoryProject%2011-20%20Box%2015%201225098-justiça-apêndice-b-vol-2-3-4.pdf>>. Acesso em 04 out. 2018.

RENSHERIDAN, L. et al. Perseguição: Conhecidos e desconhecidos. **Trauma, Violência e Abuso: Um Diário de Revisão**, v. 4, p. 148-162, 2003.

REZENDE, D. A; ABREU, A. F. **Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informações Empresariais**. São Paulo: Atlas, 2000.

RIBEIRO, José Jailton. Formação e profissionalização docente: uma perspectiva de mudança. **Temas em Educ. e Saúde**, v.13, n.2, p. 242-259, jul./dez. 2017.

RODRIGUES, Ricardo Batista. **Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação/ Ricardo Batista Rodrigues**. Recife: IFPE, 2016.

ROMANATTO, M. **O livro didático: alcances e limites**. São Paulo, 2004.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte”. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set. 2006.

ROSA, F. G. M. G. Os primórdios da inserção do livro no Brasil. In PORTO, CM., org. **Difusão e cultura científica: alguns recortes** [online]. Salvador: EDUFBA, p. 75-92. 2009.

ROTHMANN, I.; COOPER, C. **Fundamentos de Psicologia Organizacional e do Trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SACRISTÁN, G. **Os professores como Planejadores**. IN: SACRISTÁN, Gimeno; GÓMEZ, Pérez A.I. **Compreender e transformar o ensino**. 4º ed. São Paulo: Artmed, p. 271-293, 1998.

SANTAELLA, L. Desafios da ubiquidade para a educação. **Revista Ensino Superior Unicamp**, v. 9, p. 19-28, 2013.

SANTAELLA, Lucia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

- SANTIAGO, Larisse Barreira de Macêdo et al. O uso dos artefatos tecnológicos virtuais e digitais na escola, **Artefactum – Revista de estudos em linguagem e tecnologia**, ano VIII, n. 2, 2016.
- SANTOS, Ademar Alves dos. *Cyberbullying*, mídia e educação à luz do pensamento complexo. Orientador: Jason Ferreira Mafra. 2017. 239 f. Tese (Doutorado em educação). Programa de Pós-graduação, Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2017.
- SANTOS, Tania Steren dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para pesquisa social. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, no 21, jan./jun. p. 120-156, 2009.
- SIEMENS, George. *Knowing Knowledge*: Lulu, 2006.
- SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SILVA, Maria Emília Pereira da. A função docente: perspectivas na nova sociabilidade do capital. GT-09, **27ª reunião anual ANPEd**, 2004.
- SILVA, Maria da Conceição Valença da; AGUIAR, Maria da Conceição Carrilho de; MONTEIRO, Ivanilde Alves. Identidade profissional docente: interfaces de um processo em (re)construção. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 2, p. 735-758, jul. 2014.
- SILVA, Adelina Maria Pereira da. **Educação na era digital**: entrelaçamentos e aproximações. Competências educacionais para o século XXI – *tpack* e aula invertida. / Maria Cristina Lima Paniago, Kátia de Godoi e Silva, (organizadoras). Curitiba: CVR, p. 51-75, 2016.
- SILVA, Marco Antônio Silva. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educ. Real**. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012.
- SILVA, Jackson Ronie Sá; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe Guindani. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, n.1, jul. 2009.
- SIMÕES, Isabella de Araújo Garcia . A Sociedade em Rede e a Cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação. **Revista Eletrônica Temática**, ano V, n. 05, mai. 2009.
- SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002.
- SOFFNER, Renato Kraide; KIRSCH , Deise Becker. Educação na cibercultura: as tecnologias da inteligência e a práxis educativa. **Revista Intersaberes**, vol. 9, n. 18, p. 220 – 228, jul. 2014.
- SUMMER, M. G. *Climate and student performance in Tennessee middle schools*. Dissertation (Doctor of Education Degree). University of Tennessee, Knoxville, Tennessee, 2006.

SCHLEMMER, E.; BACKES, L. Metaversos: novos espaços para construção do conhecimento. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 8, n. 24, mai./ ago. 2008.

SHERIDAN, L. P. ; GRANT, T. *Is cyberstalking different?* **Psychology, Crime & Law**, v. 13, n. 6, p. 627–640, dez. 2007.

SLONJE, R. ; SMITH, P. K. *Cyberbullying: Another main type of bullying?* **Scandinavian Journal of Psychology**, v. 49, p. 147-154, 2008.

SPITZBERG, B. H.; HOOBLER, G. *Cyberstalking and the technologies of interpersonal terrorism.* **New Media & Society**, v. 4, n.1, p. 67-88, 2002.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TAVANI, H. T; GRODZINSKY, F.S. *Cyberstalking*, privacidade pessoal e responsabilidade moral. **Ethics and Information Technology**, v. 4, p. 123–132, 2002

TEIXEIRA, Célia Regina. O “Estado da Arte”: a concepção de avaliação educacional veiculada na produção acadêmica do Programa de pós-graduação em Educação: Currículo (1975 – 2000). São Paulo. **Cadernos de Pós-Graduação**. Educação, v.5, n.1, p. 59-66, 2006.

TORRES, C. **A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar**. São Paulo: Novatec, 2009.

TOSCHI, Mirna Seabra. **Educação na era digital: Entrelaçamentos e aproximações.** / Maria Cristina Lima Paniago, Kátia de Godoi e Silva, (organizadoras). – Curitiba: CRV, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

THAPA, A.; COHEN, J.; GUFFEY, S.; HIGGINS-D’ALESSANDRO, A. *A review of school climate research.* **Review of Educational Research**, v. 83, n. 3, p. 357-385, set. 2013.

US, Attorney General. *Cyberstalking: A new challenge for law enforcement and industry – A report from the Attorney General to the Vice President.* 1999. Disponível em: <http://www.justice.gov/criminal/cybercrime/cyberstalking.htm> White. Acesso em: 24 ago. 2020.

VALQUARESMA, Juliana Felipa. *Ciberstalking: Prevalência e estratégias de coping em estudantes do ensino secundário*. Dissertação (Psicologia Jurídica) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2016.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 8ª ed. São Paulo: Libertad, 2007.

VEIGA, I. P. A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico**. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. 10. ed. Campinas: Papyrus, p. 8-32, 2006.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas-SP: Papyrus, 2000.

_____. **A Prática pedagógica do professor de Didática**. 2. ed. Campinas Papyrus, 1992.

VERDUM, Priscila. Prática Pedagógica: o que é? O que envolve? **Revista Educação por Escrito – PUCRS**, v. 4, n.1, p. 91-105, jul. 2013.

VILELA, Denise. **A juventude e as redes sociais**. ARARIBÁ: mais ciências. Editora Moderna. 1ª ed. São Paulo. Moderna, v. 3, cap. 5, p. 232. 2020/2023.

ZABALZA, Miguel Angel. **Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional**. Porto Alegre: Artmed. 2004.

Tema da Pesquisa: *Cyberstalking* e suas implicações no espaço escolar

Pesquisadora: Valdênia Rodrigues Fernandes Eleotério

Email: valdeniaeleoteriufms@gmail.com

Telefone: (67) 98415-2417

Orientadora: Maria Cristina Lima Paniago

Email: Cristina@ucdb.br

Telefone: (67) 3312 - 3597 (PPGE-UCDB)

Prezado(a) senhor(a), sou mestranda do **Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)**. Esta pesquisa está sendo realizada para fins de obtenção do título de mestre em educação e tem como objetivo geral **analisar as implicações do *cyberstalking* no espaço escolar**. Você está sendo convidado a participar desta pesquisa, caso aceite, no desenvolvimento do trabalho serão utilizados dados de documentos e materiais didáticos que norteiam a escola tais como; Projeto Político Pedagógico, livros didáticos e planos de aula dentre outros, gostaríamos de ouvi-los sobre o assunto através de uma entrevista semiestruturada, que será realizada com agendamento prévio conforme sua disponibilidade e dos demais participantes. Para participar da pesquisa sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome, ou qualquer outro dado confidencial, será mantido em sigilo. A análise dos dados coletados para a elaboração final da pesquisa será feita de maneira a garantir a não identificação dos participantes, respeitando o imperativo ético da confidencialidade. Informamos ainda que a qualquer momento você poderá recusar a participar deste estudo, ou retirar o seu consentimento sem precisar justificar, nem sofrer qualquer dano. Durante a pesquisa é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da sua participação. Como participante da pesquisa você correrá riscos mínimos talvez se sinta incomodado(a) com alguma indagação ou a presença da pesquisadora no seu ambiente de trabalho o que é perfeitamente compreensível, já os benefícios podem ser muitos, inclusive o de suscitar no grupo pesquisado um ganho proveniente com relação ao conhecimento adquirido, bem como ao valor atribuído aos possíveis resultados obtidos pelos participantes e a instituição de pesquisa. Todas as informações obtidas por meio de sua participação que é voluntária visam aprofundar e complementar os dados levantados nos documentos trazendo reflexões significativas para o campo da educação. Igualmente, informamos que os dados coletados só serão utilizados para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados em livros, ensaios e/ou artigos

científicos, revistas especializadas e/ou em eventos científicos. Caso queira fazer algum tipo de reclamação ou denúncia sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o **CEP da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), instalado na Av. Tamandaré, N° 6000 - Bairro: Jardim Seminário. Campo Grande - MS CEP. 79117-900, horário de funcionamento das 8h às 17h, telefone para contato: (67) 3312-3615 ou mandar um e-mail para o endereço eletrônico: cep@ucdb.br.** Após ler, ser orientado e compreender os objetivos propostos na pesquisa acima mencionados e decidir assinar esse termo você estará concordando em ser um participante voluntário, sabendo que não receberá nenhum valor econômico pela sua participação. As despesas operacionais serão descritas no Cronograma de Orçamento Financeiro e em nenhuma circunstância poderá ser atribuída ao sujeito da pesquisa e/ou seu responsável. A pesquisa proposta no presente termo foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCDB, que a valida e será assinado em duas vias. Desde já agradecemos pela colaboração, na certeza que as informações serão de fundamental importância para o êxito dessa pesquisa. Cordialmente,

Valdênia Rodrigues Fernandes Eleotério
RG N° 2.557.149

Nome e assinatura do (a) pesquisador (a)

Campo Grande-MS ____/____/____

Nome e assinatura do (a)

Sujeito da pesquisa

Responsável pelo participante

Campo Grande-MS ____/____/____

ANEXO B - QUESTIONÁRIO SOCIOPROFISSIONAL

Universidade Católica Dom Bosco - Acadêmica: Valdênia Rodrigues Fernandes Eleotério
Tema da Pesquisa: ?!Ciberstalking?! e suas implicações no espaço escolar

1. Identificação:

Professor(a) escreva aqui como gostaria de ser identificado ficticiamente: _____

Idade: _____ anos

Sexo: a. () Feminino

b. () Masculino

2. Função que exerce na escola:

a. () Professor

b. () Coordenador Pedagógico

4. Há quanto tempo você atua nessa função?

a. () Menos de 05 anos

b. () Entre 05 e 10 anos

c. () Acima de 10 anos

d. () Acima de 20 anos

3. Qual o curso de sua formação inicial? _____

4. Possui Formação Continuada? Quais?

a. () Pós-Graduação Lato Sensu _____

b. () Mestrado _____

c. () Doutorado _____

d. () Outras _____

5. Qual recurso pedagógico você mais utiliza em sua prática pedagógica?

a. () Livro didático;

b. () Livro didático e multimídia;;

c. () Todos os recurso possíveis inclusive os tecnológicos;

d. () Outros _____

ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1° Você já tinha obtido alguma informação sobre o fenômeno *ciberstalking*?
- 2° Por qual meio de comunicação obteve essa informação?
- 3° Qual sua compreensão sobre o fenômeno?
- 4° Conhece algum aluno que tenha sido vítima da prática do *ciberstalking*?
- 5° Na sua opinião quais as consequências que a prática do *ciberstalking* pode vir a causar na vida do aluno que é vítima dessa perseguição?
- 6° Qual sua percepção sobre a forma que seus alunos utilizam as TIC?
- 7° Você aborda o fenômeno *ciberstalking* em suas práticas pedagógicas? De que forma?